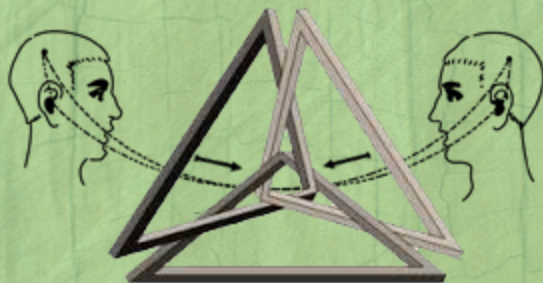


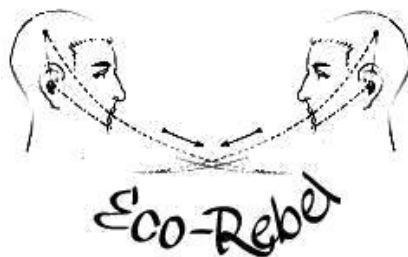
Ecolinguística

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem
(ECO-REBEL)**

Volume 12, número 1, 2026



**Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Linguística
Instituto de Letras
Universidade de Brasília**



Editorial

Prezados leitores, prezadas leitoras,

O presente número da ECO-REBEL reúne sete trabalhos que exploram diferentes interfaces teóricas e metodológicas vinculadas à Ecolinguística e à Linguística Ecológica, reforçando o caráter interdisciplinar do campo ao articular estudos de etnobotânica, políticas linguísticas, análise da interação, semiótica, discurso digital, historiografia linguística e educação ecológica.

O primeiro texto, “Nomes vernaculares de plantas medicinais da Caatinga que fazem alusão a animais: uma investigação etnobotânica e fitonímica no Nordeste do Brasil”, de Raissa Martins Mota Meireles, Heitor de Oliveira Braga e Eraldo Medeiros Costa Neto, apresenta um estudo etnobotânico baseado em revisão sistemática da literatura sobre fitônimos associados a zoônimos no bioma Caatinga. O trabalho demonstra como a nomeação popular de plantas medicinais expressa formas de percepção ecológica e simbólica do meio ambiente, evidenciando a profunda integração entre linguagem, cultura e biodiversidade.

O segundo artigo, “Imigração árabe no Rio de Janeiro: um estudo sobre a interface de políticas linguísticas e ecolinguística”, de Marcela Cristina Lemos Cordeiro, discute processos de manutenção e vitalidade linguística em comunidades de imigração árabe no contexto urbano brasileiro. A autora analisa a interação entre políticas linguísticas e dinâmicas socioculturais de contato linguístico, destacando como fatores institucionais, identitários e territoriais influenciam a preservação da língua em contextos migratórios.

O terceiro texto, “Sintaxe dialogal, interturnos ou inter-réplicas”, de Hildo Honório do Couto, propõe uma abordagem teórica inovadora para o estudo dos chamados marcadores conversacionais, partindo da perspectiva da linguística ecossistêmica segundo a qual a língua deve ser compreendida primordialmente como interação. Ao inverter a tradição estruturalista, o autor enfatiza o papel organizador dos interturnos na construção do sentido e na dinâmica comunicativa.

O quarto artigo, “Toward a semiotics of syntropy: grammaticality, evolution, and successional dynamics in agroecosystems”, de Marcelo Moreira Santos, articula a semiótica de Charles Sanders Peirce com a teoria da complexidade de Edgar Morin e com a agricultura sintrópica desenvolvida por Ernst Götsch. O trabalho interpreta processos sucessionais em agroecossistemas como regimes de organização semiótica, propondo

uma leitura ecológica da noção de gramaticalidade aplicada a sistemas vivos.

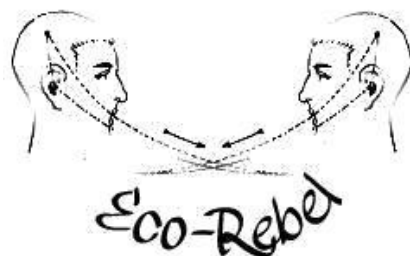
O quinto texto, “Fragmentação simbiótica e polarização discursiva – uma análise ecossistêmica das disputas ideológicas no Brasil contemporâneo”, de Anderson Nowogrodzki da Silva, analisa os processos de polarização discursiva intensificados pelas redes sociais digitais a partir da perspectiva da Análise do Discurso Ecossistêmica. O autor propõe o conceito de fragmentação simbiótica para explicar como comunidades discursivas antagonizadas se constituem de forma interdependente, produzindo desequilíbrios nos ecossistemas natural, mental e social.

O sexto artigo, “Arte de grammatica da lingua brasilica da Naçam Kiriri (Mamiani, 1699): uma análise historiográfica e ecolinguística sobre a cultura Macro-Jê na formação do ecossistema Brasil”, de Leonardo Ferreira Kaltner, revisita a gramática missionária de Luís Vincêncio Mamiani sob a perspectiva da historiografia linguística e da ecolinguística crítica. O estudo interpreta a descrição da língua kiriri como parte das dinâmicas coloniais de reorganização das ecologias linguísticas indígenas, ao mesmo tempo em que evidencia marcas de resistência cultural e epistemológica dos povos Macro-Jê.

O sétimo texto, “Los caminos que pisan los niños: el territorio como espacio de significados infantiles en tres regiones ecológicas de Bolivia”, de Marina Arratia Jiménez, apresenta uma investigação qualitativa sobre as percepções infantis do território em diferentes ecossistemas bolivianos. A autora demonstra como a experiência cotidiana das crianças com o ambiente natural produz formas situadas de conhecimento ecológico, reforçando a relação entre linguagem, território e construção de sentidos.

Os trabalhos reunidos neste número evidenciam a expansão temática da ecolinguística contemporânea, destacando sua capacidade de integrar estudos sobre linguagem, meio ambiente, cultura, tecnologia e processos históricos. Observa-se também o fortalecimento da linguística ecossistêmica como eixo teórico capaz de articular análises que vão desde práticas tradicionais de nomeação até fenômenos discursivos emergentes no ambiente digital.

A ECO-REBEL reafirma, assim, seu compromisso com o desenvolvimento crítico e interdisciplinar da Ecolinguística, estimulando investigações que ampliem a compreensão das relações entre língua, sociedade e natureza.



NOMES VERNACULARES DE PLANTAS MEDICINAIS DA CAATINGA QUE FAZEM ALUSÃO A ANIMAIS: UMA INVESTIGAÇÃO ETNOBOTÂNICA E FITONÍMICA NO NORDESTE DO BRASIL

Raissa Martins Mota Meireles (UEFS)

Heitor de Oliveira Braga (UFERSA)

Eraldo Medeiros Costa Neto (UEFS)

Resumo

A etnobotânica, ao investigar os usos, significados e saberes populares relacionados às plantas, torna-se ainda mais significativa quando aliada ao estudo da formação dos nomes populares, que funcionam como signos folkcomunicaçãois. Partindo de uma revisão sistemática da literatura, conduzida conforme as diretrizes da declaração PRISMA, o presente estudo investiga nomes vernaculares zoofitonímicos de plantas medicinais da Caatinga, Nordeste do Brasil, buscando identificar e interpretar os zoofitônimos. O levantamento etnobotânico identificou uma ampla diversidade de plantas medicinais (137 espécies) cujos nomes vernaculares fazem referência a animais (54 zoônimos), revelando uma forte ligação simbólica e cultural entre a fauna e a flora do semiárido nordestino. Os nomes populares estão diretamente relacionados ao modo como as pessoas percebem, interagem e utilizam os recursos naturais ao seu redor, refletindo tanto o conhecimento prático quanto o simbólico. Conclui-se que a etnobotânica é um campo fértil para compreender não só o uso das plantas, mas também a forma como os seres humanos se relacionam afetiva, simbólica e utilitariamente com o ambiente natural que os cerca.

Palavras-chave: Zoonímia, Fitonímia, Saberes tradicionais, Plantas medicinais, Patrimônio biocultural, Caatinga.

Abstract

Ethnobotany, by investigating the uses, meanings, and popular knowledge related to plants, becomes even more significant when combined with the study of the formation of popular names, which function as folk communication signs. Based on a systematic literature review, conducted according to the PRISMA guidelines, this study investigates vernacular zoophytonymic names of medicinal plants from the Caatinga biome, Northeast Brazil, seeking to identify and interpret the zoophytonyms. The ethnobotanical survey identified a wide diversity of medicinal plants (137 species) whose vernacular names refer to animals (54 zoonyms), revealing a strong symbolic and

cultural connection between the fauna and flora of the northeastern semi-arid region. Popular names are directly related to how people perceive, interact with, and use the natural resources around them, reflecting both practical and symbolic knowledge. It is concluded that ethnobotany is a fertile field for understanding not only the use of plants, but also how human beings relate affectively, symbolically, and functionally to the natural environment that surrounds them.

Keywords: Zoonymy, Phytonymy, Traditional knowledge, Medicinal plants, Biocultural heritage, Caatinga.

1. Introdução

As plantas não são apenas objetos de uso: são sujeitos culturais, portadores de mensagens, experiências e identidades (DA-SILVA, 2025a).

A etnobotânica é um campo científico que estuda as relações entre seres humanos e plantas, valorizando saberes tradicionais essenciais à conservação da biodiversidade e ao patrimônio biocultural (MARSANDI *et al.*, 2025). O termo “etnobotânica” foi cunhado por Harshberger em 1895 para descrever o estudo das interações entre plantas e seres humanos, embora práticas semelhantes já fossem observadas desde a Antiguidade (RAI; ACHARYA; RÍOS, 2011). Mais recentemente, consolidou-se como ciência interdisciplinar, articulando conservação ambiental, saúde pública e valorização dos saberes populares, reafirmando seu papel na sustentabilidade e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (FERRARI; ZANK; HANAZAKI, 2024).

No Brasil, a etnobotânica é central à integridade dos ecossistemas, integrando saberes tradicionais (especialmente sobre plantas medicinais) a políticas públicas, fortalecendo comunidades e orientando o manejo sustentável local e regional (ALBUQUERQUE *et al.*, 2009). No semiárido nordestino, investigações científicas vêm evidenciando o uso de centenas de espécies nativas para fins medicinais, alimentares e forrageiros, o que atesta a profundidade e o refinamento do saber botânico regional (NUNES *et al.*, 2015). Nesse escopo, a nomenclatura vernácula de plantas medicinais reflete um sistema robusto de saber etnobotânico, assentado em atributos morfo-organolépticos, usos e analogias culturais (NAJEM *et al.*, 2024).

A etnobotânica, ao investigar os usos, significados e saberes populares relacionados às plantas, torna-se ainda mais significativa quando aliada ao estudo da formação dos nomes populares (COSTA NETO, 2008), que funcionam como signos folkcomunicacionais (DA-SILVA, 2025a). Essa associação permite não apenas a documentação e preservação do conhecimento tradicional, mas também contribui para a compreensão de aspectos ecológicos, morfológicos e simbólicos atribuídos pelas comunidades locais às espécies vegetais (SANTOS; COSTA NETO; ARAÚJO,

2023). Dentro desse contexto, os nomes vernaculares atribuídos às plantas medicinais assumem um papel relevante, revelando aspectos da percepção popular, do conhecimento ecológico tradicional e da relação simbólica com o meio. Especificamente, os nomes que fazem alusão a animais — denominados zoofitônimos — representam uma intersecção entre a flora e a fauna na linguagem popular, possibilitando análises de ordem etnolinguística, etnobotânica e etnozoológica (SANTOS *et al.*, 2024).

A classificação biológica popular é multidimensional e baseada em estruturas cognitivas complexas; embora distinta da taxonomia científica, é crucial para compreender as relações entre pessoas, plantas e ambiente (ZAMUDIO; HILGERT, 2015). Embora frequentemente subvalorizada pelos sistemas científicos formais (TURNER; CUERRIER; JOSEPH, 2022), a etnotaxonomia apresenta crucial relevância socioecológica, por articular a identidade cultural de povos locais à conservação de ecossistemas (CONSTANT; TSHISIKHAWA, 2018). Nomes como “pata-de-vaca”, “unha-de-gato” e “cipó-cobra” exemplificam esse tipo de classificação, que facilita o reconhecimento das espécies e contribui para a transmissão oral do conhecimento (SANTOS; COSTA NETO; ARAÚJO, 2023). Assim, a articulação entre etnobotânica e zoofitonímia preserva saberes tradicionais, esclarece dimensões ecológicas e simbólicas dos nomes populares e fortalece vínculos com a flora, apoiando educação ambiental e ações participativas com comunidades tradicionais (SANTOS *et al.*, 2024).

Diante dessa conjuntura, esta investigação científica teve como objetivo geral averiguar os nomes vernaculares zoofitonímicos de plantas medicinais da Caatinga, Nordeste do Brasil, compreendendo suas origens e significados. Especificamente, busca-se identificar e interpretar os zoofitônimos, contribuindo para a valorização do conhecimento etnobiológico e para a conservação da diversidade biocultural.

2. Metodologia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter etnobotânico e etnolinguístico, com foco na descrição e análise dos nomes vernaculares das plantas medicinais que apresentam referência direta ou indireta a animais. A investigação baseada em uma revisão sistemática da literatura, conduzida conforme as diretrizes da declaração PRISMA 2020 (Page *et al.*, 2021), reconhecida internacionalmente por sua robustez metodológica. Os artigos científicos foram selecionados a

partir das bases de dados Periódicos CAPES, Google Scholar, Scopus e SciELO, escolhidas por sua abrangência e eficácia na coleta de estudos científicos relevantes (Bramer et al., 2017). Foram utilizados os seguintes descritores, combinados por operadores booleanos (Costa; Zoltowski, 2014): TITLE-ABSTRACT-KEYWORDS: “ethnobotany” OR “medicinal plants” OR “traditional medical system” AND “caatinga” OR “dry forest” OR “semi-arid” AND “Brazil”. Os critérios de inclusão dos artigos são: (1) estudos originais publicados em português, inglês ou espanhol; (2) trabalhos que apresentem nomes vernaculares de plantas medicinais; e (3) pesquisas realizadas no bioma Caatinga ou que especifiquem claramente a coleta de dados nesse contexto ecológico. Foram excluímos artigos de revisão, livros, teses e dissertações. Os artigos encontrados foram sistematicamente organizados em uma planilha do Microsoft Excel, eliminando-se as duplicatas. A busca se limitou ao período de 2000 a 2024, uma vez que os anos 2000 marcam o início da legislação que rege a ética em pesquisa com seres humanos no Brasil.

De acordo com os critérios de elegibilidade, os autores avaliaram e selecionaram os artigos relevantes, examinando os títulos, resumos e resultados, excluindo os que não atendiam aos critérios.. Os dados coletados incluíram: (1) informações sobre o artigo (autores, afiliação do autor principal, título e ano de publicação); (2) espécies mencionadas no estudo; (3) seus usos; (4) nomes populares; e (5) a localização geográfica do estudo. Posteriormente, os textos completos dos estudos selecionados foram revisados, e aqueles que não apresentaram uma lista detalhada de espécies e seus usos foram excluídos, tendo por fim, um total de 52 artigos selecionados.

Os dados extraídos foram analisados quali-quantitativamente, buscando identificar padrões de nomenclatura zoofitonímica, bem como relações simbólicas e linguísticas entre plantas e animais. Os nomes científicos das espécies botânicas foram conferidos utilizando as bases “Flora e Funga do Brasil” (2024) e “Plants of The World Online” (POWO, 2024) para garantir a precisão.

3. Resultados e Discussão

O levantamento etnobotânico identificou uma ampla diversidade de plantas medicinais cujos nomes vernaculares fazem referência a animais, revelando uma forte ligação simbólica e cultural entre a fauna e a flora do semiárido nordestino. Ao todo, foram registradas 137 espécies vegetais distribuídas em 46 famílias (Quadro 1). Os registros zoofitonímicos se referem a 54 zoônimos (nomes comuns de animais), distribuídos em seis grupos taxonômicos: mamíferos (28 zoônimos),

ECO-REBEL

aves (16), répteis (6), peixes (2), anfíbios (1) e insetos (1) (Figura 1). Registra-se um total de 146 menções a referentes zoológicos – por exemplo, o zoônimo boi aparece 15 vezes na formação de nomes populares de plantas medicinais, enquanto bode aparece 13 vezes e gato, 6. A taxonomia das espécies animais e a frequência de citação, em porcentagem, são fornecidas no Quadro 2.

Quadro 1. Zoofitônimos de plantas medicinais da Caatinga de acordo com literatura consultada.

Família	Espécie	Zoofitônimos
Araceae	<i>Scaphispatha gracilis</i> Brongn.	Milho-de-cobra
Aristolochiaceae	<i>Aristolochia birostris</i> Duch.	Papo-de-peru
Cordiaceae	<i>Cordia rufescens</i> A. DC.	Grão-de-galo
Heliotropiaceae	<i>Heliotropium angiospermum</i> Murray	Crista-de-galo
	<i>Heliotropium indicum</i> L.	Cravo-de urubu, Crista-de-galo
	<i>Heliotropium transalpinum</i> Vell.	Pau-sapo
Fabaceae	<i>Acacia bahiensis</i> Benth.	Carcará
	<i>Caesalpinia bracteosa</i> Tul.	Pau-de-rato
	<i>Acacia farnesiana</i> (L.) Willd.	Unha-de-gato
	<i>Acacia paniculata</i> Willd.	Unha-de-gato
	<i>Piptadenia retusa</i> Jacq.	Unha-de-gato, Carcará
	<i>Albizia polycephala</i> Benth.	Camundongo
	<i>Bauhinia catingae</i> Ducke	Pata-de-vaca
	<i>Bauhinia cheilantha</i> (Bong.) Steud.	Pata-de-vaca
	<i>Bauhinia dubia</i> G. Don	Pata-de-vaca
	<i>Bauhinia forficata</i> Link	Pata-de-vaca
	<i>Bauhinia pulchella</i> Benth.	Miroró-de-cabra
	<i>Bauhinia subclavata</i> Benth.	Grão-de-boi
	<i>Dimorphandra gardneriana</i> Tul.	Fava-d'anta
	<i>Galactia jussiaeana</i> Kunth.	Feijão-de-rolinha
	<i>Dioclea virgata</i> (Rich.) Amshoff	Feijão-de-boi
	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Jatobá-de-porco
	<i>Hymenaea stagnocarpa</i> Mart. ex Hayne	Jatobá-de-veado
	<i>Lachesiodendron viridiflorum</i> Kunt	Calumbi-de-boi
	<i>Desmodium procumbens</i> Mill. Hitchc	Engorda-cavalo
	<i>Chamaecrista flexuosa</i> (L.) Greene	Capim-de-cobra

ECO-REBEL

	<i>Machaerium hirtum</i> (Vell.) Stellfeld	Garrote
	<i>Macroptilium lathyroides</i> (L.) Urb.	Orelha-de-rato
	<i>Macropsychanthus grandiflorus</i> (Benth.) G.P. Lewis	Olho-de-boi
	<i>Stylosanthes humilis</i> Kunth	Capim-de-ovelha
	<i>Schnella splendens</i> (Kunth) Benth	Escada-de-macaco
	<i>Mimosa arenosa</i> (Willd.) Poir.	Jurema-unha-de-gato
	<i>Mimosa caesalpinifolia</i> Benth.	Sabiá
	<i>Mimosa velloziana</i> Mart.	Malícia-de-boi
	<i>Lonchocarpus muehlbergianus</i> Hassl	Rabo-de-bugi
	<i>Cenostigma pyramidale</i> (Tul.) Gagnon & G.P.Lewis	Catinga-de-porco
	<i>Cenostigma bracteosum</i> . (Tul.)	Catinga-de-porco
Euphorbiaceae	<i>Croton echinoides</i> Baill.	Catinga-de-porco
	<i>Acalypha multicaulis</i> Müll.Arg.	Canela-de-nambu
	<i>Euphorbia hirta</i> L.	Erva-andorinha
	<i>Euphorbia hyssopifolia</i> (L.) Small.	Porca-parideira, Burra-leiteira
	<i>Dalechampia tiliifolia</i> Lam.	Cipó-tripa-de-galinha
	<i>Euphorbia tirucalli</i> L.	Cachorro-pelado
	<i>Cnidoscolus infestus</i> Pax & K.Hoffm	Urtiga-de-boi
	<i>Cnidoscolus obtusifolius</i> Pohl.	Orelha-de-onça
	<i>Croton antisiphiliticus</i> Mart.	Enxerto-de-passarinho
	<i>Croton heliotropiifolius</i> Kunth	Velame-de-bode
Annonaceae	<i>Xylopia aromatica</i> (Lam.) Mart	Pimenta-macaco
Asteraceae	<i>Vernonia polyanthes</i> Less.	Assa-peixe
	<i>Vernonanthura ferruginea</i> (Less.) H.Rob.	Assa-peixe
	<i>Vernonanthura brasiliiana</i> (L.) H.Rob.	Assa-peixe-branco
	<i>Chaptalia integerrima</i> (Vell.) Burkart	Língua-de-vaca
	<i>Vernonia polyanthes</i> (Spreng.) Less.	Assa-peixe
	<i>Verbesina diversifolia</i> DC.	Assa-peixe
	<i>Chaptalia nutans</i> (L.) Pol.	Língua-de-vaca
	<i>Vernonia aff arenaria</i> Mart. ex DC.	Lã-de-ovelha
	<i>Bidens pilosa</i> L.	Carrapicho-de-ovelha

ECO-REBEL

	<i>Porophyllum ruderale</i> (Jacq.) Cass.	Cravo-de-urubu
Lamiaceae	<i>Ocimum gratissimum</i> Lam.	Alfavaca-de-galinha
	<i>Ocimum campechianum</i> Mill.	Alfavaca-de-galinha, Favaquinha-de-galinha, Favaquinha-de-cobra
	<i>Rhaphiodon echinus</i> (Nees & Mart.) Schauer	Flor-de-urubu
Phyllanthaceae	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Pombinha
Caricaceae	<i>Jacaratia corumbensis</i> Kuntze	Mamão-de-veado
Verbenaceae	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl	Mocotó
	<i>Lippia stachyoides</i> var. <i>martiana</i>	Alecrim-de-boi
Amaranthaceae	<i>Celosia argentea</i> L.	Crista-de-galo
	<i>Alternanthera pungens</i> Kunth	Periquito-de-espinho
	<i>Amaranthus viridis</i> L.	Bredo-de-porco
Nyctaginaceae	<i>Boerhavia diffusa</i> L.	Pega-pinto
	<i>Boerhavia coccinea</i> Mill.	Pega-pinto
	<i>Guapira graciliflora</i> (Mart. ex Schmidt) Lundell	Piranha
	<i>Guapira laxa</i> (Netto) Furlan	Pau-piranha
Piperaceae	<i>Peperomia pellucida</i> (L.) Kunth	Língua-de-sapo
Poaceae	<i>Eleusine indica</i> (L.) Gaertn.	Pé-de-galinha
	<i>Cenchrus purpureus</i> (Schumach.) Morrone	Capim-elefante
	<i>Dactyloctenium aegyptium</i> (L.) Willd.	Mão-de-sapo
	<i>Echinocloa colonum</i> (L.) Link	Unha-de-gato
	<i>Eleusine coracana</i> (L.) Gaertn.	Capim-de-galinha
Anacardiaceae	<i>Astronium fraxinifolium</i> Schott	Mata-cachorra
Malvaceae	<i>Sida cordifolia</i> L.	Malva-de-jegue, Mela-bode
	<i>Herissantia crispa</i> (L.) Brizicky	Mela-bode
	<i>Herissantia tiubae</i> (K.Schum.) Brizicky	Mela-bode
	<i>Luehea candicans</i> Mart.	Açoita-cavalo, Açoita-cavalo-verdadeiro, Açoita-cavalo-branco
	<i>Triumfetta semitriloba</i> Jacq.	Carrapicho-de-boi
Bromeliaceae	<i>Bromelia plumieri</i> (É.Morren) L.B.Sm.	Banana-de-raposa
	<i>Dyckia spectabilis</i> (Mart. ex Schult. & Schult.f.) Baker	Macambira-de-boi
	<i>Tillandsia loliacea</i> Mart. ex Schult. & Schult.f.	Barba-de-bode, Barba-de-bode-pequeno

ECO-REBEL

	<i>Tillandsia recurvata</i> L.	Barba-de-bode-pequeno
	<i>Tillandsia streptocarpa</i> Baker	Barba-de-bode-grande
Apocynaceae	<i>Allamanda blanchetii</i> A.DC.	Pente-de-macaco
	<i>Allamanda puberula</i> A.DC.	Cunhão-de-porco
	<i>Himatanthus bracteatus</i> (A. DC.) Woodson	Banana-de-papagaio
	<i>Matelea nigra</i> (Decne.) Morillo & Fontella	Cunhão-de-bode
	<i>Tabernaemontana albiflora</i> (Miq.) Pulle	Burra-leiteira
Alismataceae	<i>Echinodorus subalatus</i> (Mart.) Griseb.	Língua-de-vaca
Marantaceae	<i>Maranta divaricata</i> Roscoe	Cana-de-macaco
	<i>Maranta gibba</i> J.E.Smith	Cana-de-macaco
Rubiaceae	<i>Chiococca alba</i> (L.) Hitchc.	Caninana
	<i>Diodia teres</i> Walter	Erva-de-ovelha
	<i>Uncaria tomentosa</i> (Willd. ex Roem. & Schult.) DC.	Unha-de-gato
Bignoniaceae	<i>Jacaranda irwinii</i> A.H.Gentry	Cipó-de-caititu
	<i>Jacaranda jasminoides</i> (Thunb.) Sandwith	Chifre-de-carneiro
Cactaceae	<i>Arrojadoa rhodantha</i> (Gürke) Britton & Rose	Rapo-de-raposa
	<i>Cereus albicaulis</i> (Britton & Rose) Luetzelb.	Rabo-de-raposa
	<i>Cereus jamacaru</i> DC.	Mandacaru-de-boi
	<i>Harrisia adscendens</i> (Gürke) Britton & Rose	Rabo-de-raposa
	<i>Opuntia ficus-indica</i> (L.) Mill.	Palma-de-gado
Phytolaccaceae	<i>Petiveria alliacea</i> L.	Gambá
Loasaceae	<i>Loasa rupestris</i> Gardner	Urtiga-de-mocó, Mocó
Malpighiaceae	<i>Banisteriopsis cristata</i> (Griseb.) Cuatrec.	Esterco-de-passarinho
	<i>Heteropterys caducibracteata</i> W.R.Anderson	Nó-de-cachorra
Velloziaceae	<i>Vellozia tubiflora</i> (A.Rich.) Kunth	Canela-de-ema
Plantaginaceae	<i>Angelonia pubescens</i> Benth.	Orelha-de-rato
Polygalaceae	<i>Polygonum acre</i> Kunth	Erva-de-bicho
Cyperaceae	<i>Bulbostylis conifera</i> (Kunth) C.B.Clarke	Capim-de-lagartixa
	<i>Cyperus compressus</i> L.	Barba-de-bode
	<i>Cyperus uncinulatus</i> Schrad. ex. Nees	Barba-de-bode

ECO-REBEL

	<i>Fimbristylis vahlii</i> (Lam.) Link	Barba-de-bode
Violaceae	<i>Pombalia calceolaria</i> (L.) Paula-Souza	Pulga-do-campo
Passifloraceae	<i>Passiflora cincinnata</i> Mast.	Maracujá-boi
Combretaceae	<i>Terminalia glabrescens</i> Mart.	Catinga-de-porco
Talinaceae	<i>Talinum paniculatum</i> (Jacq.) Gaertn.	Língua-de-vaca
	<i>Talinum fruticosum</i> (L.) Juss.	Língua-de-vaca
Convolvulaceae	<i>Ipomoea asarifolia</i> (Desr.) Roem. & Schult.	Batata-de-boi
	<i>Jacquemontia tamnifolia</i> (L.) Griseb.	Amarra-cachorro
	<i>Operculina hamiltonii</i> (G.Don) D.F.Austin & Staples	Batata-de-teiú, Purga-de-lagarto
Capparaceae	<i>Cynophalla flexuosa</i> (L.) J.Presl	Feijão-de-boi
	<i>Cynophalla hastata</i> (Jacq.) J.Presl	Feijão-de-boi
Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Pau-de-teiú
Acanthaceae	<i>Stenandrium pohlii</i> Nees	Berdoégua
Solanaceae	<i>Capsicum parvifolium</i> Sendtn.	Pimenta-passarinho
	<i>Solanum nigrum</i> L.	Pimenta-de-passarinho
Chrysobalanaceae	<i>Couepia impressa</i> Prance	Bafo-de-boi
Lygodiaceae	<i>Lygodium volubile</i> Sw.	Feijão-de-lambu
Rutaceae	<i>Ertela trifolia</i> (L.) Kuntze	Alfavaca-de-cobra
Krameriaceae	<i>Krameria tomentosa</i> A.St.-Hil.	Carrapicho-de-bode, Carrapicho-de-cavalo
Smilacaceae	<i>Smilax hilariana</i> A.DC.	Jacaré, Catana-de-jacaré

ECO-REBEL

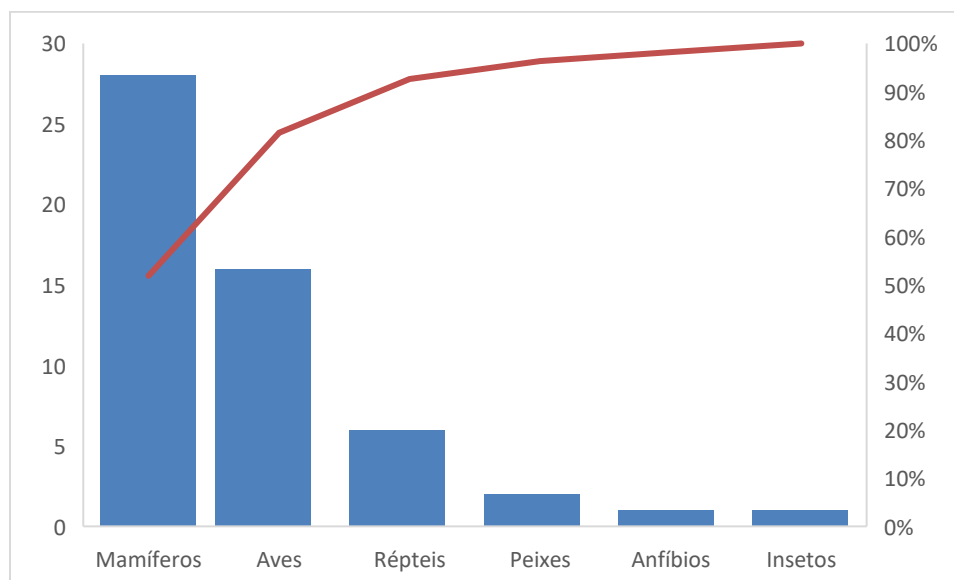


Figura 1. Zoônimos presentes na formação dos fitônimos de plantas medicinais da Caatinga, distribuídos segundo o grupo animal a que pertencem.

Fonte: os autores.

Quadro 2. Zoônimos presentes na formação dos fitônimos de espécies botânicas de uso medicinal na região semiárido brasileira, distribuídos segundo seus nomes comuns, referentes taxonômicos e frequência de citação.

Zoônimos		Citação (%)
Nome comum	Referente taxonômico	
Aves		
Andorinha	Hirundinidae	0,6
Carcará	<i>Caracara plancus</i> (Miller, 1777)	1,3
Ema	<i>Rhea americana</i> (Linnaeus, 1758)	0,6
Galinha	<i>Gallus gallus domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	4,1
Galo	<i>Gallus gallus domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	2,7
Lambu	<i>Crypturellus</i> sp.	0,6
Nambu	<i>Crypturellus</i> sp.	0,6
Papagaio	<i>Amazona</i> sp.	0,6
Passarinho	Passeriformes	2,7
Periquito	Psittacidae	0,6
Peru	<i>Meleagris gallopavo</i> Linnaeus, 1758	0,6
Pinto	<i>Gallus gallus domesticus</i> (Linnaeus, 1758)	1,3
Pombinha	Columbidae	0,6
Rolinha	Columbidae	0,6
Sabiá	<i>Turdus</i> sp.	0,6
Urubu	<i>Coragyps atratus</i> (Bechstein, 1793)	2,0
Répteis		
Caninana	<i>Spilotes pullatus</i> (Linnaeus, 1758)	0,6
Cobra	Squamata	2,7

ECO-REBEL

Jacaré	<i>Caiman</i> sp.	1,3
Lagartixa	Gekkonidae	0,6
Lagarto	Squamata	0,6
Teiú	<i>Salvator merianae</i> (Duméril & Bibron, 1839)	1,3
Insetos		
Pulga	Siphonaptera	0,6
Anfíbios		
Sapo	Bufo	2,0
Mamíferos		
Anta	<i>Tapirus terrestris</i> (Linnaeus, 1758)	0,6
Bode	<i>Capra aegagrus</i> Erxleben, 1777	8,9
Boi	<i>Bos taurus</i> Linnaeus, 1758	10,2
Bugio	<i>Alouatta</i> sp.	0,6
Burra	<i>Equus caballus</i> x <i>Equus asinus</i>	1,3
Cabra	<i>Capra aegagrus</i> Erxleben, 1777	0,6
Cachorra	<i>Canis lupus familiaris</i> Linnaeus, 1758	1,3
Cachorro	<i>Canis lupus familiaris</i> Linnaeus, 1758	1,3
Caititu	<i>Dicotyles tajacu</i> (Linnaeus, 1758)	0,6
Camundongo	<i>Mus musculus</i> Linnaeus, 1758	0,6
Carneiro	<i>Ovis aries</i> Linnaeus, 1758	0,6
Cavalo	<i>Equus caballus</i> Linnaeus, 1758	3,4
Égua	<i>Equus caballus</i> Linnaeus, 1758	0,6
Elefante	<i>Loxodonta</i> sp.	0,6
Gambá	<i>Conepatus semistriatus</i> (Boddaert, 1785)	0,6
Garrote	<i>Bos taurus</i> Linnaeus, 1758	0,6
Gato	<i>Felis catus</i> (Linnaeus, 1758)	4,1
Jegue	<i>Equus africanus asinus</i> Linnaeus, 1758	0,6
Macaco	Primates	3,4
Mocó	<i>Kerodon rupestris</i> (Wied-Neuwied, 1820)	1,3
Onça	<i>Panthera onca</i> (Linnaeus, 1758)	0,6
Ovelha	<i>Ovis aries</i> Linnaeus, 1758	2,7
Porca	<i>Sus scrofa domesticus</i> Linnaeus, 1758	0,6
Porco	<i>Sus scrofa domesticus</i> Linnaeus, 1758	4,7
Raposa	Canidae	2,7
Rato	Muridae	2,0
Vaca	<i>Bos taurus</i> Linnaeus, 1758	6,1
Veado	<i>Subulo gouzoubira</i> G. Fischer, 1814	1,3
Peixes		
Peixe	Osteichthys	3,4
Piranha	<i>Serrasalmus</i> sp.	1,3

Entre as classes de animais mais citadas, os mamíferos se destacam amplamente contribuindo com 96 zoofitônimos. As referências a boi, vaca, porco, bode, cavalo e outros animais domesticados demonstram uma íntima relação entre os usos populares das plantas e o cotidiano das populações do semiárido, em especial com as práticas agropecuárias. Termos como pata-de-vaca, erva-de-boi, macambira-de-bode, entre outros, exemplificam essa integração entre o simbólico, o utilitário

e o ambiente natural. As aves são o segundo grupo, somando 31 zoofitônimos. Nomes como papo-de-peru, grão-de-galo, cravo-de-urubu e canela-de-nambu evidenciam o papel observacional da cultura popular, seja pela semelhança visual com estruturas corporais de aves, seja por associações com hábitos dessas espécies ou por suas presenças frequentes no imaginário regional. Em seguida, aparecem os répteis com 11 ocorrências, como em milho-de-cobra, erva-de-lagartixa e batata-de-teiú. Esses nomes muitas vezes fazem alusão ao formato da planta, à textura das folhas ou a propriedades medicinais associadas a esses animais, que habitam o mesmo ecossistema da Caatinga.

Outras classes aparecem com menor frequência. Os anfíbios possuem três zoofitônimos registrados (língua-de-sapo, mão-de-sapo e pau-sapo), enquanto os peixes são representados por sete ocorrências (o genérico peixe, em assa-peixe, além de piranha e pau-piranha); os insetos figuram com apenas um zoofitônimo: pulga-do-campo.

A investigação da nomenclatura popular a nomes relacionados ao universo zoológico, como bicho, gado e mocotó. O primeiro é um nome generalizado para animal e usado na constituição do nome comum dado a *Polygonum acre* Kunth: erva-de-bicho. Gado é o coletivo utilizado para se referir a rebanho de animais domésticos, especialmente bovinos. O lexema aparece no binômio palma-de-gado, que denomina uma espécie de cactácea forrageira: *Opuntia ficus-indica* (L.) Mill. Já o lexema Mocotó se refere à pata de bovino, sem o casco, utilizada como alimento. *Stachytarpheta cayennensis* (Rich.) Vahl

Além dos referentes animais, 18 partes corporais também são usadas na formação de zoofitônimos (Figura 2). Por exemplo, o termo mocotó, que se refere à pata de bovino, sem o casco, utilizada como alimento, é o zoofitônimo de *Stachytarpheta cayennensis* (Rich.) Vahl.

ECO-REBEL

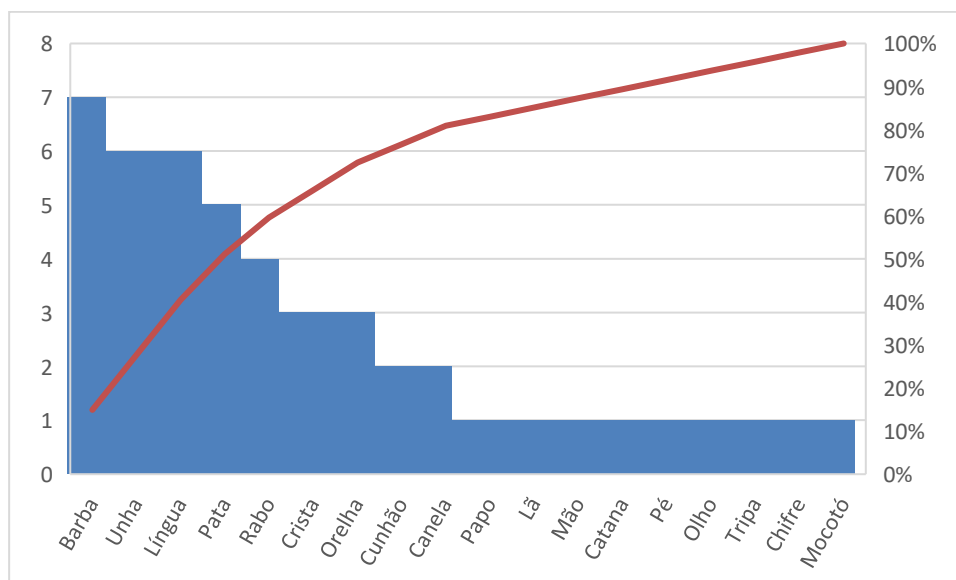


Figura 2. Distribuição do quantitativo de partes corporais dos animais que compõem os zoofitônimos segundo os nomes usados na literatura consultada.

A análise dos nomes populares das plantas revela uma complexa e rica relação entre os saberes tradicionais, o ambiente e os aspectos ecológicos e culturais associados a cada espécie. Embora o documento não explicita diretamente o habitat nem os aspectos ecológicos das plantas listadas, os nomes populares fornecem pistas valiosas sobre esses elementos, permitindo inferências baseadas na etnobotânica e na ecologia simbólica. Em relação ao habitat, muitos nomes fazem alusão direta ou indireta ao ambiente natural em que as plantas ocorrem. Termos como “capim-de-cobra”, “milho-de-cobra” e “pau-sapo” evocam paisagens abertas, com vegetação rasteira, características de regiões como a Caatinga e o Cerrado. A presença de nomes como “caatinga-de-porco” evidencia uma conexão direta com o bioma da Caatinga, o que sugere que o conhecimento local reconhece essas espécies como típicas ou abundantes nesse tipo de vegetação seca. Por outro lado, nomes como “cavalinha” (*Equisetum giganteum*), associados a plantas de ambientes úmidos e brejosos, demonstram que o conhecimento vernacular também reconhece diferentes nichos ecológicos e adaptações das espécies a esses ambientes. Já “pé-de-galinha” (*Eleusine indica*) é uma planta comumente associada a solos perturbados, como áreas de pasto ou terrenos agrícolas, evidenciando sua relação com habitats antrópicos.

Do ponto de vista da ecologia trófica, os nomes populares trazem referências claras a interações ecológicas ou a aspectos simbólicos relacionados à fauna. Espécies como “feijão-de-rolinha”, “grão-de-galo” e “grão-de-boi” remetem à alimentação animal, indicando que essas plantas

provavelmente têm sementes ou frutos consumidos por determinadas espécies, ou que apresentam aspectos morfológicos associados ao tipo de alimento oferecido. Outros nomes, como “enxerto-de-passarinho”, “orelha-de-rato” e “língua-de-sapo”, apontam para uma construção linguística que associa a planta a características físicas ou comportamentais de animais, revelando um conhecimento empírico que une observações botânicas e zoológicas de forma simbólica.

A repetição de nomes populares em diferentes espécies e até mesmo em diferentes famílias é um fenômeno significativo. A família Fabaceae, por exemplo, apresenta múltiplas espécies com o nome “unha-de-gato”, como *Acacia farnesiana*, *Acacia paniculata*, *Piptadenia retusa* e *Mimosa arenosa*. Esse nome popular se justifica por características morfológicas comuns a essas espécies, como galhos espinhosos e recurvados que lembram garras ou unhas felinas. Da mesma forma, o nome “pata-de-vaca” aparece em diversas espécies do gênero *Bauhinia*, como *B. cattingae*, *B. cheilantha*, *B. dubia* e *B. forficata*, todas com folhas bífidas que lembram a fenda dos cascos bovinos. A recorrência desses nomes dentro da mesma família, ou mesmo dentro de um único gênero, evidencia uma tradição classificatória popular que valoriza elementos visuais marcantes das plantas para nomeá-las.

Por outro lado, também há casos de repetição de nomes populares entre famílias diferentes. A expressão “crista-de-galo” aparece tanto em *Heliotropium angiospermum*, da família Heliotropiaceae, quanto em *Celosia argentea*, da família Amaranthaceae. Esse nome é derivado do formato das inflorescências dessas plantas, que se assemelham à crista de um galo. A semelhança visual entre plantas de famílias distintas, somada à ausência de uma taxonomia científica nas comunidades tradicionais, favorece esse tipo de convergência na nomeação. Outro caso interessante de nomes recorrentes aparece entre espécies de diferentes famílias que compartilham o nome “catinga-de-porco”, como *Croton echiodides* (Euphorbiaceae) e *Cenostigma bracteosum* (embora atualmente classificada em Fabaceae). Esse nome pode refletir o cheiro forte, o ambiente em que são encontradas ou mesmo o uso da planta em pastoreio ou manejo de animais. A repetição do nome “jatobá-de-porco” e “jatobá-de-veado” em duas espécies do gênero *Hymenaea* indica uma tentativa popular de diferenciar espécies próximas com base em preferências ou relações com determinados animais.

Além das associações morfológicas, simbólicas e ecológicas, muitos zoofitônimos identificados no levantamento também incorporam verbos de ação, revelando dimensões funcionais ou comportamentais na nomeação popular das plantas (Quadro 3). Esses verbos destacam o modo

ECO-REBEL

como as comunidades interpretam a interação entre a planta, o animal e o uso humano, e refletem ações atribuídas ou evocadas pelas características da espécie. Entre os verbos identificados destacam-se:

Quadro 3. Verbos de ação utilizados na formação de zoofitônimos de espécies botânicas de uso medicinal na região semiárido brasileira.

Verbo	zoofitônimo	Espécie	Explicações possíveis
Amarrar	Amarra-cachorro	<i>Jacquemontia tamnifolia</i> , Convolvulaceae	Provavelmente em alusão ao hábito trepador da planta ou seu uso em amarrações improvisadas no ambiente rural.
Assar	Assa-peixe	<i>Vernonia polyanthes</i> , Asteraceae	Pode se referir ao uso da planta para envolver peixes em preparações culinárias ou medicinais.
Engordar	Engorda-cavalo	<i>Desmodium procumbens</i> , Fabaceae	Associado ao uso da planta como forragem para animais, especialmente equinos.
Melar	Mela-bode	<i>Sida cordifolia</i> , Malvaceae	Pode estar relacionada à textura pegajosa da planta ou a efeitos fisiológicos (como laxativos).
Pegar	Pega-pinto	<i>Boerhavia diffusa</i> , Nyctaginaceae	Sugere uma característica pegajosa da planta ou sua presença em locais frequentados por pintos e galinhas.
Açoitar	Açoita-cavalo	<i>Luehea candicans</i> , Malvaceae	Possivelmente ligado à flexibilidade dos galhos, utilizados como varas ou chicotes.
Matar	Mata-cachorra	<i>Astronium fraxinifolium</i> , Anacardiaceae	Pode indicar propriedades tóxicas da planta.

Esses verbos ampliam o entendimento sobre a maneira como o conhecimento tradicional codifica usos, efeitos ou aspectos comportamentais das plantas em seus nomes. Tal construção linguística, baseada na ação, demonstra uma relação dinâmica entre linguagem, prática e ecologia no cotidiano das populações do semiárido.

Além dos verbos de ação, observam-se também outras categorias de nomes populares que reforçam a dimensão simbólica, ecológica e funcional do conhecimento tradicional sobre as plantas. Três grupos de destaque são: nomes que remetem a objetos antrópicos, zoofitônimos relacionados à alimentação animal e nomes associados a aspectos fisiológicos. Os zoofitônimos que remetem a objetos de origem antrópica, geralmente em referência à forma da planta ou à sua associação

simbólica com ferramentas ou utensílios do cotidiano, são Escada-de-macaco (*Schnella splendens*, Fabaceae) e Pente-de-macaco (*Allamanda blanchetii*, Apocynaceae).

Exemplos de zoofitônimos que indicam o uso alimentar de recursos vegetais pelos animais são: Bredo-de-porco (*Amaranthus viridis*, Amaranthaceae), Fava-d'anta (*Dimorphandra gardneriana*, Fabaceae) e Velame-de-bode (*Croton heliotropiifolius*, Euphorbiaceae). E como exemplos de nomes relacionados a aspectos fisiológicos dos animais, temos: Burra-leiteira (*Euphorbia hyssopifolia*, Euphorbiaceae; *Tabernaemontana albiflora*, Apocynaceae); Porca-parideira (*E. hyssopifolia*), Bafo-de-boi (*Couepia impressa*, Chrysobalanaceae) e Catinga-de-porco (*Cenostigma bracteosum*, Fabaceae; *Croton echiodides*, Euphorbiaceae).

Esses exemplos demonstram como o saber etnobotânico vai além da simples nomeação e se ancora em experiências sensoriais, observações fisiológicas e relações de uso direto com a fauna e com o cotidiano humano.

Quanto ao uso de nomes comuns na educação e divulgação científica, deve-se “registrar e documentar variantes locais e indicar o nome científico aceito (incluindo autor e ano)” (DA-SILVA, 2025b, p. 131).

De forma geral, zoofitônimos carregam sentidos culturais, ecológicos e medicinais, funcionando como marcadores cognitivos que preservam saberes populares locais, além de apoiar o reconhecimento de espécies e práticas comunitárias de manejo (SANTOS *et al.*, 2024). Esse corpus mnemônico – conjunto de saberes, práticas e ritos associados às plantas – é transmitido especialmente pela oralidade, passando literalmente de boca em boca, pulando de mente a mente, comunicando e revelando aspectos da cultural local de cada povo, de cada região. Neste sentido, “a folkcomunicação vegetal mostra que o conhecimento não precisa ser escrito para ser verdadeiro, nem científico para ser eficaz. Ela é, ao mesmo tempo, cura, metáfora e memória” (DA-SILVA, 2025a, p. 80).

4. Considerações finais

De modo geral, a análise revela que os nomes populares das plantas são construções simbólicas e ecológicas que refletem o saber tradicional acumulado pelas comunidades locais. Os nomes populares estão diretamente relacionados ao modo como as pessoas percebem, interagem e utilizam os recursos naturais ao seu redor, refletindo tanto o conhecimento prático quanto o simbólico. Esses nomes podem expressar aspectos morfológicos das plantas, como suas folhas,

flores e frutos; suas interações com a fauna; suas propriedades medicinais; ou mesmo suas aplicações econômicas e culturais.

Além disso, é comum que uma mesma planta receba nomes diferentes em regiões distintas, ou que plantas diferentes recebam o mesmo nome em virtude de similaridades percebidas localmente. Essa polissemia e ambiguidade fazem parte da dinâmica dos sistemas de nomeação populares e são indicativas da riqueza e da complexidade do conhecimento etnobotânico tradicional.

Em síntese, os nomes populares analisados neste documento revelam um panorama vasto e significativo do conhecimento ecológico e simbólico das comunidades humanas sobre as plantas, especialmente no contexto do semiárido e de ecossistemas associados. A repetição de nomes dentro e entre famílias, bem como a relação com elementos do habitat e com animais, demonstra que a etnobotânica é um campo fértil para compreender não só o uso das plantas, mas também a forma como os seres humanos se relacionam afetiva, simbólica e utilitariamente com o ambiente natural que os cerca.

Ao mesmo tempo, esses dados podem contribuir de maneira expressiva para a educação ambiental, ao promover o reconhecimento das plantas nativas e de seus significados culturais como parte essencial do aprendizado sobre o meio ambiente. Incorporar o conhecimento etnobotânico em práticas pedagógicas permite aproximar ciência e tradição, estimulando uma visão crítica e sensível sobre a conservação dos ecossistemas da Caatinga.

Além disso, a documentação e valorização dos nomes populares reforçam a importância dos saberes tradicionais como patrimônio imaterial das comunidades locais, fortalecendo o vínculo entre conhecimento empírico e identidade cultural. Esse processo de reconhecimento contribui também para a conservação do patrimônio biocultural, uma vez que o conhecimento sobre as plantas e seus usos está intimamente associado à manutenção da biodiversidade e das práticas culturais sustentáveis.

Por fim, ao evidenciar a riqueza e a singularidade dos saberes sobre a flora do semiárido, este estudo contribui para o fortalecimento da identidade regional das comunidades da Caatinga brasileira, valorizando sua memória, suas práticas e suas formas próprias de interpretar o ambiente. Assim, os resultados aqui apresentados não apenas ampliam a compreensão científica sobre a diversidade de nomes e usos das plantas, mas também oferecem subsídios para ações integradas de educação, conservação e valorização cultural no contexto do semiárido nordestino.

Agradecimentos

Os autores agradecem às sugestões dadas pelo Dr. Alisson José Oliveira Duarte para melhoria textual; à Pró-Reitoria de Extensão da UEFS pela bolsa de extensão cedida à primeira autora.

Referências

ALBUQUERQUE, U. P.; SOUSA ARAÚJO, T. A.; RAMOS, M. A.; NASCIMENTO, V. T.; LUCENA, R. F. P.; MONTEIRO, J. M.; ALENCAR, N. L.; LIMA ARAÚJO, E. How ethnobotany can aid biodiversity conservation: reflections on investigations in the semi-arid region of NE Brazil. *Biodiversity and Conservation*, v. 18, n. 1, 2009, p. 127-150.

CONSTANT, N. L.; TSHISIKHAWA, M. P. Hierarchies of knowledge: ethnobotanical knowledge, practices and beliefs of the Vhavenda in South Africa for biodiversity conservation. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 14, n. 1, 2018, p. 56.

COSTA NETO, E. M. Análise semântica dos nomes comuns atribuídos às espécies de Passiflora (Passifloraceae) no Estado da Bahia, Brasil. *Neotropical Biology and Conservation*, v. 3, n. 2, 2008, p. 86-94.

DA-SILVA, E. R. Trem de folhas: breve ensaio sobre folkcomunicação e etnobotânica dos produtos vegetais em comércios e nas crenças populares. *Barbante*, v. 13, n. 119, 2025a, p. 75-81.

DA-SILVA, E. R. Zoonímia popular em Lebiasinidae: uma revisão crítica a partir da zoologia cultural. *A Bruxa*, v. 9, n. 10, 2025b, p. 125-134.

DRUKER-IBÁÑEZ, S.; CÁCERES-JENSEN, L. Integration of indigenous and local knowledge into sustainability education: a systematic literature review. *Environmental Education Research*, v. 28, n. 8, 2022, p. 1209-1236.

FERRARI, P. A.; ZANK, S.; HANAZAKI, N. Unraveling sustainability in Brazilian ethnobotany: an analysis of the sustainable development goals (SDGs). *Economic Botany*, v. 78, n. 2, 2024, p. 197-216.

MARSANDI, F.; SUTADJI, E.; KUNTADI, I.; RIZAL, F.; NUR RAHMA, A. B.; FAJRI, H. Integrating ethnobotany and Indigenous knowledge into higher education curricula: insights from a global biobliometric analysis. *Ethnobotany Research and Applications*, v. 30, 2025. Disponível em: <<https://ethnobotanyjournal.org/index.php/era/article/view/6622>>. Acesso em: 22 set. 2025.

NAJEM, M.; NASSIRI, L.; EL MDERSSA, M.; IBIJBIJEN, J. Originality and meaning of the vernacular names of medicinal plants common in the central Middle Atlas – Morocco. *Ethnobotany Research and Applications*, v. 29, 2024. Disponível em: <<https://ethnobotanyjournal.org/index.php/era/article/view/6127>>. Acesso em: 22 set. 2025.

NUNES, A. T.; PAIVADE LUCENA, R. F.; FERREIRA DOS SANTOS, M. V.; ALBUQUERQUE, U. P. Local knowledge about fodder plants in the semi-arid region of Northeastern Brazil. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 11, n. 1, 2015, p. 12.

OTTO, S.; PENSINI, P. Nature-based environmental education of children: environmental knowledge and connectedness to nature, together, are related to ecological behaviour. *Global Environmental Change*, v. 47, 2017, p. 88-94.

RAI, M.; ACHARYA, D.; RÍOS, J. L. *Ethnomedicinal plants*. Revitalization of traditional knowledge of herbs. Boca Raton: Science publ. CRC Press, 2011.

SANTANA, C. M. B.; SANTOS CALEGARI, A.; CARVALHO, G. S.; SOARES, J. P. R.; ALMEIDA, E. A. E.; JORGE, J.; FRANZOLIN, F. Local biodiversity: students' interests and perceptions, and teaching materials. *International Journal of Science Education*, v. 46, n. 9, 2024, p. 893-912.

SANTOS, M. C. D. R.; COSTA NETO, E. M.; ARAÚJO, G. P. D. Isso é um animal ou uma planta? Fitonímia referente a animais: abordagem ecolinguística. In: BOZZO, G. C. B. (ed.). *Linguística, Letras e Artes: Descrição, análise e práticas sociais 5*. 1. ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2023. p. 40-65.

SANTOS, M. C. R.; COSTA NETO, E. M.; SANTOS, P. S. N.; ARAÚJO, G. P.; ANDRADE, C. T. da S. Fitozoônimos associados a espécies de Myrtaceae, Solanaceae e Poaceae na Bahia. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)*, v. 10, n. 1, 2024, p. 71-86.

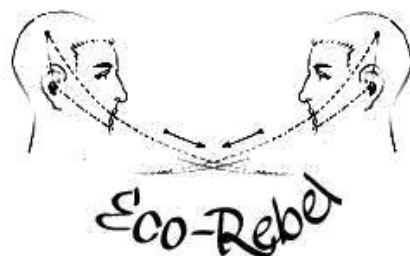
TURNER, N. J.; CUERRIER, A.; JOSEPH, L. Well grounded: Indigenous peoples' knowledge, ethnobiology and sustainability. *People and Nature*, v. 4, n. 3, 2022, p. 627-651.

VERAWATI, N. N. S. P.; WAHYUDI, W. Raising the issue of local wisdom in science learning and its impact on increasing students' scientific literacy. *International Journal of Ethnoscience and Technology in Education*, v. 1, n. 1, 2024, p. 42.

ZAMUDIO, F.; HILGERT, N. I. Multi-Dimensionality and variability in folk classification of stingless bees (Apidae: Meliponini). *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, v. 11, n. 1, 2025, p. 41.

Aceito em 10 de janeiro de 2026.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 12, N. 1, 2026.



IMIGRAÇÃO ÁRABE NO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE A INTERFACE DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E ECOLINGUÍSTICA

Marcela Cristina Lemos Cordeiro

Resumo: O artigo analisa a imigração árabe no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e meados do XX, investigando a interface entre políticas linguísticas e ecolinguística. A partir dos referenciais de Bernard Spolsky, Joshua Fishman e Salikoko Mufwene, discute-se como demandas migratórias, gestão estatal, crenças e práticas impactaram a vitalidade da língua árabe. O estudo examina núcleos institucionais, imprensa comunitária e ações educacionais, além dos efeitos repressivos da Era Vargas, como o “crime idiomático”. Analisa-se ainda o papel do IBGE na invisibilização linguística, evidenciando como a ausência de recenseamento linguístico contribuiu para apagamentos identitários. Conclui-se que políticas desconectadas das demandas sociolinguísticas fragilizam ecossistemas linguísticos minoritários.

Palavras-chave: imigração árabe; políticas linguísticas; ecolinguística; vitalidade linguística; identidade.

Abstract: This article examines Arab immigration to Rio de Janeiro from the late 19th to mid-20th centuries, focusing on the interface between language policy and ecolinguistics. Drawing on Bernard Spolsky, Joshua Fishman, and Salikoko Mufwene, it analyzes how migratory demands, state management, beliefs, and practices affected Arabic language vitality. The study addresses institutional domains, community press, educational initiatives, and the repressive measures of the Vargas Era. It also discusses the role of national statistics in linguistic invisibility. The paper

concludes that language policies disconnected from sociolinguistic demands contribute to minority language erosion.

Keywords: Arab immigration; language policy; ecolinguistics; language vitality; identity.

1. Introdução

A imigração Árabe ensejada pelos conflitos político-ideológicos da queda do Império turco-otomano, impulsionou a vinda de inúmeros núcleos familiares provenientes da região do Levante (Palestina, Líbano, Síria e Jordânia), aos portos do Rio de Janeiro no período correspondente ao final do século XIX e meados do século XX. A integração desses povos ao novo *modus vivendi* do Rio de Janeiro não impediu que se conservasse o idioma Árabe nas esferas sociais, políticas e culturais cariocas. A preservação da Língua, junto aos elementos sócio-culturais destas comunidades desenvolveu-se junto a fatores internos e externos que marcaram profundamente a integração destes núcleos em território carioca.

Para melhor aclarar estes processos de contatos linguísticos, este trabalho apresentará o estudo da interface das áreas de estudos vitalidade linguística, Ecolinguística e Políticas Linguísticas que se complementam, de forma que, suas interseções contribuem para o entendimento da dinâmica de contatos entre os povos. A primeira parte deste trabalho propõe um esclarecimento sobre o objeto de estudos do tema Políticas Linguísticas, sua importância e finalidade sob as luzes das teorias Ecolinguísticas. A interface entre estes estudos poderá demonstrar como as políticas linguísticas estão intrinsecamente ligadas às demandas migratórias quando inseridas em um sistema linguístico receptor. Se este não atende o imperativo externo com bases de acolhimento, preservação e tolerância, há um desequilíbrio em todos os sistemas de comunidade de fala envolvidos, com processos de apagamento, exclusão linguística e social.

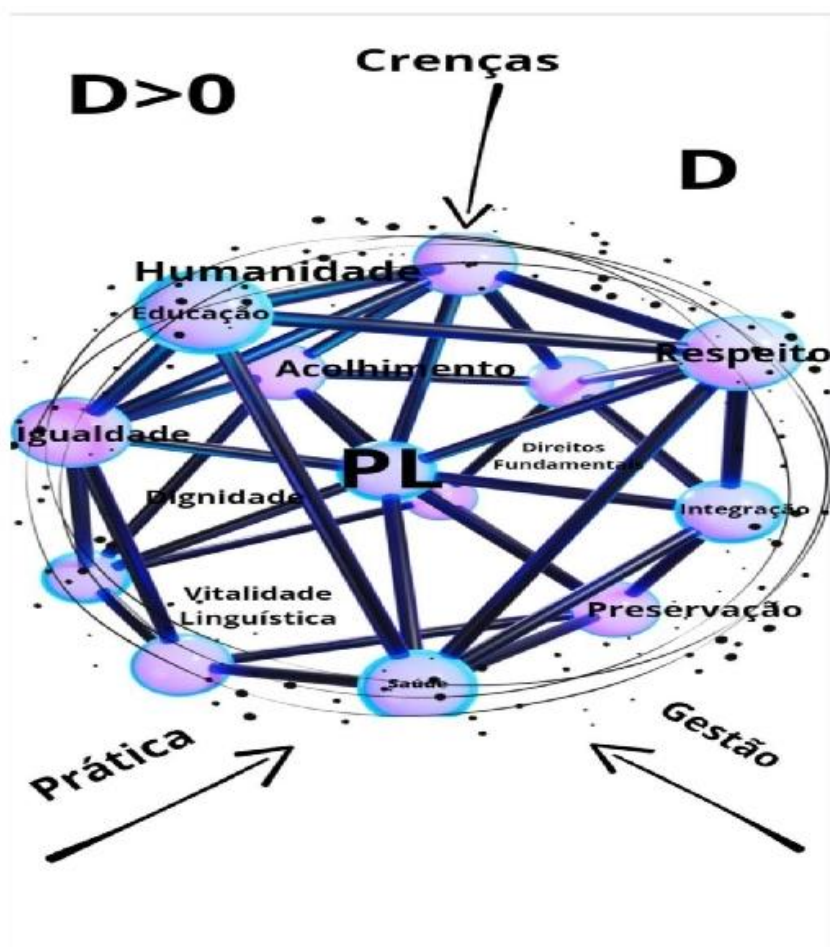
A segunda parte deste trabalho propõe a apresentação de fatos históricos importantes inerentes à presença da imigração Árabe no Rio de Janeiro, assim como a formação de núcleos de intergrupos que Spolsky (2004), define como domínios. Como esta pesquisa tem como objetivo estabelecer a interface entre políticas linguísticas e Ecolinguística, nomearemos estes domínios como núcleos ou nichos de vitalidade, já que perpassam elementos (status, suporte institucional e demografia) descritos por Giles, Bourhis & Taylor (1977) preponderantes para a vida ativa de uma língua.

A terceira parte demonstrará a recepção destes povos e o impacto das políticas linguísticas estabelecidas pela Era Vargas em relação às comunidades imigrantes, especificamente os núcleos árabes estabelecidos no Rio de Janeiro. Estes eventos serão norteados pelos conceitos de gestão, prática e crenças, estabelecidos por Spolsky (2016) que serão ampliados sob a ótica dos estudos da Ecolinguística. No final deste trabalho, serão apresentadas reflexões sobre as ferramentas dispostas pelo governo brasileiro para a análise demográfica da matizes multiculturais e multilinguísticas dos imigrantes que coexistem fisicamente em território nacional e inexistem em suas identidades linguísticas e culturais. Analisaremos em até que ponto este hiato no que diz respeito à importância da língua como fator de identidade dos povos imigrantes, hiato este muitas vezes endossado por comportamentos de instâncias mais altas das esferas do Direito, contribui para a desorganização destas comunidades e ao apagamento de suas identidades culturais e linguísticas.

2. Políticas Linguísticas: uma proposta de definição dos objetos de estudo sob as luzes da Ecolinguística

Há muitas discussões acadêmicas sobre a definição do objeto de estudo das políticas linguísticas, cujas fronteiras amplas podem incorrer na incompreensão e questionamentos sobre o lugar epistemológico deste tema. Com base nas discussões promovidas sobre o assunto, perguntas-chave emergem de reflexões de linguistas da área: O que são políticas linguísticas? Como um objeto de estudo pode perpassar por todas as áreas? Como delimitar este campo de pesquisa? Como pesquisadora da área, creio que as direções para respondermos a algumas destas perguntas já estejam nos caminhos percorridos por linguistas da área que despertaram para a importância de enxergarmos na prática científica a interseção com outras áreas de saber, como a ecolinguística. Mufwene (2016) teoriza sobre conceitos desenvolvidos originalmente por biólogos para organismos e espécies em seus *habitats* naturais que podem ser estendidos para explicar o destino das línguas em seus meio ambientes sociais, sobretudo no estudo da evolução linguística. O autor menciona ainda a distinção entre ecologia externa e ecologia interna da língua, e neste sistema externo, poderíamos entender a dinâmica das políticas linguísticas em relação a estes fenômenos. No que concerne ao tema das políticas linguísticas, o fator atrelado à prática de resoluções para a integração de uma comunidade imigrante ou refugiada é a demanda. Como um fenômeno natural, já traz em si a necessidade de resoluções para a manutenção de um domínio linguístico. Demanda e políticas linguísticas estão intrinsecamente conectados e geram em seu entorno um campo de

força atrativo para os principais fatores de políticas linguísticas descritos por Spolsky (2016): crenças, práticas e gestão, como pode ser exemplificada na figura, a seguir:



A demanda (D) pode ser explicada como os reclames sócio-históricos que impactam os contatos linguísticos e influenciam a sobrevivência da fala das comunidades imigrantes como declara o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996): A situação de cada língua, tendo em conta as considerações prévias, é o resultado da confluência e da interação de uma multiplicidade de factores: político-jurídicos; ideológicos e históricos; demográficos e territoriais; económicos e sociais; culturais; linguísticos e sociolinguísticos; interlinguísticos; e, finalmente, subjectivos. Como ponto central da demanda, as políticas linguísticas (PL) são vetores que transportam, de forma intrínseca, módulos essenciais para o equilíbrio ecolinguístico de uma comunidade como preconiza a introdução da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, reunidas em Barcelona (1996): é necessária uma Declaração Universal dos Direitos Linguísticos que permita corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno

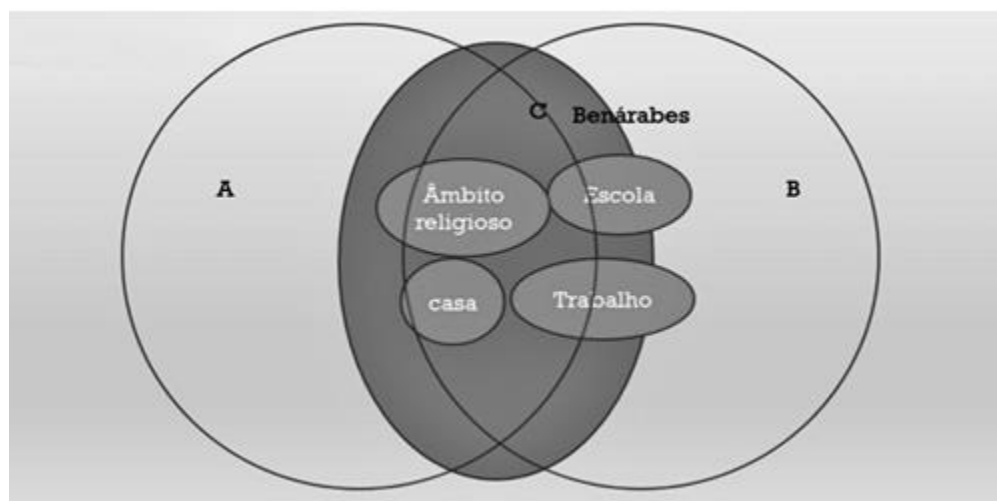
desenvolvimento de todas as línguas e estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária justa e equitativa, como fator fundamental da convivência social.

Sob as luzes de uma teoria Ecolinguística, poderíamos dizer que a demanda emana campos eletromagnéticos atrativos, contendo em si, a necessidade de políticas linguísticas, que são vetores mecânicos e direcionadores das forças de gestão, prática e crenças (Spolsky, 2004) em mesma direção e sentido, relacionado a determinada comunidade imigrante ou refugiada. Sob a perspectiva ecológica, um vetor pode perpassar fronteiras geográficas e históricas, transmitindo de forma geracional o conteúdo de sua demanda. Assim ocorre com as políticas linguísticas, cujas demandas sempre estiveram expostas por contatos linguísticos que marcam as histórias dos povos, mas somente com a evolução científica receberam olhares mais cuidadosos. Neste trabalho vamos propor uma tentativa de análise de como os governos tratam estas demandas e se abrem espaços em seus sistemas para que o vetor das políticas linguísticas possa instalar módulos necessários para a sobrevivência de uma comunidade linguística: preservação, dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e vitalidade linguística, sendo este último, o foco principal desta pesquisa. Será observado o fato de que, quando a comunidade receptora não acolhe o fenômeno da demanda, há um desequilíbrio sistêmico das comunidades de fala, abalando a preservação dos sistemas linguísticos que tendem ao apagamento de suas línguas.

3. Demandas de imigrantes árabes e a Formação de Núcleos ou Nichos Linguísticos

De acordo com os estudos sobre Políticas Linguísticas, Fishman (1972) define o conceito de domínios, que é normalmente nomeado com vistas a um espaço social, como o lar ou a família, escola, vizinhança, igreja (ou sinagoga ou mesquita ou outra instituição religiosa), local de trabalho, imprensa, ou governo. Spolsky (2004) amplia este conceito, postulando que, quaisquer membros podem transitar linguisticamente em diferentes domínios e esta mudança de esferas sociais demandará, igualmente, a mudança e escolha de normas linguísticas. Estes âmbitos de prática linguística, sob as luzes dos registros históricos que se referem à formação de nichos de fala de comunidades árabes do Rio de Janeiro, podem ser representados graficamente da seguinte forma:

ECO-REBEL



Será utilizado o termo *benárabe* como referência aos imigrantes árabes em território brasileiro, como citado no artigo da revista “O Oriente”, veículo de publicação mensal, que assim como diversos jornais e revistas das comunidades sírio-libanesas, mantiveram a vitalidade da língua árabe em modalidade escrita e noticiavam entre estes imigrantes os acontecimentos que circulavam em âmbito nacional e internacional. A palavra *Ben* significa filho, ou seja, o termo se refere aos filhos de árabes, ou descendentes da onda migratória sírio-libanesa, como mencionado na revista “O Oriente” publicada no ano de 1941:

O brasileiro o apresenta, o educa, sem a dubiedade e a hipocrisia de outros estrangeiros que, após sugarem o dinheiro do Brasil, apresentam filhos que nem o idioma nacional sabem falar. Fez o Dr. Alfredo Issa, finalmente, menção especial aos intelectuais brasileiros, filhos de sírios ou benarabes, cujo patriotismo e amor ao Brasil iniciou-se nas próprias escolas nacionais, para onde os sírios enviam os seus filhos. Não há kistos sírios- afirmou o Dr. Alfredo Issa; tampouco escolas sírias que dêem trabalho ao governo pela sua campanha de desnacionalização (Revista “O Oriente”, p.1941)

Hilu (2007) apresenta alguns dados de formação de núcleos de fala árabe no Rio de Janeiro e aponta como referencial de início da vinda destes imigrantes *benárabes*, o início de 1880. Ao longo do final do século XIX e meados do século XX, sírios e libaneses procuram adaptação de seus costumes e crenças na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o recenseamento do IBGE, o ano de 1920 registra considerável contingente da população sírio-libanesa atrelada aos trabalhos nos setores têxteis e industriais. Estes núcleos especializados em vendas de tecidos e artigos de utilidade diária, se espalharam ao longo dos bairros do Rio de Janeiro, através da atuação dos mascates, vendedores ambulantes que percorriam bairros e vendiam artigos a crédito. Não há registros do lugar da língua árabe nesta dinâmica de inserção sócio-econômica no Rio de Janeiro.

Uma pesquisa posterior e complementar a este trabalho apresentará proposta de entrevista com o objetivo de investigar até onde estes núcleos comerciais e familiares preservaram o uso da língua árabe e em quais contextos. O crescimento dos processos de refúgio provenientes das políticas impostas pelo império turco-otomano, aliado aos processos de imigração, que núcleos familiares deixaram sua terra natal em busca de melhores oportunidades nas Américas do Norte e do Sul, fortificaram ainda mais o processo de demanda para atender às necessidades de integração sócio-cultural dos já residentes e futuros *benárabes*. Com isso, formaram-se clubes e núcleos que se agrupavam já com suporte institucional da primeira geração de imigrantes que se estabeleceu em todas as esferas da sociedade brasileira, desde a atuação em serviços de necessidade básica até instâncias políticas.

No que tange às políticas linguísticas, na mesma época, do intenso fluxo da imigração ao Brasil, políticas que reconheciam a condição dos refugiados, fruto do término da Segunda Guerra Mundial, se espalhavam pelo continente europeu, com o estabelecimento da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Nos registros dos países que reconheciam esta convenção e, conseqüentemente, a demanda relativa à necessidade deste grupo, consta a assinatura do governo brasileiro, registrada em 1952. A assinatura de países em tratados internacionais não garante que, de fato, haja práticas efetivas sobre o assunto, e na época de assinatura deste Tratado, as comunidades imigrantes ainda sofriam o impacto das políticas de repressão política e glotocídicas ensejadas pelo governo de Getúlio Vargas. Com o uso do poder de gestão, as demandas dos nichos linguísticos foram combatidos, o que provocou o desequilíbrio destes sistemas, já que, o silenciamento e marginalização de comunidades migrantes e minoritárias se inicia pelo fator linguístico.

De acordo com registros históricos sobre a formação de núcleos ou nichos de fala árabe no Rio de Janeiro, após o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), houve a fundação de domínios religiosos formados por sírios e libaneses, tanto de vertente cristã quanto islâmica. Em 1951, foi inaugurada a SBMRJ (Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro) no centro do Município; em 1960, ocorreu a inauguração da Igreja Maronita Nossa Senhora do Líbano, no bairro da Tijuca. Em 1969 ocorreu o movimento em que a Língua Árabe passava a fazer parte de instâncias de Ensino Superior, com a fundação do setor de Estudos Árabes na Faculdade de Letras da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). De acordo com Fishman (1964) e seu conceito

de *Reversing Language Shift* (Inversão de Substituição Linguística) que culminou no conceito de GIDS (Graded Intergeneration Disruption Scale), este fato se enquadraria na última etapa de revitalização linguística, que passaria por anteriores que incluem a fala ativa da língua por vários domínios. Pesquisas próximas de desdobramento deste trabalho de caráter investigativo, buscarão caminhos para esclarecer se estes domínios foram realmente nichos de fala, ou seja, se realmente contribuíram para a vitalidade da Língua Árabe no Rio de Janeiro, ou se, por conta da repressão linguística apresentaram-se somente como comunidades de fala, com espaço de contato para outras línguas, e possível enfraquecimento da vitalidade linguística da Língua Árabe em âmbito carioca. No próximo item, sobre o impacto da gestão na vitalidade linguística, serão apresentadas algumas estratégias de re-organização e re-elaboração linguística como modo de sobrevivência da língua destes domínios.

4. Gestão e Políticas Linguísticas sob a perspectiva da Imigração Árabe no Rio de Janeiro

Esta seção oferecerá análise de como as políticas de gestão do governo brasileiro influenciaram na prática da língua árabe e como impactaram nos mecanismos de comunicação dos domínios das comunidades sírio-libanesas. A metodologia terá como base a análise de como determinados decretos dos governos da época foram recebidos, por intermédio de artigos publicados em revistas de vasta circulação entre núcleos de fala árabe. Spolsky (2016) define o conceito de Gestão como um dos fatores preponderantes para a influência nas práticas linguísticas intergrupos:

Gestão linguística é o esforço observável e explícito realizado por alguém ou algum grupo que tem ou afirma ter autoridade sobre os participantes de um domínio para modificar suas práticas ou crenças. A forma mais óbvia de gestão linguística é uma constituição ou lei estabelecida por um estado-nação que determina alguns aspectos do uso oficial da linguagem: uma exigência para uso de uma língua específica como meio de instrução ou em trâmites com as agências de governo (SPOLSKY, 2016, p. 13)

Mesmo diante do acolhimento da sociedade brasileira e da adaptabilidade dos povos árabes, muitos fatores contribuíram para possíveis tensões que um grupo etnográfico minoritário pode encontrar com suas demandas ao adentrar ao sistema linguístico de um grupo dominante. Apesar da contribuição de sírios e libaneses para o crescimento da economia brasileira que intensificava ainda

mais os contatos etnográficos e linguísticos, estes podem ter sido alterados pelas políticas linguísticas do Estado Novo de Getúlio Vargas, que instituiu o decreto de crime idiomático. Antes deste ato institucional, revistas eram publicadas totalmente em árabe com o objetivo de unir os núcleos de sírios e libaneses espalhados pelo Brasil. Porém, as políticas linguísticas do nacionalismo da Era Vargas instituíram o decreto de crime idiomático a todas as comunidades que falassem línguas estrangeiras em território nacional, em especial a língua alemã. Quanto às outras que possuíam veículos impressos de notícias, deveriam publicá-las em versões bilíngues:

O Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas, marca o ponto alto da repressão às línguas alóctones, através do processo que ficou conhecido como “nacionalização do ensino” e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil, especialmente o do alemão e do italiano na região colonial de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi nesses dois estados, nos quais a estrutura mini fundiária e a colonização homogênea de certas regiões garantiram condições adequadas para a reprodução do alemão e do italiano, especialmente, que a repressão linguística, através do conceito jurídico de “crime idiomático”, inventado pelo Estado Novo, atingiu sua maior dimensão. (OLIVEIRA, 2009,p.22)

Encontramos nos acervos de consulta de revistas publicadas na época pelas comunidades imigrantes, jornais e revistas totalmente em árabe que correspondem à década de 1930, período anterior ao programa de políticas nacionalistas de Getúlio Vargas, que impactaram diretamente as comunidades etnolinguísticas presentes em território brasileiro. Sob a perspectiva da glotopolítica, pode-se categorizar este acontecimento como ações adotadas pelo grupo linguístico dominante quando se sente ameaçado pelas minorias linguísticas. Essas estratégias podem atingir diretamente o processo de vitalidade de determinado grupo etnolinguístico (Gales, Bourhis e Taylor, 1974). No exemplar 7 da revista “O Oriente” de 1942, foi publicada pelos editores, a seguinte nota:

Em meados do próximo mês, a administração de “O Oriente” lançará uma excelente seção que inclui uma seleção dos melhores artigos e dos mais maravilhosos poemas. E esta parte- se o governo cumprir sua decisão em relação à imprensa estrangeira- será a última a ser publicada nos idiomas árabe e brasileiro.² (Revista “O Oriente”, edição XIV, p. 3)

Com a presença das demandas, as forças de gestão crença e prática deveriam ser direcionadas para o seu campo atrativo, visando a manutenção e preservação das comunidades de fala. Quando o sistema combate o fenômeno da Demanda, as forças da gestão trabalham em direção oposta e contrária aos imperativos dos domínios de fala imigrantes, iniciando o processo de rejeição do sistema linguístico dominante e consequente desestabilidade, desorganização e apagamento de seus intersistemas, sendo o fator linguístico, o principal alvo, que, como efeito dominó,

desestabiliza todos os demais como: dignidade humana, preservação cultural e enfraquecimento da vitalidade linguística.

4.1 O Impacto da Gestão na Vitalidade dos Sistemas Linguísticos e suas Tentativas de Sobrevivência e Adaptação

A análise dos registros de jornais e revistas que funcionavam como meio de comunicação entre os nichos ou domínios de fala árabe, revela estratégias de cunho institucional direcionadas aos grupos sírios e libaneses, na tentativa de manter a vitalidade de suas línguas maternas em território brasileiro. A taxonomia das línguas é formada por pilares que sustentam sua vitalidade em determinado contexto etnográfico. Giles, Bourhis & Taylor (1977) estabeleceram um gráfico de fatores que contribuem para a produtividade linguística em núcleos de falantes. A título de análise da presença árabe no Brasil, constatamos que alguns destes fatores contribuíram para que o idioma de sírios e libaneses sobrevivesse em território brasileiro: o suporte institucional, cujas subdivisões constituem a mídia massiva e educação. A análise dos jornais e revistas que norteiam esta pesquisa revelou publicações a respeito da criação de um colégio sírio-brasileiro, que se dedicava ao ensino de língua árabe aos filhos de emigrantes árabes:

O Colégio Sírio-Brasileiro celebrou na cidade, a luta pela edificação científica. Este grande instituto que se baseia há um quarto de século em ensinar aos novos jovens a língua dos pais e avós entregou certificados aos alunos ilustres deste ano. E foi uma festa maravilhosa em todos os seus aspectos. Quem primeiro falou foi o padrinho dos alunos, Dr. Orlando Fonseca, depois o professor Sheikh Wadih Al-Yazji, depois o aluno Hafeez Al-Sadi, representando os estudantes e filho de nosso cidadão virtuoso e zeloso, Sr. Khoury Gerges Qassas. Ficamos impressionados com os diálogos e falas dos alunos, uma saudação à bandeira brasileira proferida pela graciosa Miss Linda Karima e o virtuoso notável, Sr. Masoud. (Revista “O Oriente”, 1942, p. 10)

Além da iniciativa da Escola para emigrantes, havia um projeto glotopolítico já realizado no Oriente Médio, como mostra um artigo publicado em árabe na edição XIV, da revista “O Oriente” intitulado “O Árabe em letras estrangeiras”. Este estudo aventa a hipótese de que o idioma de raiz semítica pudesse ter maior poder de inserção nos núcleos da sociedade brasileira se fosse transcrito em caracteres ocidentais, pois isso contribuiria para a vitalidade da Língua Árabe, já que seria facilitado o aprendizado aos filhos de emigrantes, que, de acordo com o artigo, seriam vetores de contato importantes para manter a produtividade do idioma em âmbito brasileiro. Este mesmo movimento glotopolítico ocorrera na mesma época em território turco-otomano, como esclarece o artigo, pela iniciativa do líder *Kamal Atatürk*:

A Língua Árabe em Caracteres Ocidentais

Não é segredo para nenhum imigrante a dificuldade que encontramos em ensinar aos filhos nascidos neste país ou de outros imigrantes a língua dos pais e avós, de que nos orgulhamos e queremos preservá-la o máximo possível. Muitos expressaram seu desejo e preocupação como assunto, e jornais e revistas árabes daqui e de outros países publicaram algumas ideias e opiniões a respeito, principalmente depois que Mustafa Kemal Atatürk decidiu substituir as letras ocidentais pelas turcas.

Não é segredo que a dificuldade se limita aos motivos que citaremos no início desta grande pesquisa, que, mesmo não estando com nosso povo, temos a diligência, o zelo e sinceridade da profetisa que prevê por nós, se adiantando a qualquer especialista. A primeira coisa que vemos dos motivos da dificuldade está na forma das letras árabes e na multiplicidade de desenhos para cada uma delas (...) e a segunda coisa que você encontra é a direção da escrita, começando pela direita, ao contrário do que nossos filhos estão acostumados quando começam a aprender um idioma no país em que nasceram (...) como isso pode ser possível para nós, eu me pergunto, sem a transcrição que mencionamos, e sem facilitar o ensino de nosso idioma para aqueles que o desejam? Nossos filhos são os mediadores do contato entre nós e eles, se forem disciplinados e ensinados, de acordo com os ideais que devem ser traçados, para que sejam guiados e guiados por sua luz. Quanto aos que estão dispostos entre os patriotas, eles não são poucos, especialmente se as origens e os princípios da língua forem facilitados para eles. (Revista "O Oriente", 1942, p.39)

Tanto a escola árabe quanto a tentativa de apagamento do alfabeto árabe, para a aparente aquisição mais facilitada por parte dos filhos de imigrantes, podem ser interpretadas como tentativas de reorganização política interna destes nichos ou intergrupos como modo de preservação de suas identidades linguísticas.

A, seguir, encontramos uma nota, publicada nos anos finais das publicações bilíngues de jornais e revistas árabes, que demonstra que as mesmas passaram a veicular seu conteúdo somente em Língua Portuguesa:

UM ESCLARECIMENTO

Com a apresentação deste número "O ORIENTE", cumprindo as disposições do Decreto Federal sobre imprensa em língua estrangeira, encerra a divulgação de material em idioma árabe, como vinha fazendo desde o início de sua publicação. A direção desta Revista, que sempre foi exercida por brasileiro nato, descendente de sírios, sente-se no dever de esclarecer que durante todo o curso da existência deste órgão, nunca se serviu de idioma árabe para fazer obra tendenciosa em prol de interesses subalternos. Em suas colunas, "O ORIENTE", ao mesmo tempo que divulgava as manifestações de cultura e da civilização árabes, em idioma próprio, também dele se servia para propagar aqui nalguns países orientais, as cousas do Brasil, salientando com vivo entusiasmo e ardente patriotismo, tudo quanto com ele se relaciona no tocante do seu crescente progresso, sua cultura geral, sua história, e as enormes possibilidades do seu futuro, como grande nação que se impõe no continente americano. Do idioma árabe também se serviu para realizar a aproximação cada vez mais crescente dos sírios-libaneses do Brasil, facilitando-lhes deste modo o exato conhecimento do panorama nacional, propiciando natural paulatinamente a grande obra de assimilação dos seus elementos, em harmonia com as diretivas do Estado Novo. Este é, em linhas gerais, o esclarecimento que desejaríamos prestar ao público brasileiro no modo com que encerramos a divulgação. (Revista O Oriente, exemplar 7, 1942)

Neste ponto de análise, alguns questionamentos direcionarão esta pesquisa adiante: mesmo com as forças institucionais de gestão e prática agindo de forma e direção oposta à demanda, estes núcleos ainda conseguiram preservar em seus âmbitos linguísticos a vitalidade de sua língua materna? Caso a resposta seja positiva, em qual ou quais modalidades? Em quais domínios a língua árabe se mantém ativa, tornando-se realmente um nicho linguístico? A seção que finaliza este trabalho demonstrará como determinados ferramentas de gestão, crença e prática, além de mal utilizadas, contribuem para que o vetor de políticas linguísticas que poderia instaurar bem-estar, acolhimento, respeito e preservação da vitalidade linguística de comunidades minoritárias, podem contribuir ainda mais para a desorganização, apagamento e silenciamento destes núcleos.

5. Gestão, Crença, Prática e Políticas Linguísticas: o Impacto Ecolinguístico sobre Línguas e comunidades Minoritárias.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela captação de dados que esboçam o perfil da sociedade brasileira poderia fornecer alicerces para definirmos o perfil linguístico dos habitantes do território brasileiro e instrumentalizar parâmetros para a elaboração de políticas linguísticas que oferecessem subsídios para as populações multiétnicas que co-habitam o território brasileiro. Desde os primeiros recenseamentos realizados nos períodos de início da imigração árabe no Brasil, há dados inconclusivos sobre a população de fala árabe. Na sessão de estatísticas de povoamento, com distinção por nacionalidade, entre o período de 1945 e 1969, não há registros sobre a imigração árabe, que provavelmente está inserida na seção definida por “outros”. Os processos que envolveram fatores geopolíticos que uniam pelo mesmo fio da históricos as regiões abrangidas pela Império turco (de fala turca) e os países do Levante (Síria, Líbano e Palestina, de fala árabe) provocaram confusão no registro de chegada desses imigrantes ou refugiados) que aportavam nas Américas com passaporte turco (uma das exigências do império otomano, como clara tentativa de apagamento identitário dos cidadãos árabes que buscavam novas perspectivas de vida ou de refúgio em novos territórios). Se o referido instituto adotasse como seus parâmetros de recenseamento, o fator linguístico, certamente teríamos um mapa mais preciso das línguas faladas por estes imigrantes, que não eram originalmente turcos, mas estavam temporariamente sob o domínio desta etnia. Já a partir de 2010, há dados inconclusivos sobre a

entrada de sírios em situação de refúgio. Sabe-se que muitos expatriados e fugitivos da situação geopolítica caótica causada pela ditadura que há anos vigora na Síria ensejou a entrada de muitos destes cidadãos em território nacional. A busca direcionada para a pesquisa da entrada não menciona a quantidade de sírios e, os mesmos são relegados aos dados referentes a “outros povos”. O tratamento do Instituto demonstra descaso com a identidade das matrizes multiculturais que coexistem em território brasileiro. Esta condição de hibridismo imposta pelo órgão, além de promover o apagamento identitário destes povos, inviabiliza que o vetor das políticas linguísticas direcione ações afirmativas que confluíam para o bem-estar destes grupos de falantes.

Há ainda, uma extensão do IBGE, na internet, denominada “Brasil 500 anos”, onde encontramos o resumo sobre a história das principais correntes de imigrantes que constituem a tessitura multiétnica do Brasil. Há uma sessão reservada à presença árabe com informações inconclusivas, incompletas e duvidosas, como as demonstradas na parte que explica os razões da imigração desses povos:

No Império Otomano de fé islâmica, as comunidades cristãs da Síria, Líbano e Egito foram não somente perseguidas Perseguição e castigo aos cristãos Fatos importantes da perseguição são o massacre de 1860, a extensão do serviço militar obrigatório aos cristãos em 1909, ou a condição de cidadãos de segunda classe dentro do Império. Em Beirute e Trípoli, os cristãos não podiam andar nas calçadas, sendo freqüentemente molestados pelos muçulmanos. pelos mulçumanos, como passaram por severos sofrimentos infringidos pelos turcos. O maior contingente de imigrantes, portanto, é de cristãos, vindos em grande parte do Líbano e da Síria. São bem menores as levas saídas de outros pontos do antigo Império Otomano, como Turquia, Palestina, Egito, Jordânia e Iraque.(
Fonte: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/>)

Os processos que ensejaram o movimento migratório dos povos de língua árabe às Américas são muito complexos para serem reduzidos ao termo “perseguição de cristãos”. HILU (2007) em sua obra sobre a imigração árabe no Rio de Janeiro, elenca fatos relatados por familiares de imigrantes que direcionam estes movimentos tanto para situações de refúgio (que estão relacionados à partilha do Oriente Médio por Inglaterra e França, sob o discurso de “libertação do domínio turco”, do que propriamente uma perseguição religiosa) quanto para situações de imigração, em que núcleos familiares deixaram seus lares em busca de melhores oportunidades sociais e econômicas. A questão do domínio otomano em território árabe perpassa questões geopolíticas e econômicas que não podem ser reduzidas a três linhas, e muito menos para definir a história de uma população imigrante multirreligiosa. Nota-se que nas poucas linhas reservadas à história da imigração árabe no Brasil, tendências orientalistas esboçam ideologicamente a imagem do Oriente de forma

pejorativa. De acordo com Said (2003) a tendência a demonizar o islamismo e suas vertentes constitui projeto político-ideológico desenhado no mundo medieval, desde a Guerra das Cruzadas, alimentado por Europa, e mais tarde, Estados Unidos, por interesses políticos e econômicos. A tendência orientalista observada no texto apresentado pelo IBGE sobre a motivação das ondas de imigração árabe dialogam com o conceito de crenças, um dos fatores atrativos para as políticas linguísticas. Spolsky (2016) conceitua crenças como um fator relativo à linguagem e suas variedades que são associadas a determinado grupo:

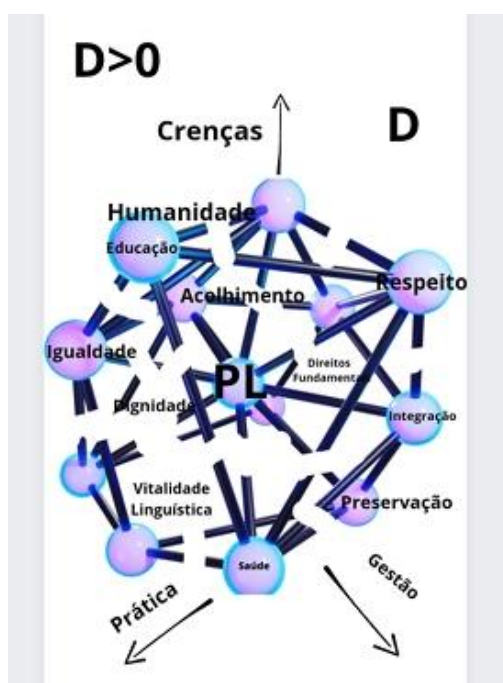
As crenças que são mais significativas para as nossas preocupações são os valores atribuídos às variedades e aos traços. Por exemplo, dado o papel desempenhado pelas variedades linguísticas na identificação, a variedade que eu associo com meu grupo de pertencimento mais importante— seja minha nação, minha classe educacional, minha região ou minha herança étnica provavelmente será a que terá o maior valor para mim (Spolsky, p. 35)

Com base nos conceitos sobre ecolinguística e fatores externos que impactam os ecossistemas linguísticos, poderíamos ampliar o conceito de crenças como o contexto inerente ao sistema linguístico dominante que determinarão a receptividade ou falta dela em relação a uma comunidade de falantes. No exemplo demonstrado sobre a descrição das razões para o movimento migratório dos povos árabes, há uma produção de crenças apoiada pela gestão, influenciada por fatores históricos e políticas externas aos sistemas ecolinguísticos. No que concerne a união dos três fatores que compõem as políticas linguísticas, ou, do ponto linguístico ecolinguístico (a tríade para a qual os imperativos das políticas linguísticas são atraídos) pode-se aplicá-los à decisão tomada pelo TRF, sobre o julgamento de um cidadão africano pelo governo brasileiro. A demanda de um tradutor especializado para cumprir os imperativos de cidadania do réu, ensejou a seguinte decisão, reportada pelo site “O estrangeiro”, especializado em matérias e notícias sobre refugiados:

A Justiça pode utilizar o Google Tradutor para traduzir sentença proferida para réu estrangeiro condenado no Brasil. Foi o que decidiu a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª região, que confirmou a legalidade da utilização da ferramenta para traduzir a decisão a um estrangeiro preso durante a operação coioite da Polícia Federal. 16 Ele foi condenado por formação de quadrilha, falsificação e uso de documentos falsos e corrupção ativa, mas apelou da decisão questionando, dentre outros assuntos, o uso do aplicativo. Cidadão etíope refugiado no Brasil, o réu atuava no envio ilegal de imigrantes de origem africana aos Estados Unidos e agia coordenadamente com outras organizações criminosas estabelecidas na África do Sul, Bolívia, Panamá, México, Guatemala, Honduras e Estados Unidos (...) Para o desembargador federal Wilson Zauhy, que relatou o caso, o uso da ferramenta é legal. Ele baseou sua decisão em um parecer da decisão da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 3ª Região que havia autorizado o uso do Google Tradutor pelas Varas Federais Criminais da 3ª Região para traduzir atos processuais e decisões que demandam a citação, notificação e intimação de eventuais investigados ou réus estrangeiros em seu idioma pátrio. Segundo aquele órgão, a

utilização do aplicativo é uma boa prática processual, além de medida idônea, célere e com resultados satisfatórios. Orelator ponderou que o uso da ferramenta não trouxe prejuízos ao réu, uma vez que ele recorreu da sentença com uma apelação rica em detalhes. Por isso, confirmou a condenação. O relator, porém, decidiu reduzir a pena do réu estrangeiro, ao analisar as outras questões do recurso, para 7 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-3. (Fonte: TRADUÇÃO SEM TRAIÇÃO? – O Estrangeiro)

Nota-se que a decisão tomada para o andamento do julgamento do réu neste caso, é apoiada pelos três fatores direcionadores do vetor Políticas Linguísticas: gestão, pois a decisão de se utilizar uma ferramenta tecnológica imprecisa, sem a contratação de um profissional especializado em línguas para decidir sobre a vida e dignidade humana de um cidadão foi endossada pelas instâncias judiciais de maior relevância nas decisões que direcionam as políticas do país; prática, pois uma sentença fora determinada com o aval desta ferramenta, endossando a crença de desvalorização dos profissionais que trabalham com idiomas e consequente desprezo pelos estudos desenvolvidos na área que, de forma alguma, podem ser substituídos por um elemento desumanizador e mecanicista que não tem a capacidade de distinguir as filigranas dialetais de um idioma e muito menos o valor afetivo e identitário que uma língua confere. A figura abaixo demonstra que, quando os três fatores norteadores das políticas linguísticas são direcionados de forma contrária às demandas, pela força dos sistemas linguísticos dominantes, os grupos minoritários tendem ao processo de fragmentação de módulos essenciais para sua sobrevivência, incluindo a vitalidade de seus idiomas de matriz:



Quando as forças direcionadoras não se atém às demandas, não há como Políticas Linguísticas se instalaram no sistema linguístico dominante para que haja o equilíbrio e coexistência de nichos linguísticos e diversidade, em todas as sua manifestações. Fragmentam-se as línguas, as culturas, até que as mesmas sejam absorvidas pelo sistema receptor. Desta forma são apagadas identidades, memórias e toda a ancestralidade consciente de um grupo.

6. Conclusão

O alinhamento entre projetos de ensino de língua estrangeira e a demanda, seria possível se contássemos com o apoio de uma instituição nacional comprometida em agregar às pesquisas das comunidades etnográficas, que compõem o mosaico identitário do povo brasileiro, um fator essencial: o recenseamento linguístico. O Instituto Nacional Brasileiro de Geografia e Estatística, além de não utilizar este fator entre suas opções, 1 não respeita a identidade das populações minoritárias, que são relegadas a opção “outros”. É notável que a atuação deste Instituto contribui para o apagamento da presença dos povos, inviabilizando políticas linguísticas de acolhimento e promoção da cidadania dos povos em situação de imigração ou refúgio. Ações de projetos desconectados da demanda tendem a não gerar ambiente para que o vetor das políticas linguísticas seja instaurado, já que o objetivo é a integração, preservação dos direitos fundamentais, linguísticos e da dignidade humana. Atualmente, no Rio de Janeiro, há programas nas esferas municipais e estaduais de incentivo ao ensino de idiomas desconectados de um fator que poderia ser capaz de romper com os campos de força de gestão, crença e práticas, que configuram a demanda. Para onde, para quem e qual a intenção de que estes programas existam desconectados de uma realidade onde não há demanda para isso? Há muitas perguntas sem respostas. Porém, o que podemos concluir, de acordo com as breves análises apresentadas neste trabalho é que o esforço para a mudança deste quadro poderá ser iniciado com a valorização da língua como fator de importância nos estudos etnográficos e análises de correntes migratórias, assim como a valorização dos profissionais de línguas e educação.

Referências bibliográficas

CARELLI, Mario. Cultures croisées: histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil. Paris: Nathan, 1993.

COUTO, Hildo Honório do. Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

CURI, Guilherme Oliveira. Literatura e Imprensa Árabe Moderna nos Acervos da Biblioteca Nacional: Al-Mahjar também é aqui. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS. Disponível em: [http://www.penclubportugues.org/comites/declaracao-universal-dos-direitos-linguistico s/](http://www.penclubportugues.org/comites/declaracao-universal-dos-direitos-linguistico-s/). Acesso em 26 de Agosto de 2023.

HILU, P. G.. Árabes no Rio de Janeiro. Cidade Viva, 2010, Rio de Janeiro. HOURANI, Albert. Uma história dos povos árabes. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FISHMAN, J. A. A sociologia da linguagem. In: FONSECA, M. S. V. da; NEVES, M. F. (Orgs.). Sociolinguística. São Paulo: Eldorado, 1974. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/> Acesso em: 7 de Setembro de 2023

GILES, Howard; COUPLAND, Nicolas; COUPLAND, Justine. Theory: communication, Context and Consequence. In: ____; ____; _____. (Orgs.). Contexts of Accommodation: Developments in Applied Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge University, 1991 Louis-Jean Calvet, La Méditerranée : mer de nos langues, Paris, CNRS Éd., 2016

KURAIEM, Mussa. O Oriente. São Paulo, Vol .XIII, p. 7, novembro, 1935. _____ O Oriente, São Paulo. Vol. XII, p. 35. Dezembro, 1942

MUFWENE, S. (2016). Ecologia da língua: algumas perspectivas evolutivas. Ecolinguística: Revista (ECO-REBEL), 2(1), Brasileira 21–38. De Ecologia E Linguagem Recuperado <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9896> O ESTRANGEIRO.ORG. Disponível de em: <https://oestrangeiro.org/2016/06/05/traducao-sem-traicao/> .Acesso em 23 de Setembro de 2023

SABBAGH, Alphonse Nagib. O Meio Ambiente na Literatura Árabe, 1978. Tese de Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

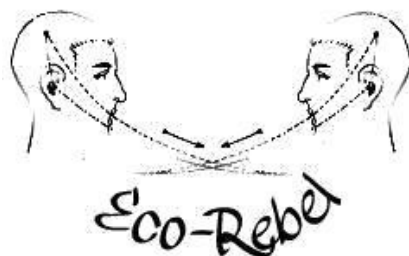
ECO-REBEL

SPOLSKY, Bernard. Parauma Teoria de PolíticasLinguísticas. ReVEL, vol. 14, n. 26, 2016.
Tradução de Paloma Petry.Revisão técnica de Pedro M. Garcez. São Paulo, Companhia das
Letras, 1990.

SPOLSKY, Bernard. Parauma Teoria de PolíticasLinguísticas. ReVEL, vol. 14, n. 26, 2016.
Tradução de Paloma Petry.Revisão técnica de Pedro M. Garcez.

Aceito em 12 de janeiro de 2026.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 12, N. 1, 2026.



SINTAXE DIALOGAL, INTERTURNOS OU INTER-RÉPLICAS

Hildo Honório do Couto (Universidade de Brasília)

1. Introdução

Já existem muitos trabalhos sobre o que vou discutir neste artigo, frequentemente sob o rótulo de “marcadores/operadores conversacionais” e/ou “marcadores/operadores discursivos”. Freitag (2009), por exemplo, elenca uns 25 ensaios publicados até a data em que seu artigo saiu. Eu não tenho a pretensão de superar todos eles, mas de sugerir uma nova maneira de abordá-los. A esmagadora maioria dos estudos parte da visão estruturalista de língua, que a consideram um instrumento de comunicação, reificando-a. Além disso, e por isso mesmo, praticam o que chamo de discursomania: mesmo quando falam de “marcadores/operadores conversacionais”, argumentam em termos de discurso, ou seja, de texto-discurso, ou até mesmo de texto como produto do sistema da língua, como se “discurso” fosse um hipostasiar-se de aspectos desse sistema. Nisso seguem a tradição de Saussure segundo a qual a fala (*parole*) é uma realização da língua (*langue*), do sistema. Isso pode ser visto em Urbano (1993), Freitag (2009) e nos capítulos que aparecem na seção “Organização interativo-textual” dos oito volumes da *Gramática do português falado*, resultante do projeto NURC.

O principal objetivo do presente artigo é sugerir que se inverta essa perspectiva. A tradição considera os “marcadores conversacionais” um subtipo dos “marcadores discursivos”, como disse explicitamente Freitag (2009, p. 1). Porém, partindo da língua como interação, o que temos em primeiro lugar são marcadores interacionais, dos quais os marcadores discursivos (argumentativos ou textuais) seriam um subtipo. Afinal, tudo na língua existe em função do entendimento na comunicação entre as pessoas de uma comunidade linguística.

Partirei da versão da ecolinguística chamada linguística ecossistêmica (LE), que vê a língua basicamente como interação (comunicativa), justamente por ser ecossistêmica¹, pois o que interessa no ecossistema são as interações dos organismos vivos, não diretamente eles próprios em

si nem seu *habitat* em si. Pelo fato de a tradição linguística ocidental se interessar primordialmente pelo que chama de sistema ou estrutura (sintaxe, morfologia, fonologia), nem um estudo inovador como a teoria da enunciação de Émile Benveniste conseguiu superá-la. Com efeito, ele diz que a enunciação “é o pôr a língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1970, p. 12), bem no espírito de Saussure, embora acrescente na página seguinte que “nosso objeto não é o texto do enunciado, mas o ato de produzi-lo”. Esta segunda afirmação está em perfeita sintonia com a visão da linguística ecossistêmica aqui seguida. O problema é a que a precede, que considera a interação comunicativa como subsidiária do sistema. Para a LE, no entanto, aquilo que se chama de sistema é uma abstração feita pelo linguista ao observar as pessoas interagindo comunicativamente entre si, como Eugenio Coseriu sempre defendeu. Vale dizer, a interação comunicativa precede o sistema, que é subsidiário dela. O sistema deve servir a interação comunicativa, não a interação comunicativa servir ao sistema.

À visão interacionista da LE acrescenta-se a perspectiva da sintaxe interturnos da psicolinguista romena Tatiana Slama-Cazacu, que a chamou de *sintaxa dialogată* (sintaxe dialogada) (SLAMA-CAZACU, 1982a, 1982b, 1983)², termo que troquei por sintaxe dialogal, sintaxe interturnos ou sintaxe inter-réplicas, por falta de termos melhores. A sintaxe frasal tradicional se baseia fundamentalmente em textos monológicos, com o que poderíamos chamá-la de sintaxe das relações intraturnos ou intrarréplicas, aí inclusas as relações intraoracionais (no interior da oração) e as interoracionais (de orações formando períodos). Porém o que eu vou fazer é estudar as expressões que ligam a fala de uma pessoa (p₁) à de uma segunda pessoa (p₂), o que as amarra formando uma espécie de sintaxe dialogal, a despeito de minhas restrições a esse termo.

É importante frisar que a língua não é instrumento de comunicação, mas a própria comunicação. Tudo nela existe para essa finalidade, direta ou indiretamente. Porém, nem tudo que existe na sintaxe dialogal exerce também função discursivo-textual (intraturnamente), mas apenas liga a fala de p₂ à de p₁, ou vice-versa, ou seja, nem sempre é manifestação da sintaxe frasal. Vejamos uma breve apresentação de algumas das principais categorias da linguística ecossistêmica.

2. A linguística ecossistêmica e a língua como interação³

Começamos enfatizando a ideia de que a LE se baseia no conceito central do ecossistema, que são as interações (I) que nele se dão, não na população (P) de organismos vivos em si nem em seu *habitat* ou território (T) em si. No ecossistema linguístico temos todos esses componentes. São eles a língua (L) como as interações de base verbal que se dão entre os membros de uma população (P) que convivem em determinado lugar, seu território (T). As interações entre L e o mundo constituem a referência. As que se dão entre pessoas (interpessoais) constituem a comunicação: as pessoas se comunicam referindo-se a algo fora da língua e se referem a algo fora dela comunicando-se. Dessa interação comunicativa emergem enunciados (textos). O fato de o L do ecossistema linguístico estar na mesma posição do I do ecossistema biológico já aponto para o fato de que a língua não é instrumento de comunicação, mas a própria comunicação, interação

comunicativa. Afinal, instrumento é uma coisa, mas a língua é atividade, ação, interação (comunicativa), como já enfatizava Humboldt.

A ideia de interação perpassa por todos os domínios da língua. Inicialmente as interações são dialógicas (interlocucionais) ou textuais. A interação dialógica pode ser vista da perspectiva da (a) interação interturnos propriamente dita (comunicação) ou (b) da perspectiva da interação referencial, a referência. As interações textuais (intraturnos) são basicamente o que se tem estudado como estrutura (sintaxe, morfologia, fonologia). Ela pode se dar entre sílabas para formar morfemas, entre morfemas para formar palavras, entre palavras para formar locuções (sintagmas), entre locuções para formar orações, entre orações para formar períodos e assim por diante. Vale dizer, de qualquer ponto de vista que olhemos para a língua o que vemos são interações.

Os estudiosos de análise da conversação deixam bem claro o caráter interacional da linguagem. O pioneiro do assunto no Brasil, por exemplo, diz que “a conversação é a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora”. Mais, “a conversação é o gênero básico da interação humana”. Por fim, “a linguagem é de natureza essencialmente dialógica”. Tanto que “quando conversamos, normalmente o fazemos com perguntas e respostas, ou então com asserções e réplicas” (MARCUSCHI, 1986, p. 14).

Por ver a língua como interação (comunicativa), a LE prefere o conceito de **organização** em vez do de estrutura, utilizado nas teorias linguísticas tradicionais, porque estrutura é estática, ao passo que organização é dinâmica, tanto que lembra o organismo (animal e vegetal), que é vivo. A LE reconhece um terceiro nível de organização além dos dois da tradição. Em vez da estrutura superficial e da estrutura profunda da gramática gerativa inicial, ela utiliza os conceitos de **organização expressional** (o que o falante efetivamente diz, expressa) e **organização subjacente**, que compreende dois níveis: o da **organização sistêmica** (a organização textual detalhada do que está por traz do que ele efetivamente produziu) e o das **redes de interações orgânicas (RIO)**, que mostra poder haver conexões entre realidades de qualquer nível com as de qualquer outro⁴. Resumida e comparativamente temos:

<u>Gramática Gerativa</u>	<u>Linguística Ecológica</u>
estrutura superficial	organização expressional (o que falante efetivamente diz)
estrutura profunda	organização sistêmica (o que o falante teve intenção de dizer)
.....	rede de interações orgânicas-RIO (conexões em todas as direções),

Prototipicamente, qualquer pessoa (p₁) da comunidade se expressa sempre em atos de interação comunicativa com outra pessoa (p₂), face a face. Mesmo quando aparentemente profere monólogos, inclusive escritos, em geral trata-se do “discurso de uma única pessoa na presença de outras”. Se for um solilóquio é “a fala de um único locutor aparentemente consigo mesmo ou então com um interlocutor imaginário, uma brincadeira, um alterego etc.” (SLAMA-CAZACU, 1996, p. 107). Anteriormente, essa autora já havia dito que se trata de “uma discussão interna, um ‘monólogo dialogado’, em que o homem, acostumado a se manifestar sempre em relação a alguém

e a olhar sempre para o outro, pensa consigo mesmo”, ou seja, comunica-se consigo mesmo (SLAMA-CAZACU, 1954, p. 202). Bakhtin (1981) e Benveniste (1970) também defenderam essa ideia. Couto & Couto (2019) retomam as ideias desses autores e as aplica à análise de um texto escrito.

A língua se manifesta prototipicamente no **fluxo interlocucional**, representação do diálogo, que é governado pelas regras interacionais⁵. Na seção 4 pode-se ver um exemplo de representação desse fluxo. Existem muitos outros conceitos linguístico-ecossistêmicos que não interessam diretamente ao presente estudo. Entre eles poderíamos citar o de **comunidade de fala versus comunidade de língua**, os **ecossistemas linguísticos (integral: natural, mental, social)** etc. Todos eles estão discutidos em Couto (2015), além da subparte da teoria chamada análise do discurso ecossistêmica (ADE), exposta em Couto & Couto (2015).

3. Conceituando sintaxe dialogal, interturnos ou inter-réplicas

A literatura sobre o assunto em tela frequentemente põe no mesmo balaio “marcador conversacional” e “marcador discursivo”, considerando o primeiro como subtipo do segundo. Esses estudos estão sempre voltados para a questão do texto, do discurso, logo, ao fim e ao cabo para a língua como sistema de regras que permitem a produção de textos-discursos. Talvez um dos estudos que mais se aproximam da visão oposta (além de Coseriu, Slama-Cazacu e a LE) seja a análise da conversação, como se vê na sua asserção reproduzida acima de “a linguagem é de natureza essencialmente dialógica”.

Em vez de “sintaxe dialogal” talvez mais apropriado seria falar em “organização dialogal” ou “organização interturnos”. Porém, vou partir do conceito de sintaxe dialogada (*sintaxa dialogatã*) de Slama-Cazacu e do fato de “sintaxe” vir do grego *syn* (com, junto, junto com), mais *táxis* (arranjo, ordem, organização), com o que pela etimologia *syntaxis* significa aproximadamente “aquilo que se organiza junto”. Para o que interessa no presente ensaio, **sintaxe dialogal** se refere ao como a fala de p_1 e a de p_2 se organizam ou combinam para formar um todo, como proposto por Tatiana Slama-Cazacu. Sintaxe dialogal se opõe ao que poderíamos chamar de **sintaxe frasal**, a sintaxe da tradição. De acordo com a psicolinguista romena, a “sintaxe dialogada (SD) é formada pelas relações formais e de conteúdo entre réplicas, o que faz com que se completem reciprocamente, constituindo uma única unidade sintático-semântica” (SLAMA-CAZACU, 1982a, 1982b, 1983).

Segundo Slama-Cazacu, sintaxe dialogal não deve ser considerada como uma ‘conexão gramatical’ em sentido estrito”, pois “implica relações semânticas bem como aspectos não verbais, paralinguísticos, fonêmicos” e outros. A autora enfatiza o fato de que “uma função importante da sintaxe dialogal é [...] a estruturação linguística do diálogo” (SLAMA-CAZACU, 1983, p. 20). Em outro lugar a autora diz que “a réplica de um interlocutor é completada pela de outro, o que dá

lugar ao surgimento de frases ou unidades sintáticas” (1996, p. 109), no que, também ela desliza para a estruturomania, prima rica da discursomania.

Slama-Cazacu assevera que na sintaxe dialogal podem entrar ingredientes não verbais, que a autora chama, impropriamente a meu ver, de “sintaxe mista”, sendo que na verdade esses ingredientes são componentes do diálogo em si, não da organização sintática de seus componentes. Nesse sentido, a autora falou de passagem, embora, em ‘sintaxe contextual’. Em suas palavras, “a sintaxe dialogal não pode ser entendida fora do arcaibouço maior de uma ‘sintaxe contextual’, que inclui o papel, o lugar, a posição e as consequências temporais dos ingredientes do contexto linguístico” (SLAMA-CAZACU, 1982b, p. 314).

Sobretudo nos textos em romeno, Slama-Cazacu⁶ explora a sintaxe dialogal pormenorizadamente, apresentando inclusive tentativas de formalização. Ela examinou vários diálogos face a face entre crianças, entre pessoas no local de trabalho, entre pescadores e em outras situações. Constatou que as réplicas de um diálogo “se inter-relacionam de modo a formar ‘uma única unidade sintática’”, “uma única frase complexa, sendo cada réplica uma oração subordinada ou coordenada unida a uma réplica anterior que exerce o papel de oração principal ou de oração coordenada”. Pode haver outras possibilidades, como, por exemplo, “uma das réplicas conter o complemento de um verbo em outra réplica”, como é o caso de *Iremos a sua casa*, dito por p₁, complementado por p₂ com *amanhã*. Mas, “a relação entre as réplicas pode se manifestar também apenas semanticamente, logo, de modo menos evidente” (SLAMA-CAZACU, 1983, p. 12). Na seção seguinte vou apresentar muitas maneiras de a fala de p₁ e a de p₂ se relacionarem entre si, ou seja, de formarem uma unidade sintático-dialogal.

Devido ao par interacional solicitação-atendimento, a expressão *post hoc ergo propter hoc* (“depois disso, logo causado por isso”, em tradução livre), tida como falácia lógica, parece fazer sentido aqui, pois a fala de todo turno a partir do segundo é de alguma maneira motivada pela do turno anterior, tem a ver com ele ou é claramente uma reação a ele, mesmo que apenas da perspectiva do conteúdo semântico-pragmático. Eurico Back & Geraldo Mattos chamam o par formado pelo enunciado de p₁ mais o de p₂ de “cláusula”, impropriamente, pois, esse termo tem se referido a interações textuais, intraturno. De acordo com esses autores, pelo menos inicialmente o enunciado de p₁ é uma **solicitação** e o de p₂ uma satisfação (**atendimento**) a essa solicitação. Eles acrescentam que a cláusula é a “célula comunicativa”, “a unidade fundamental da comunicação” (BACK; MATTOS, 1972, p. 7-8), ideia defendida também pelos ecolinguistas dinamarqueses Bang & Døør (2007). García (2013, p. 60-65) retoma o termo de Schegloff “par adjacente”, também impróprio, pois, pode haver “sequências inseridas” (MARCUSCHI, 1986, p. 47ss.). Mais adequada é a denominação “pares conversacionais” de Marcuschi (p. 34) ou **par interacional**. Esse autor acrescenta os seguintes pares conversacionais, entre outros: pergunta-resposta; ordem-execução; convite-aceitação/recusa; cumprimento-cumprimento; xingamento-defesa/revide; acusação-defesa/justificativa; pedido de desculpa-perdão (p. 35-52).

Para Slama-Cazacu só se tem um diálogo real quando há uma terceira réplica. Em sua opinião, “a simples concatenação de solicitação-atendimento (p₁: *Aonde você vai?*; p₂: *Ao correio*) não constitui um verdadeiro diálogo”, mas pode evoluir para ele se houver mais uma réplica (p₁: *O que fica na rua Tiradentes?*). Aliás, esta última réplica exige um atendimento por parte de p₂, que poderia ser *Sim* ou *Não* e assim sucessivamente. Em Slama-Cazacu (1996) a autora discute especificamente o conceito de diálogo.

4. Alguns exemplos de sintaxe dialogal, inter-réplicas ou interturnos

A primeira manifestação de sintaxe dialogal, de conexão inter-réplicas é a sequência solicitação-atendimento (pergunta-resposta), representada pela entoação interrogativa (ascendente) para a pergunta de uma pessoa (p₁) seguida da resposta (atendimento) por outra (p₂) com entoação descendente, pelo menos nas línguas que não têm partículas interrogativas, como o *do* inglês, o *ka* japonês e o *est-ce que* francês (forma alternativa). Slama-Cazacu diz que a sequência solicitação-atendimento forma uma unidade, a que chama de “proposição”, que pode ser simples ou complexa, coordenada ou subordinada (SLAMA-CAZACU, 1983, p. 12), extrapolando conceitos da sintaxe textual tradicional (intraturno) para a sintaxe dialogal (interturnos), de novo deslizando para a textomania (estruturomania).

Os estudiosos de marcadores dificilmente se desvencilham da discursomania (estruturomania, textomania). Hudinilson Urbano, cujo artigo se intitula “Os marcadores conversacionais”, assevera que “os marcadores conversacionais são elementos linguísticos que estruturam o texto, considerado não só como uma construção verbal cognitiva, mas também como uma organização interacional interpessoal” (URBANO, 1993, p. 114). Vale dizer, ele põe em primeiro lugar a estruturação do texto e considera a “organização interacional interpessoal” como algo secundário, tributário dele.

Para o par solicitação-atendimento representado por pergunta-resposta, começemos pelo exemplo de um Ubirajara Moreira Fernandes, apesar de que Slama-Cazacu não o consideraria um diálogo devido à falta de uma terceira réplica.

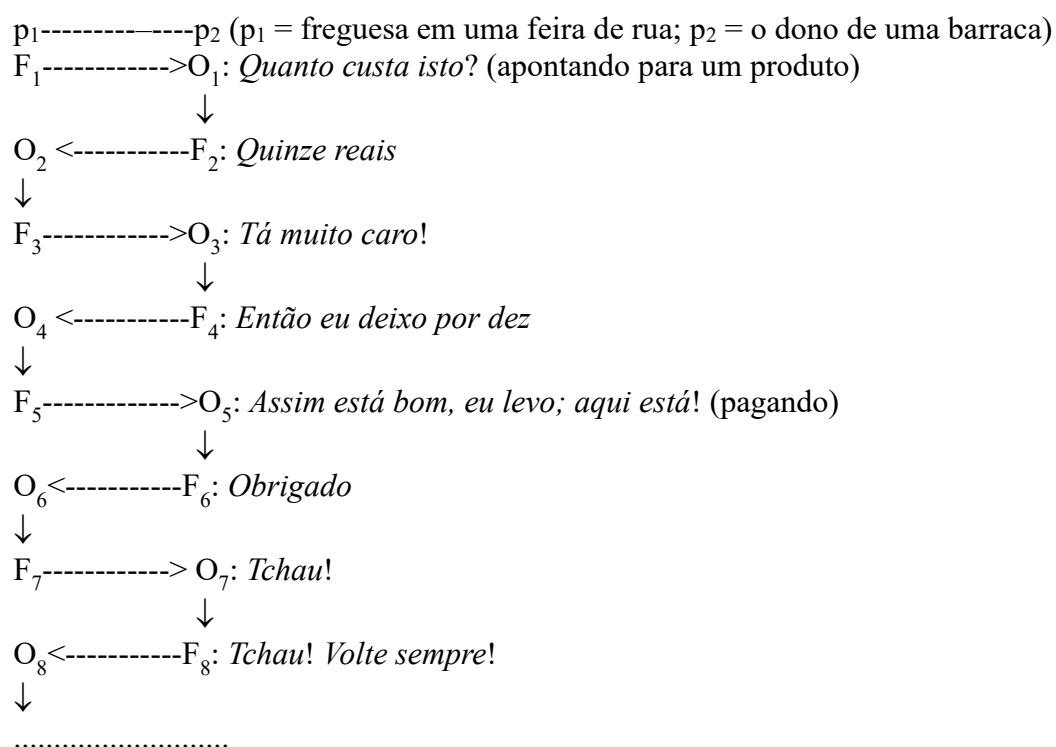
-p₁: *Maria foi ao cinema, né?*

-p₂: *Não, ela foi ao teatro*”

Fernandes afirma que “tanto *não* quanto *ela* revelam uma conexão entre o enunciado de p₂ (o atendimento) e o de p₁ (a solicitação) como estratégias da ‘sintaxe dialogada’. O *sim* teria a mesma função sintática interturno que o *Não* (*Sim, ela foi ao cinema*) [acréscimo meu, hhc]. O *não* relaciona-se diretamente ao enunciado de p₁ e *ela* retoma *Maria*. Por fim, *foi* retoma o *foi* do primeiro enunciado, o que significa que a correferência e a anáfora são também estratégias utilizadas na sintaxe dialogal” (FERANDES, 2022, p. 37). O *né?* da fala de p₁ não consta no original de Fernandes. Eu o acrescentei para mostrar que além de estar fazendo uma solicitação-pergunta, p₁ pode adicionalmente solicitar algum tipo de anuência, concordância ou aceitação por

parte do interlocutor (p₂). Sua presença sinaliza a p₂ que p₁ espera que a resposta seja positiva, o que não aconteceu no caso.

Vejamos um **fluxo interlocucional** já utilizado em várias publicações em linguística ecossistêmica, como Couto & Couto (2023, p. 18). Nele, F está para falante e O para ouvinte, papéis que se alternam entre p₁ e p₂ no decorrer do diálogo. Os números subscritos (1, 2, 3, n) indicam o nível da réplica (fala, turno).



Os diversos desvios possíveis do esquema de um fluxo como este foram comentados pelos estudiosos de análise da conversação, como se pode ver resumidamente em Marcuschi (1986). As setas horizontais indicam que a simples posição de F e O, um depois do outro, já mostra que estão relacionados (*post hoc ergo propter hoc*), que formam uma unidade de sintaxe interturnos (sintaxe dialogal). As setas verticais indicam a troca de papéis entre uma pessoa (p₁) e a outra (p₂). Num nível, p₁ é falante e p₂ ouvinte. No nível seguinte, os papéis se invertem, e assim sucessivamente.

O fluxo interlocucional revela diversos fatos interessantes da dinâmica da língua vista como interação. O primeiro é que a **asserção** (informação, oração declarativa) é atendimento a alguma solicitação, motivo pelo qual é de nível 2. Como mostraram linguistas e filósofos da linguagem, toda oração declarativa, toda informação (asserção) é atendimento a alguma solicitação (pergunta), mesmo que tácita, implícita. Se o feirante tivesse afixado uma plaquinha com os dizeres “15 reais” no produto, ele o teria feito antecipando a resposta à pergunta que todo mundo faria: *Quanto custa isso?* Em segundo lugar, a **exclamação** é normalmente de nível 3, pois em geral as pessoas a fazem após alguma constatação, ou informação (de nível 2). Em terceiro lugar, o fluxo mostra que os

diálogos têm um começo, mas nunca se sabe que direção vão tomar nem quando terminarão, motivo pelo qual os fluxos interlocucionais terminam em reticências. Em quarto lugar, nota-se que o diálogo se desenvolve em espiral, não em círculo, ou seja, ele evolui. Mesmo atendo-se a determinado tema, cada réplica o aborda de uma perspectiva diferente, acrescentando algo novo.

5. Marcadores interlocucionais: marcadores de solicitação e marcadores de atendimento

Existe uma grande variedade de denominações para os fenômenos estudados na presente seção. Freitag (2009) menciona “marcadores discursivos”, “marcadores discursivos interacionais”, “marcadores conversacionais”, “operadores argumentativos”, “articuladores textuais”, entre outros. A seção 2 de seu artigo se intitula “Marcadores discursivos interacionais”, o que sugere uma precedência dos “discursivos” frente aos “interacionais”. Em consonância com os princípios da LE, eu sugiro o termo **marcadores interlocucionais**, para os marcadores em geral, subdivididos em **marcadores de solicitação** (em substituição a “marcadores de falante”) e **marcadores de atendimento** (em substituição a “marcadores de ouvinte”).

Às vezes os investigadores distinguem a posição dos marcadores: se vêm no início, no meio ou no final de turno ou de “unidade comunicativa”, como se vê no quadro de Marcuschi mais abaixo. Isso não será levado em conta aqui porque se trata de algo que tem a ver mais com a organização interna da réplica (interações intraturno), com sua “sintaxe”, do que com a sintaxe dialogal, de cuja perspectiva o que mais importa é a própria ocorrência do marcador, não sua posição.

Já vimos que a solicitação-pergunta é tipicamente de nível 1 e que o atendimento-asserção (informação, oração declarativa) é tipicamente de nível 2, como se pode ver nos dois exemplos dados na seção anterior. Porém, “tipicamente” não quer dizer “exclusivamente”. Devido ao fato de o fluxo interlocucional (diálogo) ser extremamente complexo e de direcionamento e final imprevisíveis, pode haver solicitação-pergunta em qualquer outro nível à espera de um atendimento. Existem ainda solicitações cujo atendimento não é tipicamente verbal, mas comportamental, caso da ordem e do vocativo, brevemente explorados um pouco mais abaixo.

Fora a sequência “entoação ascendente-entoação descendente” da sintaxe dialogal, todas as demais indicações de conexão entre as réplicas que a constituem são expressas por marcadores interlocucionais, de solicitação ou de atendimento. O detalhado esquema de Marcuschi (1986, p. 68) reproduzido a seguir é um bom ponto de partida para se discutirem esses marcadores. Mesmo divergindo dele em alguns pontos, nada do que eu disser é crítica ao seu trabalho pioneiro, mas uma tentativa de avançar algumas de suas propostas. Como está dito logo no primeiro parágrafo do livro, o autor espera que suas reflexões “sirvam de incentivo aos leitores para futuras investigações”. Eis o quadro:

ECO-REBEL

QUADRO DOS SINAIS CONVERSACIONAIS VERBAIS						
SINAIS DO FALANTE (orientam o ouvinte)				SINAIS DO OUVINTE (orientam o falante)		
pré-posicionados		pós-posicionados		convergentes	indagativos	divergentes
no início de turno ex.	no início de unidade comunicativa ex.	no final de turno ex.	no final de unidade comunicativa ex.	ex.	ex.	ex.
"olha" "veja" "bom" "mas eu" "eu acho" "não, não" "epa" "perai" "certo, mas" "sim, sei, mas" "quanto a isso" "nada disso" "você esquece" "como assim?" etc.	"então" "ai" "daí" "portanto" "agora veja" "porque" "e" "mas" "assim" "por exemplo" "digamos assim" "quer dizer" "eu acho" "como vê" etc.	"né" "certo?" "viu?" "entendeu?" "sacô?" "é isso aí?" "que acha?" "e então?" "diga lá" "é ou não é?" etc.	"né" "não sabe?" "certo?" "entende?" "de acordo?" "tá?" "não é?" etc.	"sim" "ahã" "mhmm" "claro" "pois não" "de fato" "claro, claro" "isso" "ah sim" "ótimo" "tá" etc.	"será?" "não diga" "mesmo?" "é?" "uê" "como?" "como assim?" "o quê?" etc.	"não" "duvido" "discordo" "essa não" "nada disso" "nunca" "perai" "calma" etc.

Marcuschi (1986, p. 68)

Eu disse logo acima que substituí “sinais do falante” por **marcadores de solicitação** e “sinais do ouvinte” por **marcadores de atendimento**. Isso se deve ao fato de ouvinte não falar, ouvinte ouve. Todo “sinal” nesse sentido é de falante, independentemente de ele estar fazendo uma solicitação ou atendendo a uma solicitação. A questão é se, ao falar, ele está solicitando ou atendendo. Algumas distinções do autor não serão levadas em conta, tais como “pré-posicionados” x “pós-posicionados”, “início/final de turno” x “início/final de unidade comunicativa”, por um lado, e “convergentes”, “indagativos” e “convergentes”, por outro lado. Nada disso tem a ver diretamente com a própria interação comunicativa entre p₁ e p₂.

Em primeiro lugar vêm os marcadores de solicitação **de caráter geral**. Eles começam pela solicitação mais primitiva, a **ordem**, que pode ser atendida mediante um comportamento, seguido ou não de um acompanhamento verbal. Pode também ser atendida por uma afirmação verbal de que não vai atender. O ouvinte pode até não atender e não dizer nada. A satisfação pode ser dada até mesmo sem palavras e ser praticada até por muitas outras espécies animais.

Em seguida vem a **pergunta**. Em geral ela é atendida mediante a informação desejada, com uma **oração declarativa**. Em terceiro lugar vem o **vocativo** (do latim *vocare* = chamar): chamada de atenção do potencial interlocutor para que entre em comunhão com o solicitante e fique aberto para o que ele tem a dizer. Ele simplesmente chama a atenção do interlocutor para o que o falante vai dizer. É expresso quase sempre por uma exclamação ou um verbo no imperativo sob a forma de pré-ordem (*Menino! desce daí*), pré-pergunta (*Por favor, onde fica a rua Amapá?*), pré-informação (*Amigo, é a segunda à direita* [apontando]). Podem ocorrer também pós-ordem (*Desce daí, menino!*), pós-pergunta (*Onde fica a rua Amapá, por favor?*) e pós-informação (*É a segunda à direita, amigo!*). Na verdade, o vocativo é uma espécie de solicitação, embora possa ocorrer também em atendimentos (pré-atendimento/pós-atendimento).

Os marcadores de solicitação **de caráter específico** são basicamente os que constam no quadro de Marcuschi. Eles ocorrem a fim de solicitar acolhida do interlocutor ao que o falante vai dizer. Além dos que constam na coluna dos “pós-posicionados no final de turno”, exceto talvez *é isso aí*, entram

nesta categoria marcadores linguísticos como *viu?*, *sabe?*, *tá?*, *entende?*, *correto?*, *né?*, *não é?*, entre muitos outros. Aí entram também marcadores paralinguísticos (intensidade, pausas etc.), suprasegmentais (como a entoação, acento etc.) bem como os marcadores não linguísticos (*ãh?* e *hein?*).

Repetindo, para cada tipo de solicitação existe um **marcador de atendimento**. Constituídos pelos **de caráter geral** temos, em primeiro lugar, a obediência à ordem, em geral mediante um comportamento, ou seja, executando o que foi ordenado. Em seguida vem a resposta à solicitação-pergunta. Se se tratar da pergunta total, a resposta pode ser simplesmente *sim* ou *não*. Podem ser também substitutos de *sim* e *não*, como os marcadores não linguísticos vistos mais abaixo. Como salienta Marcuschi, existe também a resposta ecoica (-p₁: *Cê vai com a gente?*; -p₂: *Vô*). O atendimento ao vocativo em geral consiste em se mostrar atento e receptivo ao que o falante poderá dizer.

Os marcadores gerais de solicitação ocorrem com frequência no primeiro nível do fluxo interlocucional, ou seja, podem ser o gatilho para o diálogo. Os marcadores de atendimento específicos ocorrem com frequência no segundo nível do fluxo interlocucional, justamente por serem atendimento à solicitação do primeiro nível. Porém, os dois tipos de marcadores gerais podem ocorrer em qualquer nível do diálogo, dependendo de sua dinâmica.

Ao conjunto de marcadores que se referem a solicitações, atendimentos e até partes de réplicas expressas não verbalmente, Slama-Cazacu (1983) chamou impropriamente de sintaxe mista (*sintaxa mixtă*) que, de acordo com ela é a “substituição frequente de elementos verbais por elementos não verbais”. Ela afirma que “no diálogo oral a sintaxe dialoical contém uma sintaxe mista, sobretudo nas atividades de trabalho, nas crianças e nos registros informais”. Pode ocorrer uma “unidade dos elementos verbais e não verbais” (p. 7-21).

Na verdade, a categoria “sintaxe mista” de Slama-Cazacu é mais ampla do que os componentes não verbais da comunicação. Entre esses elementos, temos as exclamações (que incluem as interjeições), expressões como *uai*, as mímicas⁷, os rinemas⁸ (*ãh?*, *hein?*, *?m?*).

Na verdade não se trata de sintaxe propriamente dita, mas de uso mesclado de recursos verbais e não verbais nas interações comunicativas, nas réplicas (turnos) que compõem o diálogo. Talvez possamos criar o neologismo “inverbal” e fazer a distinção entre componentes verbais (com palavras) e componentes inverbais (não verbais) da comunicação, como os de (1) a (6) a seguir.

(1) Paralinguagem; (2) proxêmica. (3) cinésica/mímica: a) movimentos e posições do corpo (braços cruzados, pernas cruzadas de duas formas); b) movimentos com a cabeça; c) movimentos com os braços; d) movimento com as pernas: *Ele pôs a bola no chão e (ato de chutar)*; e) movimentos com as mãos; f) movimentos com os dedos (“mostrar o dedo médio”, “V de vitória”, “positivo/negativo com o polegar”, “indicador apontando algo” etc.); g) movimentos dos olhos; h) movimento das pestanas; i) cenho franzido etc. (4) Existem ainda as onomatopéias e os rinemas.

Para mais discussão sobre esses componentes da interação comunicativa, pode-se consultar Nădrag (2009).

Existem ainda os marcadores textual-discursivos ou, na tradição, apenas “marcadores discursivos”. De acordo com alguns autores, existem os marcadores ideacionais “representados por algumas conjunções e advérbios como *e, mas, então, além disso, agora, aliás* etc. (GALEMBECK; CARVALHO, 1997, p. 9). Esses autores falam também em “marcadores de sustentação do turno”, tais como os silêncios ou pausas como sinais de hesitação, a fim de ganhar tempo na elaboração mental do que vai ser dito sem perder o turno. Os exemplos citados são *ahn, uhn, eh, ah*. Mais especificamente, “as hesitações servem como momentos de organização e planejamento interno do turno e dão tempo ao falante de se preparar” (MARCUSCHI, 1986, p. 27).

6. Sintaxe dialogal, discurso direto e discurso indireto

A sintaxe dialogal tem mais a ver com discurso direto porque é por meio dele que o falante efetivamente se expressa. No entanto, os especialistas em estudos literários, que frequentemente lidam com textos monológicos ou aparentemente monológicos (COUTO & COUTO, 2019), falam em discurso indireto e discurso indireto livre, assunto pormenorizadamente discutido por Mikhail Bakhtin em mais de um quarto de seu livro (BAKHTIN, 1981, p. 144-196).

O discurso indireto é aquele em que um narrador reporta em suas próprias palavras o discurso direto de outrem expresso dialogicamente. O mesmo se pode dizer do discurso indireto livre. Por esse motivo vale a pena falar brevemente dele aqui. Ele consiste basicamente na reprodução do enunciado de um falante por parte de outra pessoa que o relata em suas próprias palavras. Vejamos a tradução de um exemplo em francês, traduzido por mim, que se encontra em Bakhtin (1981, p. 174), em nota de rodapé, primeiro em discurso direto (1), em seguida em discurso indireto (2) e em discurso indireto livre (3):

(1) *Ele protestou e gritou: “Meu pai te odeia!”* (o narrador reporta diretamente o que o próprio falante disse)

(2) *“Ele protestou e gritou que seu pai a odiava”* (o narrador inclui em seu discurso o que a falante disse)

(3) *Ele protestou: “Seu pai”, gritou ele, “a odiava”!*

Eis um exemplo mais simples em português:

(3) Maria: *“Eu não irei à missa amanhã”* (discurso direto, dito pela própria Maria);

(4) Narrador: *“Maria disse que não iria à missa amanhã”* (o narrador inclui o discurso de Maria no seu).

O discurso indireto é o predominante em obras literárias como romances, novelas e contos. Uma exceção são os dramas (peças teatrais), cujo objetivo é justamente ser representado dialogicamente por atores. No entanto, no interior das obras literárias podem aparecer trechos em discurso direto,

como quando o autor põe alguns personagens a dialogar. Em suma, o discurso narrativo indireto é um tanto artificial.

Sem entrar muito nas filigranas dos mecanismos de conversão de discurso direto em indireto e vice-versa, aí incluso o discurso indireto livre, o fato é que o assunto tem a ver diretamente com o diálogo, com a interação comunicativa. Mesmo porque nas suas interações comunicativas do dia a dia os falantes podem usar esses recursos. Eu tenho exemplos disso até em narrativas proferidas na zona rural. Em Urbano (1993, p. 94-95) temos um exemplo de conversão de discurso direto em discurso indireto.

7. Discussão

Todos os estudos mencionados no presente artigo, e outros por eles citados, são sérios e apresentam sólida argumentação a partir das bases teóricas que seguem. O grande problema em todos, eles segundo a visão ecossistêmica, é a tantas vezes mencionada discursomania (textomania, estruturomania). Isso se deve ao fato de considerarem a língua um sistema que funciona como instrumento que usamos para comunicar, no nível da faca que usamos para descascar uma laranja, da chave para abrir uma porta e assim por diante. A fim de evitar essa reificação, a LE prefere o conceito de **organização**, em vez do de estrutura. Só se pode falar em estrutura se dirigirmos o foco para um plano específico na imensa rede rizomática de interações orgânicas que constituem a língua, como muito bem mostraram Deleuze & Guatari (2000), de cuja proposta há uma tentativa de aplicação em Couto (2016). Examinemos mais de perto três dessas publicações.

Urbano (1993) começa dizendo que “Os marcadores conversacionais são elementos linguísticos que estruturam o texto”, embora acrescente que o texto é “considerado não só como uma construção verbal cognitiva, mas também como uma organização interacional interpessoal”. Vale dizer, primeiro eles são estruturadores do texto para, só secundariamente, serem componentes da “organização interacional interpessoal” (p. 14). Afirmar ainda que eles “integram propriamente o conteúdo cognitivo do texto”. Para o autor, eles são “elementos que ajudam a construir e a dar coesão e coerência ao texto falado”, acrescentando a observação secundária de que isso se dá “especialmente dentro do enfoque conversacional” (p. 98). Nos “Comentários Conclusivos”, Urbano afirma que esses marcadores “desempenham funções mais genéricas e funções mais específicas”. A função genérica é a “estruturadora ou organizadora”. Acrescenta que “são específicas as funções de monitoramento do ouvinte ao falante”, mesmo que seja de “aprovação discursiva” (114). A textomania, e a discursomania aí se revelam de ponta a ponta.

Galembeck & Carvalho (1997) retomam a conceituação de autores como Urbano e Marcuschi. O artigo deles é um dos que mais se aproxima da visão de língua como interação, como se vê já no título (Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo). Partindo da posições inicial, medial e final dos marcadores (que é de natureza estrutural), jogam no mesmo balaio “marcadores iniciais de turno” que têm “função interacional”, “marcadores de opinião” e outros, cujos exemplos

são textual-discursivos. Entre os “marcadores mediais de turno” encontram-se os “MCs de função interacional” de “envolvimento do ouvinte”. Os três seguintes não são interacionais, mas “de sustentação do turno, “manifestação de opiniões” e “de função ideacional” que, ao fim e ao cabo, são textual-discursivos. Por fim, falam dos “marcadores finais de turno”, todos eles claramente interacionais. Também eles não escapam da estruturomania.

Raquel Freitag (2009) também é uma grande estudiosa dos marcadores. Sua preocupação é claramente com a questão textual, sintática. Tanto que logo de início afirma que “os requisitos de apoio discursivo não podem ser considerados elementos apenas de interação, estritamente pragmáticos” porque “desempenham funções gramaticais, relacionadas à organização do texto, e desse modo, podem ser considerados decorrentes do processo de gramaticalização”. A “gramaticalização é o processo pelo qual um item lexical, impulsionado por um certo contexto pragmático e morfossintático, torna-se gramatical”, reportando-se a Traugott (p. 6). Tanto neste artigo quanto em um anterior a ele (FREITAG, 2007), um dos seus principais objetivos é mostrar que estão se gramaticalizando, deixando de ser meros “marcadores discursivos interacionais” que “estão adentrando nos domínios da escrita” (p. 7), portanto estão sendo incorporados na linguagem padrão por aparecerem em textos jornalísticos e técnicos. Apenas de passagem, a autora assevera que “O falante faz uso de estratégias para certificar-se da atenção do ouvinte, pedir sua concordância e também manter aberto o canal comunicativo” (p. 9).

De dez artigos compulsados, três enfatizam a ideia de texto já no título e 3 incluem “interação”, “diálogo” e “fala”. Porém, mesmo esses três resvalam em todo o ensaio pela discursomania. Enfim, a tradição vê os marcadores interlocucionais, tanto de solicitação quanto de atendimento, pelo filtro do discurso. Tanto que o nome geral que dão a eles é “marcadores discursivos”, sendo os “marcadores conversacionais” um subtipo. Manifestação clara de discursomania, textomania, estruturomania. Por que não “marcadores interlocucionais” “de solicitação” e “de atendimento”, dos quais os “marcadores discursivos” são um subtipo? A LE inverte a perspectiva e vê os marcadores discursivos pelo filtro da interlocução.

No espírito da filosofia de Martin Heidegger, podemos afirmar que uma faceta discursomaníaca dos estudos tradicionais se mostra na própria palavra “discurso”. Ela provém de *discursus*, que é particípio passado de *discurrere*. Ora, particípio passado se reporta a algo feito, terminado, logo, estático, não a algo dinâmico e em desenvolvimento como o diálogo. A propósito, Eugênio Coseriu já disse que “a língua é um ‘advérbio substantivado’: *latine* [loqui] transformado em *língua latina*, assim como o [caminhar] *rapidamente* pode se transformar em *rapidez* [do caminhar]” (COSERIU, 1979, p. 45). Eu acrescentaria que o conceito de língua se aproxima mais do de gerúndio, que indica uma ação em andamento (*falando, dizendo*). O particípio passado se refere a algo terminado, pronto (*falado, dito* > o falado, o dito; o discorrido > o discurso). Ora, já em 1836 Wilhelm von Humboldt dissera que a língua é *enérgeia* (energia, algo em movimento), não *érgon* (algo feito, o feito > uma coisa)⁹. O *érgon* (*langue*) seria o resultado do congelamento de determinada configuração da *enérgeia* (*parole*). A língua não é uma coisa, mas uma ação, interação, interação comunicativa.

Em síntese, a categoria dos marcadores é denominada **marcadores interlocucionais**, pois tudo na língua tem por fim último a comunicação. Eles se subdividem em **marcadores de solicitação** e **marcadores de atendimento**. Como a língua tem também marcadores (intraturno, intrarréplica) que amarram o texto, lhe dão coesão, a LE reconhece um terceiro tipo, os **marcadores textual-discursivos**.

8. Observações finais

É importante repetir que o artigo propõe uma mudança de postura frente aos fatos examinados, não uma análise pormenorizada e inteiramente nova dos marcadores, ou de um grupo deles. O objetivo principal é apresentar uma nova perspectiva a partir da qual eles podem ser analisados, considerando-os como **marcadores interlocucionais** por um lado e **marcadores textual-discursivos** por outro, com a possibilidade de haver intersecção entre eles.

Infelizmente não há terminologia consensual para a própria designação dos fenômenos. Além das incertezas no uso de termos como “marcadores/operadores discursivos”, “marcadores/operadores conversacionais” e até “marcadores/operadores discursivos interacionais”, há fenômenos que sequer têm nome. É o caso de *ãh?*, *mhm!*, *ãhã!/ã?ã!*, *?m?m!* e outros, como se vê na Nota 8.

Enfim, eu pretendi avançar os importantes resultados já alcançados nos estudos feitos no contexto da análise da conversação. Espero que o meu breve ensaio sugira novos avanços no estudo da língua como interação e tudo que a compõe, como o diálogo e tudo que tem a ver diretamente com ele, caso dos marcadores interlocucionais, a despeito do título “sintaxe dialogal”.

Notas

1. Para uma visão geral da ecolinguística, pode-se consultar Fill (1993) e Couto (2007). Especificamente para a linguística ecossistêmica, Finke (1996), Trampe (1990) e Couto (2015). Na seção 2 do presente ensaio, encontra-se uma pequena síntese da LE.
2. Infelizmente a linguística ocidental não deu o devido valor ao importante trabalho de Tatiana Slama-Cazacu, embora a psicolinguista brasileira Leonor Scliar-Cabral tenha traduzido seu livro *Psicolinguística aplicada ao ensino de línguas* (São Paulo: Pioneira, 1979) e aplicado sua “metodologia dinâmico-contextual” em alguns ensaios.
3. A linguística ecossistêmica não dispõe de uma terminologia técnica específica para o estudo de questões “estruturais”, mas, por ser multidisciplinar e multimetodológica, pode lançar mão de qualquer teoria com respectivos termos técnicos para a análise de um objeto específico, sem nenhum prejuízo epistemológico. Para ela, o mais importante é a interpretação dos resultados da análise, com o auxílio do método da focalização (GARNER, 2004; COUTO, 2018), não a terminologia utilizada.

A ideia de língua como interação pode ser vista em Bakhtin (1981), Jakubinskij (2025), no marxismo, no behaviorismo americano e em muitas outras teorias. A teoria que mais se aproximou do que se faz em linguística ecossistêmica é a análise da conversação (SACKS, SCHEGLOFF, JEFFERSON, 1974; MARCUSCHI, 1986).

4. Como exemplo inicial, podemos lembrar a preferência brasileira pela próclise pronominal (questão sintática), que se explica pela repugnância pelas palavras proparoxítonas (questão fonético-fonológica). Isso se deve ao fato de o todo “verbo + pronome oblíquo” ser visto como uma palavra (vocábulo fonológico) que, por isso mesmo, deve obedecer às tendências fonético-fonológicas da língua.

5. Já foram detectadas 19 regras interacionais, expostas em Couto & Couto (2023, p. 20).

6. A obra principal de Tatiana Slama-Cazacu está em romeno. Para o que interessa no momento, Slama-Cazacu (1982a, 1982b) são as principais referências no que tange à sintaxe dialogal. Felizmente, há uma versão resumida desses dois artigos em espanhol (SLAMA-CAZACU, 1983). Eu me baseio fundamentalmente nele, mas eventualmente recorro também aos originais romenos, além de publicações em francês, como Slama-Cazacu (1996). Fernandes (2022) é uma boa apresentação da vida e obra da autora.

7. Um pioneiro no Brasil no uso de mímicas na comunicação é Pierre Weil, com seu livro *O corpo fala*, em coautoria com Roland Tompakow (Editora Vozes, 1980, 1ª ed.).

8. O termo rinema é um neologismo proposto num texto provisório meu intitulado “Rinemas como frasilhas periféricas da linguagem: Uma interpretação linguístico-ecossistêmica”. O vocábulo é formado pelo radical grego para nariz (*rhis/rhinós*), devido ao fato de os sons serem emitidos basicamente pelo nariz, mais o *-ema* que ocorre em termos como “fonema”, “morfema”, “semema” etc. O texto está Disponível em:

<https://meioambienteelinguagem.blogspot.com/>

9. Wilhelm von Humboldt. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus*. Berlim: Druckerei der Königlichen Akademie der Wissenschaften, 1836. Esta é a primeira edição. Posteriormente saíram várias outras.

Referências

BACK, Eurico; MATTOS, Geraldo. *Gramática construtural da língua portuguesa* I. São Paulo: Editora F.T.D, 1972.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2ª ed., 1981.

BANG, Jørgen Christian; DØØR, Jørgen. *Language, ecology and society: A dialectical approach*. Londres: Continuum, 2007.

BENVENISTE, Émile. L'appareil formel de l'énonciation. *Langages* ano 5, n. 17, p. 12-18, 1970.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença Editora/EDUSP, 1979.

COUTO, Hildo H. do; COUTO, Elza K. N. do. Por uma análise do discurso ecológica (ADE). *ECO-REBEL* v. 1, n. 1, p. 82-104, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9968/8801>

COUTO, Elza K. N. do; COUTO, Hildo H. do. Uma leitura ecolinguística de “Se eu quiser falar com Deus” de Gilberto Gil. *ECO-REBEL* v. 5, n. 2, p. 40-53, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/27661/23798>

COUTO, Hildo H. do; COUTO, Elza K. N. do. Por uma gramática ecossistêmica do português brasileiro. *ECO-REBEL* v. 9, n. 3, p. 04-50, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/50278/38177>

COUTO, Elza K. N. do; COUTO, Hildo H. do. *Por uma gramática ecossistêmica da linguagem rural de Major Porto (MG) (a sair)*.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística*: Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 1, n. 1, p. 47-81, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2016v20n38p26>

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967/8800>

COUTO, Hildo Honório do. Estudos gramaticais à luz da linguística ecossistêmica. *Scripta* v. 20, n. 38, p. 26-53, 2016.

COUTO, Hildo Honório do. A metodologia na linguística ecossistêmica. *ECO-REBEL* v. 4, n. 2, p. 18-33, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/12355/10835>

DEULEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. 2000. *Mil platôs*: Capitalismo e esquizofrenia. Vol I. São Paulo: Editora 34, 2000, 1ed., 2ª reimpressão.

FERNANDES, Ubirajara Moreira. Tatiana Slama-Cazacu: linguista ecossistêmica *avant la lettre*. *ECO-REBEL* v. 8, n. 1, p. 29-46, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/42490/32852>

FILL, Alwin. *Ökologlinguistik*: Eine Einführung. Tübingen: Gunter Narr, 1993.

FINKE, Peter. Sprache als missing link zwischen natürlichen und kulturellen Ökosystemen. In: FILL, Alwin (org.). *Sprachökologie und Ökologlinguistik*. Tübingen: Stauffenburg, p. 27-48, 1996.

FREITAG, Raquel Meister KO. Marcadores discursivos não são vícios de linguagem. *Interdisciplinar: revista de estudos de língua e literatura*, v. 4, p. 22-43, 2007.

<https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/1091>

FREITAG, Raquel Meiter Ko. Estratégias gramaticalizadas de interação na fala e na escrita: Marcadores discursivos revisitados. *ReVel* v. 7, n. 13, p. 2-15, 2009. Disponível em:

http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_estrategias_gramaticalizadas_de_interacao.pdf

GALEMBECK, Paulo de Tarso; CARVALHO, Kelly Alessandra. Os marcadores conversacionais na fala culta de São Paulo (Projeto NURC/SP). *Intercâmbio* v. 6, 1997. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/4100/2746>

GARCÍA, Ángela Cora. *An introduction to interaction*. Londres: Bloomsbury, 2013.

GARNER, Mark. *Language: An ecological view*. Berna: Peter Lang, 2004.

JAKUBINSKI, Lev. *A fala dialogal*. São Paulo: Parábola, 2015.

KOCH, Ingedore G. Villaça et al. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, Ataliba T. (org.). *Gramática do português falado* I. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, p. 143-184, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

NĂDRAG, Lavinia. O abordare psiholingvistică a cercetărilor referitoare la comunicare. *Intertext* 1-2, 2009.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel E.; JEFFERSON, Gail. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language* v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. Principiul adaptării la context. *Studii și cercetări lingvistice*, tomo V, n. 1-2, p. 201-244, 1954

SLAMA-CAZACU, Tatiana. Structura dialogului: Despre „sintaxa dialogată” I. *Studii și cercetări lingvistice* v. XXXIII, n. 3, p. 211-224, 1982a.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. Structura dialogului: despre ‘sintaxa dialogată’ II. *Studii și cercetări lingvistice* XXXIII, n. 4, p. 301-321, 1982b.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. Relaciones interpersonales y estructuración del diálogo: "La sintaxis dialogada". *Anuario de psicología* n. 29, p. 5-23, 1983.

SLAMA-CAZACU, Tatiana. Fondements du dialogue. *Bulletin de psychologie*, tomo 50 n° 427, p. 106-111, 1996.

doi: <https://doi.org/10.3406/bupsy.1996.14602>

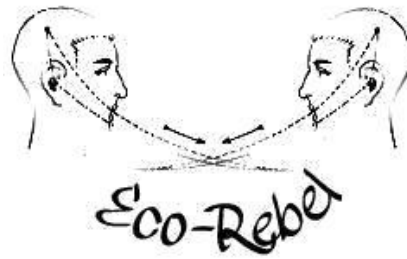
ECO-REBEL

TRAMPE, Wilhelm. *Ökologische Linguistik: Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

URBANO, Hudinilson. Os marcadores conversacionais. In: PRETI, Dino (org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: FFLCH-USP, p. 93-116, 1993.

Aceito em 15 de fevereiro de 2026.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 12, N. 1, 2026.



TOWARD A SEMIOTICS OF SYNTROPY: GRAMMATICALITY, EVOLUTION, AND SUCCESSIONAL DYNAMICS IN AGROECOSYSTEMS

Marcelo Moreira Santos (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Abstract: Under the scope of Systems Theory — drawing on thinkers such as Edgar Morin, Ilya Prigogine, and Jorge de Albuquerque Vieira — and in conjunction with Charles S. Peirce’s Semiotics, this article examines the dynamics underlying Ernst Götsch’s Syntropic Agriculture, focusing on its successional cycles, evolutionary parameters, and regime of meaning or grammaticality. Developed empirically and pragmatically over decades, the syntropic agroforestry model stems from Götsch’s attempt to understand how nature organizes itself to sustain and intensify life. His cultivation methodology is grounded in thermodynamic principles, transforming the management of entropy into the harvesting of syntropy, that is, life-promoting organization. We propose that this methodology operates as a stochastic and non-linear process that favours the emergence and singularity of living, stochastic systems in continuous creative evolution — *genesis* — enabling both the included species and the environments they inhabit to grow in resilience and complexity. Its triple rootedness — thermodynamic, eco-biological, and agro-cultural — constitutes the grammaticality of syntropic agriculture, or its regime of meaning. Within this framework, the physico-chemical dynamics of out-of-equilibrium systems drive species variability in successional cycles, fostering healthier, self-productive, and self-organizing ecosystems. The article concludes that Syntropic Agriculture positions *Homo sapiens* as an operator of semantic transformations within agroecosystems.

Keywords: Syntropic Agriculture, Ernst Götsch, Agro-ecosystem, Semiotics, Complexity.

Resumo: Sob a perspectiva da Teoria dos Sistemas — dialogando com pensadores como Edgar Morin, Ilya Prigogine e Jorge de Albuquerque Vieira — e em articulação com a Semiótica de Charles S. Peirce, este artigo examina as dinâmicas subjacentes à Agricultura Sintropia de Ernst Götsch, com foco em seus ciclos sucessionais, parâmetros evolutivos e regime de sentido ou gramaticalidade. Desenvolvido empiricamente e de modo pragmático ao longo de décadas, o modelo agroflorestal sintropico decorre da tentativa de Götsch de compreender como a natureza se organiza para sustentar e intensificar a vida. Sua metodologia de cultivo fundamenta-se em princípios termodinâmicos, convertendo o manejo da entropia na colheita da sintropia, isto é, da organização promotora da vida. Propomos que essa metodologia opera como um processo estocástico e não linear que favorece a emergência e a singularidade de sistemas vivos, estocásticos e em contínua evolução criativa — gênese — permitindo que tanto as espécies incluídas quanto os ambientes que elas habitam aumentem sua resiliência e complexidade. Sua triplo enraizamento — termodinâmico, eco-biológico e agro-cultural — constitui a gramaticalidade da agricultura sintropica, ou seu regime de sentido. Nesse enquadramento, as dinâmicas físico-químicas de sistemas fora do equilíbrio impulsionam a variabilidade das espécies em ciclos sucessionais, promovendo ecossistemas mais saudáveis, autoproductivos e auto-organizáveis. O artigo conclui que a Agricultura Sintropica posiciona o *Homo sapiens* como operador de transformações semânticas nos agroecossistemas.

Palavras-chave: Agricultura Sintropica, Ernst Götsch, Agroecossistema, Semiótica, Complexidade.

Introduction:

In recent years, there has been growing academic interest in Ernst Götsch's Syntropic Agriculture (REBELLO & SAKAMOTO, 2021) (ANDRADE & PASINI, 2022), because his cultivation methodology, based on the development and maintenance of integrative processes between plant and animal species, not only produces food, but also has the capacity to restore forests and woodlands in different biomes, guaranteeing the survival of complex ecosystems and combating many of the problems we currently face related to climate change.

This syntropic agroforestry model has been developed in an empirical-practical way over the years, with the impetus of discovering how nature *works* to produce life. The observations of Götsch, a

genetic scientist by training, were born within the forest and woodlands, when he realised that there was an evolutionary complexity in these ecosystems that guaranteed food for everyone in them. What's more, these ecosystems didn't need external inputs to achieve something fundamental to life: their autonomy and permanence. But how was this possible?

When we talk about organic and permaculture, for example, we always see the need to cultivate using *ecologically correct* inputs such as compost and/or manure, natural herbicides and/or pesticides, etc. But in these processes, cultivation is still based on the maintenance of monocultures, such as vegetables and legumes, for example, and the constant injection of external agents to guarantee their survival.

There is a certain *artificiality* to these ecologically correct processes, because what is actually created are *bubbles* that simulate so-called *natural* systems. Syntropic agriculture goes the other way: it is part of the development of successional stochastic systems (VIEIRA, p. 65, 2008) that evolve in complexity until they reach ecosystem autonomy, but without the use of external inputs (artificial and/or ecological) to guarantee the historicity of this process.

To put it this way, such a methodology seems a little daunting, but let's use a little illustration here. Let's say that syntropic farming is a type of cultivation that is completely unknown to the reader. This degree of ignorance is homogeneous, because its representation sounds distant and null. Just as when we visit a city for the first time, we are totally unfamiliar with it. However, little by little, as we live in it, the city begins to be mentally mapped out and we begin to walk with a certain freedom along its avenues, streets and alleys, in fact we create our own routes, our places of reference, our information architecture, when we really get to know it.

This initial homogeneity – or lack of knowledge – we call the maximum degree of entropy. In the case of syntropic agriculture, for example, as we read about it, attend classes on the Götsch methodology, practise its principles and exchange ideas with other agroforesters, we stockpile information. This stock, or systemic memory, allows us to develop a knowledge of this cultivation, so that through our day-to-day experience, this know-how enables us to map it: to weave strategies, plans and guiding principles into our actions in agroforestry cultivation.

A degraded environment and/or even our large areas of monoculture, be it soya, maize, wheat, etc., can be listed here as examples of the maximum degree of entropy. For in both there is a systemic homogeneity: either artificially manufactured, or the result of actions harmful to the environment that has lost its capacity to regenerate. In thermodynamic terms, the homogeneity of both

environments alerts us to the lack of information stock. Götsch noted that entropy does not serve as the place where we should grow our food, and this stage of homogeneity is just a moment of passage to another process: heterogeny.

In fact, the great driving force behind life on the planet is entropy, without which we *homo sapiens* wouldn't even be here (PRIGOGINE, 2002 p. 29). According to the Second Law of Thermodynamics, everything degrades, however, nothing remains homogeneous, everything tends, in the same proportion, towards heterogeneity, or the development of diversity and complexity¹. However, in order to achieve this heterogeneous process, information needs to be stored over time.

Stochastic systems are called non-linear or out-of-equilibrium systems. In fact, many people confuse disorder with entropy, which is not correct. So, when we enter a forest, for example, that cacophonous disorder is not an index of entropy; on the contrary, everything that degrades there is driving a proportionally high volume of the possibility of life, or syntropy.

So, to summarise, what Ernst Götsch developed was a cultivation methodology based on thermodynamic principles, in which the management of entropy is transformed into the harvesting of syntropy, or life. This methodology takes the form of a stochastic process, i.e. a non-linear process that favours the emergence or singularity of living or stochastic systems, in constant creative evolution – genesis – which allows the species included in it and the very environments it develops to grow stronger.

To better understand this agricultural crop, its successional cycles, evolutionary parameters and regime of meaning or grammaticality, we have to analyse it under the scope of Systems Theory, with thinkers such as Edgar Morin, Ilya Prigogine and Jorge de Albuquerque Vieira, in conjunction with the Semiotics of Charles S. Peirce.

1. The Basics of Agroforestry: The Syntropic Cycles

System is a very recurrent term in the literature on syntropic agriculture, but what is a system? For Edgar Morin (2008, p. 175), a system is anything that demonstrates emergence and autonomy in relation to the external environment. Emergence can be seen as creativity's ability to evolve and find the means to remain. Jorge Vieira (2008, p. 34) observes the types of system: a) Open systems

¹ *Everywhere the main fact is growth and increasing complexity* (PEIRCE, 1992, p. 308).

are those that interact and exchange information with other systems and subsystems in such a way as to permeate their existence and permanence based on their ability to weave and/or build relationships, connections and integrations at different levels of associations, co-operations and mutual adjustments; b) Closed systems exchange energy and information, but not matter; c) Isolated systems, on the other hand, lose contact with their surroundings and tend to die.

According to Jorge Vieira (2008, p. 89), there are three fundamental parameters for classifying a system: its capacity for permanence, its environment and its autonomy. Permanence has a temporal character embedded in its process and often, in biology, this parameter can be synonymised with the term survival, i.e. the ability to maintain its existence over time. Environment is a system that involves another system; in fact, the environment allows the system within it to find the necessary resources for its emergence, development and maintenance. Morin warns us that in the same way that a system chooses its environment, or *Oikos*, the environment chooses the systems that will develop through it (MORIN, 2005, p. 68). There is a co-evolutionary aspect to the process, as environments and species co-produce and co-operate mutually for the permanence and evolution of both.

Autonomy, on the other hand, is related to the stock of information or systemic memory, i.e. the past connects the present, enabling possible futures. Thus, over time, in its process of permanence and exchanges with the environment, the system accumulates experience, evolves in mediation – or semiosis – internally – cells, organs, individuals – and externally – micro-systems, ecosystems and macro-systems – and transforms information into regularity, to the point of self-maintenance and self-generation: recursively (circuit) and retroactively (expansion) (MORIN, *ibid.*, p. 263). Maturana and Varela call this process as *autopoiesis*.

But why is the accumulation of information important for open systems? Because every open system, which is non-linear and out of equilibrium, has to deal with entropy, i.e. the degeneration of itself and/or its surroundings. Thus, the stock of information ensures that it can deal with crises, disturbances, hostilities, disputes, struggles, competition, etc. (VIEIRA, p. 66, 2008). That's why entropy is the driving force behind evolution, because it makes systems achieve what we call *homeostasis* or *non-equilibrium steady state* (PRIGOGINE, 2011, p. 69), which, above all, means an intermittent action to overcome entropy (PRIGOGINE, 2011, pp. 30-31), transforming it into systemic memory and transmitting it to subsequent generations, recursively and retroactively. What Morin calls auto-pheno-generativity (2005, p. 133).

As a stochastic, nonlinear system, syntropic agriculture is based on the succession of systems, i.e. going from the least complex to the most abundant. This is precisely because this methodology works on building autonomy, i.e. building a systemic memory (VIEIRA, 2008, pp. 34-35) that acts as a regulator of the system's creativity and permanence, or emergence, allowing the system to self-produce and find its own *homeostasis*.

So, in the beginning, what you see emerging in cultivation are fast-cycling species such as grasses, vegetables, herbs and tubers. Above all, what is established is a consortium of species that have the ability to thrive even in hostile environments. However, as the system evolves, the soils begin to have a microbiological activity that is more prone to harbouring species that are more demanding of nutrients. This is because plant roots begin to open up passageways, making the soil more porous and prone to physical and chemical exchange, thus accumulating information. At the same time, the biomass produced by these pioneer species is used as a cover for this soil that is undergoing the structuring of mycorrhizae.

In fact, mycorrhizae – the association between fungi, bacteria and plant roots – can be described as a communication network in the context of soil biocenosis (REBELLO & SAKAMOTO, 2021, p.28). It is therefore a system of interactions that allows for the maintenance and dissemination of information, strengthening the relationships, connections and integrations of species in the face of system degradation. It's no wonder that this process can also be referred to as restoring the *health* of the soil.

In the intermediate stage of syntropic cultivation, called accumulative, what we see emerging are species with medium- to long-term cycles, such as shrubs, trees and fruit trees. However, what is visible in this context is the emergence of *shading platforms*, because the sunlight, so intense and uniform in the initial stage, is now distributed in different steps within the system. Thus, some species serve as photosynthetic support for others, because many species produce better in the shade while others need to be exposed to the sun for longer. Above all, the same dynamic found in the construction of the soil biocenosis, i.e. the informational strengthening of the system, is now seen vertically, in layers, by a variety of steps: creeping, low, medium, high and emergent.

In this process, the layers of shading spread over different floors create: a) an environment that self-regulates in maintaining the temperature of the system; b) in protecting the soils, not exposing them to the abrasive action of the sun; c) in conserving the ambient humidity; d) in improving the photosynthetic metabolism strengthening the well-being of the individuals inserted in the system

leaving them better able to deal with diseases and/or insect attacks; e) in the health of the system itself, i.e. with a more robust metabolism and a protective environment, all species benefit, since the metabolic surplus of the individuals is distributed by the roots via mycorrhiza, in a frank dialogue between soil and forest, favouring the information stock of the entire ecosystem and keeping it able to deal with the degradation of the system; f) last but not least, in the protection of the forest from the action of winds and storms.

In fact, this intermediate stage, or accumulative system, prepares for the forest's dialogical path that will be fully realised in the next cycle, called the abundance system. This last stage of syntropic cultivation is characterised by a change in the microclimate in the region where the agro-ecosystem is located, to the point where we see a greater volume of water circulating: a) in the soil, through the restoration of springs; b) within the agroforestry, through transpiration from the trees; c) as rain, through large-scale evaporation by the trees and plants in the consortium. Because of this emerging peculiarity, Götsch became known for the phrase: *Water is planted!*

Thus, in the system of abundance, what is harvested is everything that has been stored over the previous stages. The soils are healthy and the available nutrients are plentiful, the species complement each other synergistically and the whole ecosystem re-establishes itself as a forest. Here we see that species with long cycles – centenarians – and emergent species – very tall – are the ones that stand out most in the system. This doesn't mean that fruit-bearing species aren't in the landscape, on the contrary. We can see cocoa, coffee and citrus trees under these large woody trees that provide them with a more protective environment. It can be said that this process is made up of synergistic layers of systems that complement each other.

Another important factor is the return of medium and large species to the ecosystem. While in the first cycle we see many insects and small animals, in the intermediate and final cycles, medium and large species return to their original habitats, as there is an abundance of food in the system. At the same time, these species contribute to population regulation and, consequently, to the maintenance and evolution of the agroforestry, by transporting seeds and favouring spontaneous planting.

2. Evolutionary Parameters: The Synergy of Complexity

So far we've seen that an open system such as an agroforestry is characterised by exchanges of information, matter and energy. At the same time, we presented the fundamental parameters for

the consolidation of this system – permanence, environment and autonomy – projecting them onto the successional process of Ernst Götsch's syntropic agriculture. We now need to understand the evolutionary parameters of a system so that we can then address its semantics or grammaticality. According to Jorge Vieira (2008, pp.35-42), for a system to consolidate itself as such, there are so-called hierarchical or evolutionary parameters, i.e. those that depend on the time factor to establish themselves, outlined as follows: composition, connectivity, structure, completeness, functionality and organisation, all permeated by a parameter that can arise from the first stage: complexity.

The first parameter called composition deals directly with diversity, i.e. the more diverse the system, the more information there is circulating, and the more information, the better the system will be able to deal with entropy. Therefore, information is difference and difference is autonomy. Composition is what we can observe in the *muvuca*. An indigenous method of planting widely used in syntropic agriculture that is characterised by a considerable volume of seeds from different species being planted together. In fact, this ancestral planting method promotes a wealth of germination possibilities right from the start. But the composition is not restricted to this initial evolutionary stage; in fact, this process accompanies agroforestry management throughout the three syntropic cycles.

From this initial abundant variety of *muvuca*, the farmer observes the growth of the consortium species and the development movements of each individual in the system. It is in this kinetic flow that the farmer is trimming, intervening, selecting, in other words, composing the agroforestry. In this way, the species that are left behind provide the biomass needed to maintain and/or enrich the soil biocenosis and are deposited at the feet of the plants that remain in the system. In this movement, the composition of the strata appears in the landscape like chords in a great symphony whose conductor is the farmer.

Therefore, information density becomes the key to the evolution of agroforestry, because it is through this abundance of possibilities that the farmer finds the resources necessary for the evolution and maintenance of the agro-ecosystem. Finally, composition deals with this arrangement that takes place over time and becomes connectivity.

Connectivity, the second evolutionary parameter, means weaving links, relationships, strengthening the interlinking of complementary processes, whether in the soil biocenosis or in the stratification of the system. Connections can vary over time, as species can leave the system and open up other possibilities for connectivity with those that emerge in the sequential processes. In

this way, the species that leave the system prepare the environment for strengthening the links between those that remain. One cycle closes and another opens, but each cycle has its own form or structure.

Structure is the third evolutionary parameter and means the shape of the system. Obviously, the structure of the systems – pioneering, accumulative and abundant – are different. When you come across each of these cycles, you notice the difference in the landscape. This configuration of the landscape is the structure or design of that moment in the agroforestry. However, this structure changes because it evolves due to all the multi-processes at play in the system, but noticing the change in the landscape is fundamental to recognising its completeness.

Integrality, the fourth evolutionary parameter, means establishing systems within other systems, that is, forming subsystems that nourish each other through the links and connections established. In this way, the agro-ecosystem becomes less rigid and more flexible to withstand disturbances, because there is no one command centre, but a plurality of dispersed centres acting interdependently. That's why when a clearing opens up in the forest, it doesn't suffer, because within the forest itself the possibility opens up for other forests to emerge autonomously.

Integrality therefore means fostering emergencies. In a way, integrality can be synonymous with syntropy. Thus, the landscape is transformed because there is an interdependence of processes, as they co-evolve through several layers in a recursive and retroactive manner. This kinetic, multi-process synergy stimulates the full functionality of the consorting species within the syntropic cycles.

Functionality, the fifth evolutionary parameter, means providing the conditions for the properties of each species to act in such a way that they all benefit. In fact, each intercropped species has a function in the system, i.e. its specific place of action. Some are just to guarantee biomass, such as grasses, others to provide shade for the initial cycle of species that will only mature in sixty years' time. On the other hand, in multi-processes there is also the flow of functionalities in the system, because these functions can change over time. Thus, at one moment a species provides shade for another, but in the next cycle it becomes the biomass of another chosen to remain in the system.

Integrality stimulates the emergences – qualities – of species, allowing them to specialise. That's why Ernst Götsch doesn't call invasive plants *pests*, but rather auxiliaries or co-operators of the system, because these plants are specialists in pointing out problems, whether it's a lack or excess of some nutrient, for example. Even insect attacks can be read as indices of system problems,

because degrading systems are easily afflicted by this stress, unlike healthy systems that manage to contain and overcome it.

This containment of degeneration is a reflection of the organisation of the system, as each part has a function in the whole, i.e. each species, with its speciality, complements each other in space and time. Diversity therefore favours this organic process, which is above all semantic, i.e. the system is cohesive and coherent. In fact, the parameters of cohesion and coherence are also parameters for consolidating a system. Cohesion deals with the syntax between species in terms of their joint, complementary and interdependent actions. Coherence deals with semantic completeness or the convergence of meaning that resonates throughout the system. In fact, the last evolutionary parameter is organisation, which means an elaborate form of complexity.

To summarise, the evolutionary parameters of system consolidation deal with the temporal movement of growth and development of complexity. Thus, in the syntropic agro-ecosystem, species are: composed in such a way as to create connectivity, structuring co-evolutionary landscapes and integrating complementary and interdependent multi-processes that foster specific functionalities, in a cohesive and coherent way, consolidating an organisation, the aim of which is the convergence of meaning, i.e. the system's *homeostasis*.

3. Grammaticality: The Convergence of Meaning

In the first part of the text, we look at the fundamental parameters of a system – permanence, environment and autonomy – and how these are intertwined with successional cycles in syntropic agriculture. In the second part, we analysed the evolutionary or hierarchical parameters within this cultivation matrix elaborated by Ernst Götsch. Now let's look at the semantics of the system, or rather its grammaticality.

Grammaticality (VIEIRA, 2008, pp. 44-51) means the system's regime of meaning, i.e. we can understand its systemic evolution through its historicity. Historicity, on the other hand, is the path along which the system has evolved through a chain of events that have taken place over time and that we can translate iconically by means of a map. However, every event is procedural, meaning that it is not isolated in time and space, but is the result of a previous contextual history.

In syntropic agriculture, *homo sapiens* becomes an operator of semantic transformations or historical intentions. Thus, it is through his/her interventions in the system, producing a chain of events, that the agro-ecosystem circles and evolves. There is therefore a semiotic character to

syntropic cultivation, i.e. there is a coordinated action of interpreting signs that mediate the successional evolution of this crop. We mustn't lose sight of the fact that the term culture is embedded in the word agriculture, because growing food is a primarily semiotic process. We cultivate in accordance with what we believe and put into practice what we are.

Charles S. Peirce's theory of interpretants can provide us with important analytical tools for understanding the grammaticality of the syntropic agro-ecosystem and its process of managing meaning. Firstly, the interpretant is a sign resulting from the mediation of the sign (*representamen*) in relation to the object. The object determines the sign which, consequently, produces another sign, already mediated, which brings with it information about the object, but not just the qualities of the object, because the interpretant is a sign capable of activating the action of the sign: *semiosis* (PEIRCE, 1998, p. 290).

Peirce divides the interpretant into three types – the Potential or Immediate, the Dynamic and the Final (SANTAELLA, 2000, p. 69). The Immediate or Potential Interpretant is associated with an internal property of the sign, i.e. its possibility in the abstract, not yet realised, contained in the sign itself, to be interpreted as such. Therefore, it is linked to the power of the sign to produce a certain effect as soon as it finds the necessary conditions for the desired action.

A seed is an example of a potential interpretant, because the seed represents only a possibility, in the abstract, of a future. However, when placed in the right conditions, this seed awakens and contains all its potential for development. In the same way, syntropic cultivation, at its inception, is only a possibility in the abstract, an agroforestry project.

This project is abstract at first, but it already makes the farmer visualise it: the possibilities of intercropping, the lines of cultivation, the sequential cycles, the projections of the strata, the maintenance of the system, the economic viability of the venture and the evolution of each part of the farm or site in syntropic cultivation. At the outset, the project still requires attention to the evaluation of the soils, rainfall and light, as these factors play a part in the projection, which can often be translated into a map containing the entire cultivation plan.

The Dynamic Interpretant is associated with the real effect of the sign when in direct contact with the interpreting mind. "It corresponds, finally, to what can be called the meaning of the sign in concrete, that is, the empirical fact of apprehending the sign, a particular realisation of the meaning (...)" (SANTAELLA, *ibid.*, pp. 72-73). Thus, the dynamic interpretant in syntropic agriculture is

related to this moment when the project leaves the paper, enters the field of reality and is put to the test.

However, there is a lot of instability, variables and possibilities in the configuration and activation of a process as complex as that observed in syntropic agriculture. Ernst Götsch emphasises in his courses and lectures that each syntropic agro-ecosystem has its own history. This is largely due to various factors such as: the biome, the topology of the region, the ecosystem, the individuals and species that are intercropped in a given location and, of course, the farmers involved. It is not a technical science to be used in a generalised way, without mutual observations and/or adjustments to the characteristics of each environment. Syntropy has to be built in accordance with and respecting the time, space, incidence of light, relief and socio-economic and ecological characteristics of the place.

A farm, for example, is not something undifferentiated, on the contrary. Certain parts of a single property can have such different soil, light and water supply characteristics, for example, that placing them on the same undifferentiated level of action would mean accelerating their degradation, leading to the degeneration of the system, not its syntropy.

This is why syntropic agriculture requires a type of learning that has long been forgotten: ancestral learning. By socialising with syntropic farmers like Ernst Götsch, Fernando Rebello, Namastê Messerschmidt, Juã Pereira and Antônio Gomides, for example, you can learn the principles of syntropic farming by listening to them, walking with them through the agroforestry and watching them manage the system. Thus, it is through orality, through sharing their previous procedural experiences that we improve: a) our sensitivity to perceiving the processes underway in the agroforestry; b) our actions in the system with regard to pruning, thinning and the choice of individuals and/or species that stay and/or leave; c) our knowledge of syntropic cultivation. These three semiotic moments represent exactly the three stages of the dynamic interpretant.

According to Santaella (*ibid.*, pp. 78-87) the dynamic interpretant is internally divided into three instances: the emotional interpretant, the energetic interpretant and the logical interpretant. The emotional interpretant deals with our sensitivity, the energetic with our actions and the logical with our habits, beliefs and thoughts.

With the advance of technology and agribusiness, sensitivity is perhaps the cognitive capacity that has been most neglected in agriculture. This is because sensitivity requires a bond with the cultivation ecosystem, strengthening ties with the countryside and turning it into *agriculture*.

However, in syntropic cultivation, this ability becomes fundamental to the perception of the system's circular-evolutionary processes. Perceiving the evolution of the intercropped species, the strata and their shading, the timing of pruning and how to carry it out in a way that favours the whole system requires, above all, sensitivity. Thus, walking through the fields, observing the species interacting, smelling the soil, the textures of the fruit, the incidence of light on the topology, makes us better suited to agroforestry management.

The energetic interpretant is associated with an act in which some energy is expended. In fact, this interpretant is linked to the effort, muscular or mental (PEIRCE *apud* SANTAELLA, *ibid.*, p. 78), of the mind in the face of the physical objects that act on us and on which we act. A syntropic agro-ecosystem is something dynamic and keeping it in a constant circle of evolution depends on managing, that is, acting on the different temporal/informational flows of the system. Managing means promoting conscious disturbances, i.e. with a pre-established meaning, in order to keep the system always active. Remember, we are always managing entropy in order to harvest syntropy. This clash between what is projected and what is executed demands energy and effort from us which, on the one hand, alerts us to the fact that physical phenomena are independent of us, and on the other, this resistance warns us about our existence and identity, since we respond to them in accordance with our beliefs (PEIRCE, 2000, p. 195). Therefore, acting demands reflection and reflection based on how we interpret facts in accordance with what we believe and know. In fact, this is the semiotic role of the logical interpretant.

The logical interpretant has the effect of the thought or general understanding produced by the sign. To think "(...) is to make inferences, to establish consequences of certain premises, to move according to a general rule" (SANTAELLA, *ibid.*, p. 79). Being a syntropic farmer implies not specialisation, but poly-functionality (MORIN, 2001, p. 345-346), i.e. a multifaceted view of the ecological and complementary interrelationships in and through which successional cultivation is immersed.

This means that such a farmer travels through the cycles, knowing how to activate them in the way s/he wants, not being a specialist in one of these processes, but having the ability to stitch them together, weave them and, above all, connect them. Therefore, their virtue lies in establishing and developing systemic connectivity, i.e. being immersed in diversity, being able to explore, foresee and articulate the links between species, strata and their circle-evolutions, promoting co-operations and associations that are built and consolidated in and by the whole, the agroforestry. In this way,

the history of the system (VIEIRA, 2007, p. 110) becomes supported, determined or biased towards the farmer or farmers involved. This is why syntropic cultivation is primarily semiotic cultivation. The ultimate goal of the logical interpretant would be to change habits or beliefs, in other words, to change the general rules that mould our way of interpreting the world. This is because entering, interacting, walking and staying in a syntropic agro-ecosystem requires the farmer to take the time to acquire a certain amount of knowledge – systemic memory – about the active system they are travelling through. It implies understanding its integrality in order to be in the same intersymbolic range (VIEIRA, *ibid.*, p. 58) of ecological interpretation.

Being on the same intersymbolic track requires an interpretative re-education, or better said, a dilation of the biological Umwelt (VIEIRA, 2007, p. 26-28) towards an ecological Umwelt, that is, towards an expansion in the way we interpret the agro-ecosystem. Thus, through daily experiences – collaterality (PEIRCE, 1998, p. 409) – and immersed in this environment of sign exchanges, the farmer becomes able to dialogue with the culture of that developing agro-ecosystem, understanding its dimensions of information (VIEIRA, *ibid.*, p. 58) and interpreting them in accordance with the multiple needs of the ecosystem.

This semiotic movement is based on a decentralisation of communication as coming exclusively from *homo sapiens*, and opens up space for an understanding that ecosystems produce languages, signs, beauty, information, meanings, exchanges, mediations, interpretations, habits, behaviours, stories, knowledge, in short, culture. In fact, this semiotic process is reflected in so-called *popular knowledge*, where these manifestations are translated into various forms, whether through a playful artistic approach, a variety of narratives – storytelling – and/or a cosmology or worldviews (VIEIRA, 2008, pp. 54-58).

Every human action implies the action of signs or *semiosis*. Not only do we interpret our surroundings, but we mould them in our image and likeness. Therefore, we act in accordance with what we believe. Our intention permeates everything around us (PEIRCE, 1998, p.139), which means that our culture is not only what we inherited when we arrived here, but also what we propagate to future generations. While the Dynamic Interpretant is a finite event, the Final Interpretant is associated with a tendency and direction of the sign in generating interpretations. In other words, it serves as an *in abstracto* guiding principle for a continuous journey towards renewals of these interpretations realised over time (SANTAELLA, *ibid.*, pp. 75-76). In fact, the Final Interpretant is no longer associated with an individual, but with the collective, because the

interpretant has a social nature (SANTAELLA, 2000, p. 76), i.e. it depends on its evolution in people's minds and in the generations that follow.

Thus, in its relationship with the idealised purpose of the sign, this triad, internal to the dynamic interpretant, will dialogue directly with the limiting possibility of projection and intentionality associated with the final interpretant. Thus, Peirce proposes three patterns (values or ideals) that guide the movement of sign transformation or self-correction of interpretations: the conjectural, the propositional and the argumentative.

Therefore, the final interpretants deal with the formatting and expansion of the so-called *ancestral knowledge* that guides an enormous diversity of knowledge that jointly channels the aesthetics, ethics and logic that permeates the agriculture of various crops – semiotic and ecological – integrated into these in different biomes.

The final interpretant, whose impetus promotes and praises the qualities of the sign, what it has that is unique, singular, different and admirable, is associated with the production of qualities of feeling (SANTAELLA, *ibid.*, p. 85), which Peirce called rematic or conjectural, precisely because this interpretant acts mainly at the level of suggestion (PEIRCE, *ibid.*, p. 192). This interplay between a dynamic interpretant – the semiotic place of the interpreter – and a final interpretant at the level of the conjectural has its semiotic effect geared towards playful exercise, i.e. the experience that allows the mind to visualise possibilities for associations of ideas through the free play of similarities.

Primarily aesthetic, this conjectural interpretant is responsible for the dances, music, popular arts, handicrafts and also gastronomy of the forest and countryside. In it, the ecosystem fosters the playful game of immaterial suggestions that manifest themselves in countless ways through the popular imagination and its diverse artistic manifestations.

Next, the propositional final interpretant is primarily concerned with events, facts, evidence, conflicts, efforts, actions-reactions and resistance. Therefore, its purpose is ethical-practical (SANTAELLA, *ibid.*, p. 85), i.e. to enable the observation of behaviour which, above all, deals with the attitudes and choices of individuals in the face of events.

We are in the field of narratives, of the transmission of teachings through the telling of stories that permeate experiences in the fields, woods and forests. Thus, through stories and their characters we can extract wisdom for dealing with events that permeate the lives of individuals. And because of the change in perspective, from anthropological to ecological, other species become relevant

and are examples of ethical teaching through legends and myths. Above all, orality becomes the means of integrating and expanding these stories and circulating them between generations.

The final argumentative interpretant, on the other hand, which guides its course over time through a set of consistent logical interpretants that are put up for evaluation, debate and validation or refutation, has a critical-pragmatic nature as its guiding thread (SANTAELLA, *ibid.*, p. 85). It includes mythologies, religions, rituals and their systematisations, and even science and technology within this critical-pragmatic framework. There is, in fact, a coexistence between scientific-technical and mythological-magical knowledge, because both are nourished by what Morin calls uniduality (MORIN, 2008b, p. 172), i.e. the imaginary-symbolic-mythical is integrated, i.e. it feeds and is fed by empirical-logical-rational life (MORIN, *ibid.*, p. 169).

Beliefs are nourished by various crops that are interconnected and intertwined in cultures. In this process, we cultivate not only our food, but also our cultures, traditions, gastronomy, arts, ideas, ideals, concepts, thoughts, including our prejudices, ignorance and mistakes.

Conclusion

Its triple rootedness – thermodynamic/eco-biological/agro-cultural – becomes the grammaticality of syntropic agriculture, or rather, its regime of meaning. In it, we see the physical-chemical dynamism of out-of-equilibrium systems driving the variability of species in successional cycles, fostering healthier, self-productive and self-organized ecosystems.

However, this process only occurs because there is a paradigm shift, that is, there is a change in the way farmers think about growing food and their semiotic and systemic dialogue. This change occurs along three inseparable axes: through a renewed sensibility (aesthetics), through a new behaviour (ethics) in dealing with the environment and through the formatting of a new knowledge (logic) (PEIRCE, 2000, pp. 197-209) or worldview. These processes are transformed into actions – or interpretants – that will initiate the whole synergy of the multi-process chain, in other words, the historicity of the agro-ecosystem.

This regime of meaning – or grammaticality – does not remain with the farmer, alone. In fact, this semiotic and ecosystemic movement fosters and strengthens the cultures of the countryside, the woods and the forests in a process of perpetuating agroforestry knowledge to subsequent generations, but in a circular-evolving spiral, so that the end of one cycle becomes the beginning of another, in *continuum*, never being the same at each beginning and always transforming them.

References:

ANDRADE, Dayana & PASINI, Felipe. *Vida em Sintropia: Agricultura Sintrópica de Ernst Götsch Explicada*. São Paulo: Labrador Editora, 2022.

MORIN, Edgar. *O Método 1 – a natureza da natureza*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008^a.

_____. *O Método 2 – a vida da vida*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.

_____. *O Método 3 – Conhecimento do Conhecimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008b.

PRIGOGINE, Ilya. *As Leis do Caos*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. *O Fim das Certezas*. São Paulo, Editora da UNESP, 2011.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

_____. *The Essential Peirce - Volume 1*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

_____. *The Essential Peirce - Volume 2*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

REBELLO, José F. dos Santos & SAKAMOTO, Daniela Ghiringhello. *Agricultura Sintrópica Segundo Ernst Götsch*. Editora Reviver, 2021.

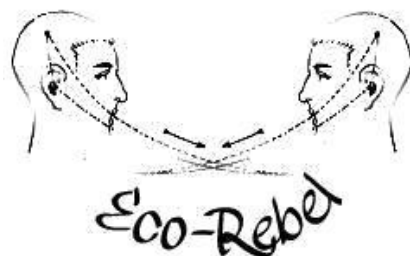
SANTAELLA, Lucia. *A Teoria Geral dos Signos*. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.

VIEIRA, Jorge de Albuquerque. *Ciência – Formas de Conhecimento: Arte e Ciência uma visão a partir da complexidade*. Fortaleza: Gráfica e Editora, 2007.

_____. *Ontologia – Formas de Conhecimento: Arte e Ciência uma visão a partir da complexidade*. 2º edição. Fortaleza: Gráfica e Editora, 2008.

Aceito em 10 de fevereiro de 2026.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 12, N. 1, 2026.



FRAGMENTAÇÃO SIMBIÓTICA E POLARIZAÇÃO DISCURSIVA – UMA ANÁLISE ECOSISTÊMICA DAS DISPUTAS IDEOLÓGICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Anderson Nowogrodzki da Silva (UFG)

Resumo: Este artigo analisa a intensificação da polarização discursiva no Brasil contemporâneo à luz da Linguística Ecológica e da Análise do Discurso Ecológica (ADE). Fundamenta-se na concepção de ecossistema linguístico como integração entre povo, território e língua (Couto, 2007, 2016) e na compreensão do discurso como fenômeno relacional emergente das interações comunicativas situadas (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015). Parte-se da hipótese de que a mediação algorítmica das redes sociais digitais intensifica regularidades discursivas, reforça vieses de confirmação e reduz a permeabilidade entre comunidades de fala, produzindo um encapsulamento cognitivo e enrijecimento ideológico. Propõe-se o conceito de *fragmentação simbiótica* para descrever a dinâmica pela qual polos antagonizados se constituem como instâncias discursivas interdependentes, retroalimentando-se por meio da oposição constante. Argumenta-se que tal processo configura um desequilíbrio ecossistêmico nos planos mental e social, favorecendo o anticientificismo, a banalização política e a naturalização de discursos excludentes. O estudo contribui para ampliar o debate sobre linguagem, tecnologia e sociedade sob uma perspectiva ecossistêmica crítica.

Palavras-chave: Linguística Ecológica; Análise do Discurso Ecológica; Polarização discursiva; Algoritmo; Brasil contemporâneo.

Abstract: This article analyzes the intensification of discursive polarization in contemporary Brazil from the perspective of Ecosystemic Linguistics and Ecosystemic Discourse Analysis (EDA). It is grounded in the conception of the linguistic ecosystem as the integration of people, territory, and language (Couto, 2007, 2016), and in the understanding of discourse as a relational phenomenon emerging from situated communicative interactions (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015). The study assumes that algorithmic mediation in digital social networks intensifies

discursive regularities, reinforces confirmation biases, and reduces permeability among speech communities, producing cognitive encapsulation and ideological rigidity. The concept of symbiotic fragmentation is proposed to describe the dynamic through which antagonized poles constitute themselves as interdependent discursive instances, mutually reinforced through constant opposition. It is argued that such a process configures an ecosystemic imbalance at mental and social levels, fostering anti-scientific attitudes, political trivialization, and the normalization of exclusionary discourses. The study contributes to expanding debates on language, technology, and society from a critical ecosystemic perspective.

Keywords: Ecosystemic Linguistics; Ecosystemic Discourse Analysis; Discursive polarization; Algorithm; Contemporary Brazil.

1 Introdução

O Brasil contemporâneo tem sido marcado por um processo intensificado de polarização discursiva que atravessa instituições, práticas sociais e interações cotidianas. Divergências políticas, disputas ideológicas e conflitos simbólicos não apenas se tornaram mais visíveis, mas passaram a estruturar formas de pertencimento e modos de subjetivação. Nesse cenário, as redes sociais digitais configuram-se como ambientes centrais de produção e circulação de sentidos, reordenando os ecossistemas discursivos e redefinindo as dinâmicas da interação comunicativa.

Sob a perspectiva da Linguística Ecológica, a língua não é compreendida como sistema abstrato autônomo, mas como forma regular de interação que emerge da integração entre povo, território e língua no interior de um ecossistema linguístico (Couto, 2007, 2016). A virtualização das interações, entretanto, instaura um processo de desterritorialização: o ambiente digital opera como extensão dos ecossistemas linguísticos sem exigir o compartilhamento de um mesmo território físico entre interlocutores. Tal deslocamento não implica ausência de territorialidade, mas sua reconfiguração em um espaço atópico, no qual múltiplos ecossistemas se entrecruzam e se projetam.

Nesse contexto, a interação comunicativa virtual demanda novas formas de mediação. A ausência do corpo físico no processo interacional conduz à projeção de identidades digitais maleáveis, configuradas por meio de avatares que representam o sujeito na rede (Nowogrodzki da Silva, 2021). Essas máscaras digitais não se confundem com ficcionalização pura, mas constituem formas de subjetivação moldadas pelas ferramentas interacionais e pelas regularidades do ambiente virtual. O algoritmo, enquanto operador invisível da circulação discursiva, intensifica padrões de repetição, privilegia conteúdos alinhados às crenças prévias dos usuários e favorece a formação de comunidades de fala virtual progressivamente menos permeáveis.

A Análise do Discurso Ecológica (ADE), por sua vez, permite compreender o discurso como fenômeno relacional que emerge das interações situadas e produz efeitos no ecossistema mental e social (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015). Ao focalizar microscopicamente os processos discursivos e, em seguida, recuar para uma visão holística, a ADE evidencia como determinadas

regularidades podem gerar desequilíbrios ecossistêmicos, especialmente quando sustentam violências evitáveis ou deslegitimação da diversidade (Couto, 2020).

Parte-se, neste artigo, da hipótese de que a polarização no Brasil não se reduz a antagonismos ideológicos contingentes, mas constitui um modelo de organização relacional sustentado por dinâmicas algorítmicas de reforço e retroalimentação. Propõe-se, nesse sentido, o conceito de *fragmentação simbiótica* para designar o processo pelo qual polos discursivos aparentemente estanques mantêm interdependência estrutural, definindo-se reciprocamente em um ciclo contínuo de oposição.

Objetiva-se, portanto, analisar como a desterritorialização das interações, a mediação algorítmica e a produção de identidades virtuais maleáveis contribuem para a reorganização dos ecossistemas discursivos brasileiros, intensificando a polarização e produzindo efeitos de encapsulamento cognitivo. Ao compreender esse fenômeno sob uma perspectiva ecossistêmica, busca-se oferecer subsídios teóricos para a reflexão crítica sobre linguagem, tecnologia e sociedade no Brasil contemporâneo.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Linguística Ecológica: ecossistema linguístico e desterritorialização

A Linguística Ecológica (LE), desenvolvida por Hildo Honório do Couto, parte da compreensão de que a língua não é um sistema autônomo, mas uma forma regular de interação que emerge da integração entre povo, território e língua no interior de um ecossistema linguístico (Couto, 2007, 2016). O ecossistema linguístico é, portanto, uma rede de relações antropogênicas que se sustenta na interdependência entre as dimensões natural, social e mental.

Essa concepção rompe com modelos estruturalistas que isolam a língua de seu ambiente vital. Na perspectiva ecológica, toda interação comunicativa está situada, e seus efeitos reverberam nos três planos constitutivos do ecossistema: o natural (corpo, materialidade); o social (organização coletiva, instituições, práticas) e o mental (processos cognitivos e ideacionais).

Com a emergência das redes sociais digitais, observa-se um processo de virtualização das interações que implica desterritorialização. Contudo, a desterritorialização não significa ausência de ecossistema. De acordo com Nowogrodzki da Silva (2021), o ambiente virtual constitui uma extensão dos ecossistemas linguísticos, dispensando o compartilhamento de um mesmo território físico entre interlocutores, mas mantendo a estrutura relacional que sustenta a interação.

Trata-se de uma reconfiguração do território: o espaço digital torna-se faixa de transição entre múltiplos ecossistemas, permitindo sua sobreposição e interpenetração. Essa reorganização possibilita a formação de comunidades de fala virtuais, cujas regularidades interacionais são mediadas por ferramentas tecnológicas e algoritmos.

Nesse ambiente desterritorializado, a ausência do corpo físico produz uma reorganização da dimensão natural do ecossistema linguístico. O sujeito passa a interagir por meio de representações digitais (avatars) que funcionam como máscaras identitárias moldáveis (Nowogrodzki da Silva,

2021). Essas identidades virtuais não são necessariamente fictícias, mas configuram projeções selecionadas e moduladas pelos próprios usuários, de acordo com as *affordances* da plataforma e com as expectativas de sua audiência.

Essa maleabilidade identitária amplia a possibilidade de radicalização discursiva, uma vez que o custo interacional da confrontação diminui e a exposição à alteridade pode ser filtrada algoritmicamente.

2.2 Análise do Discurso Ecológico: discurso, violência e desequilíbrio relacional

A Análise do Discurso Ecológico (ADE) emerge como desdobramento da LE, focalizando microscopicamente o discurso enquanto fenômeno relacional que produz efeitos nos ecossistemas físico/natural, mental e social (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015).

Para a ADE, o discurso não se debruça sobre a mera materialidade textual, mas focaliza a relação dinâmica entre modos de ver o mundo que se atualizam na interação comunicativa. Cada ato discursivo contribui para reforçar, modificar ou tensionar regularidades ecológicas.

Ao aproximar o foco analítico por meio do método da focalização, a ADE permite observar como determinadas regularidades discursivas podem produzir violência simbólica e epistêmica, especialmente quando: deslegitimam a ciência, naturalizam preconceitos, reforçam exclusões, promovem desinformação ou inviabilizam o diálogo interecológico.

A violência, nessa perspectiva, não se limita à agressão explícita. Ela pode manifestar-se na repetição sistemática de enunciados que reduzem a diversidade cognitiva e social, comprometendo a homeostase do ecossistema linguístico. Quando comunidades de fala se tornam progressivamente impermeáveis, instala-se um desequilíbrio relacional, caracterizado pela ruptura da interdependência saudável entre diferença e coexistência.

O ambiente digital, mediado por algoritmos cujo objetivo central é maximizar retenção e engajamento, tende a privilegiar conteúdos que provocam reações intensas. Essa lógica favorece a amplificação de enunciados polarizadores e a consolidação de bolhas discursivas. Assim, a polarização deixa de ser apenas divergência ideológica e passa a configurar uma estrutura de organização ecológica baseada na retroalimentação conflitiva.

É nesse ponto que se insere a hipótese central deste artigo: a polarização contemporânea pode ser compreendida como efeito de uma reorganização desterritorializada dos ecossistemas discursivos, na qual a violência simbólica e epistêmica se torna elemento estruturante da dinâmica relacional.

3. Fragmentação simbiótica: proposta conceitual

A intensificação da polarização no Brasil contemporâneo não pode ser explicada apenas como divergência ideológica ou conflito político circunstancial. Sob a perspectiva da Linguística Ecológica, trata-se de uma reorganização das relações no interior do ecossistema linguístico,

cuja dinâmica revela um padrão específico de segmentação relacional. É nesse contexto que se propõe o conceito de fragmentação simbiótica.

A fragmentação, em sentido amplo, implica ruptura ou separação entre partes de um sistema. No entanto, a noção aqui defendida não corresponde a uma simples cisão estanque. Ao contrário, os polos discursivos antagonizados mantêm entre si uma relação estrutural de interdependência. Definem-se reciprocamente, alimentam-se da oposição constante e dependem da existência do outro para manter sua própria coesão interna. Trata-se, portanto, de uma fragmentação que não elimina o vínculo, mas o reorganiza sob a forma de antagonismo permanente.

Do ponto de vista ecossistêmico, nenhum grupo discursivo existe isoladamente. A identidade de uma comunidade de fala constrói-se por diferenciação, isto é, pela delimitação de fronteiras simbólicas que a distinguem de outras comunidades. Na dinâmica das redes sociais digitais, entretanto, essa diferenciação é intensificada por mecanismos algorítmicos que reforçam regularidades enunciativas e ampliam a visibilidade de conteúdos que geram engajamento. O resultado é a consolidação de nichos discursivos progressivamente mais homogêneos internamente e mais hostis externamente.

A desterritorialização das interações amplia a velocidade e a escala dessas dinâmicas. A ausência de copresença física reduz mediações sociais tradicionalmente reguladoras da interação, enquanto a identidade projetada por meio de avatares torna-se mais maleável e, muitas vezes, mais radicalizada.

Nesse cenário, a fragmentação assume caráter simbiótico porque os polos opostos operam como espelhos invertidos: cada enunciado extremado de um lado legitima a radicalização do outro. A violência discursiva, nesse contexto, não é um efeito colateral, mas um elemento funcional do sistema. Ela mantém os grupos mobilizados, reforça fronteiras identitárias e assegura a continuidade da circulação conflitiva que sustenta o ecossistema digital de engajamento.

A fragmentação simbiótica difere, portanto, da simples polarização ideológica. Enquanto esta pode existir em regimes democráticos como expressão legítima da pluralidade, aquela implica enrijecimento estrutural das relações, redução da permeabilidade intecossistêmica e consolidação de ciclos de violência simbólica e epistêmica que dificultam a mediação institucional e o diálogo social.

Compreender essa dinâmica como fenômeno ecossistêmico permite deslocar o debate da esfera meramente moral ou partidária para uma análise relacional mais ampla, na qual linguagem, tecnologia e organização social se entrelaçam na produção de um modelo de coexistência conflitiva permanente.

3.1 Algoritmo, regularidade discursiva e encapsulamento ecossistêmico

A fragmentação simbiótica não se sustenta apenas na divergência ideológica, mas na infraestrutura técnica que organiza a circulação discursiva. O algoritmo das plataformas digitais atua como mediador invisível da interação, selecionando, hierarquizando e reiterando conteúdos com base

em métricas de engajamento. Essa mediação interfere diretamente na formação de regularidades discursivas, elemento central da compreensão ecossistêmica da língua enquanto prática interacional (Couto, 2007; Couto, 2016).

Na perspectiva da Linguística Ecológica, regularidade não é repetição mecânica, mas estabilização relacional que emerge da interação. No ambiente digital, entretanto, a repetição é artificialmente intensificada. O algoritmo reforça conteúdos alinhados às crenças prévias do usuário, ampliando vieses de confirmação e reduzindo a exposição à alteridade. Forma-se, assim, um processo de encapsulamento ecossistêmico, no qual comunidades de fala tornam-se progressivamente menos permeáveis.

A desterritorialização das interações amplia esse encapsulamento. A ausência de territorialidade física elimina mediações sociais concretas e favorece a consolidação de identidades digitais moldáveis, produzidas por meio de avatares que enfatizam traços ideológicos selecionados. A identidade passa a ser performada prioritariamente para o ambiente virtual, convertendo-se em imagem estrategicamente construída.

Sob uma perspectiva marxista, essa dinâmica pode ser interpretada como forma de deslocamento das contradições materiais para o plano da representação simbólica. As disputas deixam de incidir prioritariamente sobre condições concretas de existência (trabalho, renda, desigualdade estrutural, acesso a direitos) e passam a se organizar em torno de signos identitários que operam como mercadorias simbólicas. A lógica algorítmica, orientada pela maximização do tempo de permanência e do consumo de conteúdo, converte antagonismos sociais em produtos altamente rentáveis.

Nesse cenário, a polarização discursiva funciona como mecanismo de captura da energia política. Enquanto sujeitos se engajam intensamente em disputas simbólicas no ambiente desterritorializado, as estruturas materiais que sustentam desigualdades e violências sistêmicas permanecem relativamente preservadas. A fragmentação simbiótica, portanto, não apenas reorganiza o ecossistema discursivo, mas também contribui para obscurecer lutas sociais mais estruturais.

Do ponto de vista da Análise do Discurso Ecológica, o encapsulamento algorítmico favorece a produção de violência simbólica e epistêmica ao reduzir a diversidade cognitiva e limitar o diálogo intecossistêmico (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015). A repetição constante de determinados enquadramentos normaliza perspectivas parciais e naturaliza simplificações, criando a percepção de que determinadas interpretações do mundo são evidentes ou inevitáveis.

A polarização, assim, deixa de ser apenas divergência e passa a constituir um modelo de organização discursiva funcional à economia da atenção. O conflito torna-se combustível do sistema. A manutenção da tensão permanente assegura engajamento contínuo, consolidando um ecossistema no qual a violência discursiva não é exceção, mas regra operacional.

3.2 Identidade, avatar e reificação simbólica: da imagem virtual à alienação material

A desterritorialização das interações digitais não apenas reorganiza o espaço comunicativo, mas transforma as formas de constituição identitária. No ambiente virtual, o sujeito interage por meio

de representações (avatars) que funcionam como projeções discursivas de si (Nowogrodzki da Silva, 2021). Essas representações não são meramente artificiais, mas construções estratégicas moldadas pelas possibilidades técnicas da plataforma e pelas expectativas de reconhecimento do grupo ao qual o sujeito deseja pertencer.

Sob a perspectiva da Linguística Ecológica, a identidade emerge da interação situada no interior do ecossistema linguístico (Couto, 2007; Couto, 2016). Contudo, quando a interação ocorre em ambiente desterritorializado e mediado por algoritmo, a identidade tende a ser condensada em signos altamente visíveis e rapidamente reconhecíveis. Elementos complexos da experiência social são simplificados em marcadores ideológicos, hashtags, slogans e performances discursivas de pertencimento.

É nesse ponto que se pode mobilizar uma leitura marxista da dinâmica contemporânea. A identidade virtual passa a operar como mercadoria simbólica. Assim como no processo descrito por Marx, em que as relações sociais assumem a forma de relações entre coisas, no ambiente digital as relações políticas e sociais assumem a forma de relações entre imagens identitárias. O conflito desloca-se da materialidade das condições de existência para a disputa por visibilidade e reconhecimento no espaço virtual.

Esse processo pode ser compreendido como forma de reificação simbólica. A imagem projetada pelo avatar adquire autonomia relativa em relação às condições concretas do sujeito. A luta política converte-se em disputa performativa, muitas vezes desvinculada de práticas materiais transformadoras. Enquanto isso, desigualdades estruturais, como o trabalho precarizado, a concentração de renda e o acesso desigual a políticas públicas, permanecem fora do centro da atenção discursiva.

Do ponto de vista ecológico, essa dinâmica produz desequilíbrio relacional. A energia interacional concentra-se na manutenção da imagem e na defesa do grupo simbólico ao qual o sujeito se vincula, reduzindo a capacidade de articulação intersetorial. A fragmentação simbiótica intensifica-se porque a identidade passa a depender da oposição constante ao outro. O antagonista torna-se necessário para validar a própria imagem, definindo o sujeito por oposição.

A violência discursiva, nesse contexto, funciona como mecanismo de reforço identitário. Ataques, desqualificações e simplificações não são apenas excessos retóricos, mas instrumentos de consolidação de fronteiras simbólicas. A radicalização da imagem virtual fortalece o pertencimento interno ao grupo, ao mesmo tempo em que amplia a distância em relação aos demais.

A alienação, portanto, não se limita ao campo econômico, mas estende-se ao plano discursivo. O sujeito passa a investir intensamente na defesa de signos identitários que, embora produzam reconhecimento imediato no ambiente digital, pouco contribuem para a transformação das condições materiais que estruturam a vida social. A polarização, assim, captura a potência política e a reconverte em circulação simbólica altamente rentável para as plataformas digitais.

Compreender essa dinâmica sob a ótica da Linguística Ecológica e da Análise do Discurso Ecológico permite evidenciar que o problema não reside apenas na divergência ideológica,

mas na forma como o ecossistema discursivo desterritorializado reorganiza prioridades, desloca conflitos e naturaliza a violência simbólica como forma legítima de participação.

3.3 Violência discursiva, anticientificismo e naturalização do absurdo

A intensificação da fragmentação simbiótica no Brasil contemporâneo não se manifesta apenas como antagonismo político, mas como reorganização das condições de produção da verdade no interior do ecossistema discursivo. A mediação algorítmica, ao privilegiar conteúdos capazes de gerar engajamento emocional intenso, favorece enunciados simplificadores, polarizadores e frequentemente desvinculados de processos rigorosos de validação. Nesse contexto, a violência discursiva assume papel estruturante.

Na perspectiva da Análise do Discurso Ecológica, o discurso é compreendido como relação que produz efeitos nos ecossistemas mental e social (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015). Quando determinadas regularidades enunciativas passam a reiterar deslegitimações sistemáticas da ciência, da universidade, da imprensa ou de instituições públicas, instaura-se um processo de violência epistêmica. Tal violência não se restringe ao ataque direto a indivíduos ou grupos, mas atinge o próprio regime de produção de conhecimento.

A repetição constante de conteúdos anticientíficos ou conspiratórios, amplificada pelo algoritmo, produz efeito de normalização. A regularidade discursiva passa a ser artificialmente intensificada, criando a percepção de que determinadas interpretações do mundo são majoritárias, evidentes ou indiscutíveis. A frequência substitui a fundamentação; a visibilidade substitui a verificação.

Nesse processo, o absurdo tende a ser naturalizado. Enunciados que, em outro contexto, seriam prontamente contestados passam a circular com aparência de legitimidade devido à sua recorrência. O encapsulamento ecológico reduz a exposição a contrapontos e enfraquece mecanismos tradicionais de mediação social. A bolha discursiva não apenas protege crenças prévias, mas as radicaliza por meio da retroalimentação contínua.

Sob uma leitura marxista, essa dinâmica pode ser interpretada como forma contemporânea de alienação ideológica. Ao deslocar o debate público para disputas simbólicas intensas e frequentemente superficiais, o sistema digital contribui para obscurecer contradições estruturais do modo de produção capitalista. A energia social é canalizada para confrontos identitários que, embora mobilizem afetos e produzam sensação de participação política, pouco incidem sobre a materialidade das relações de trabalho, da distribuição de renda ou do acesso a direitos fundamentais.

A violência discursiva, nesse cenário, cumpre função econômica e política. Do ponto de vista econômico, o conflito permanente assegura engajamento contínuo e, portanto, rentabilidade para as plataformas. Do ponto de vista político, a deslegitimação sistemática de instituições científicas e mediadoras fragiliza consensos mínimos necessários à organização democrática. A fragmentação simbiótica intensifica-se porque cada ataque de um polo é convertido em prova da ameaça representada pelo outro, reforçando o ciclo de antagonismo.

Importa destacar que a desterritorialização das interações amplia a escala desse fenômeno. Sem a necessidade de copresença física, discursos violentos circulam com rapidez, alcançando múltiplos ecossistemas simultaneamente. A ausência de mediações territoriais tradicionais (escola, sindicato, comunidade local) reduz filtros sociais e favorece a difusão de narrativas simplificadoras.

Do ponto de vista ecossistêmico, instala-se um desequilíbrio relacional caracterizado pela redução da diversidade cognitiva e pela dificuldade de diálogo intecossistêmico. A pluralidade, condição vital de qualquer ecossistema saudável, cede lugar à homogeneização interna e à hostilidade externa. A violência discursiva deixa de ser evento episódico e passa a constituir regularidade estruturante.

Assim, o anticientificismo e a banalização política não devem ser compreendidos apenas como falhas individuais de julgamento, mas como efeitos sistêmicos de um modelo de organização discursiva que privilegia intensidade afetiva sobre complexidade analítica. A naturalização do absurdo torna-se possível porque o ecossistema digital reconfigura os critérios de validação e legitimação do discurso.

Compreender esse processo à luz da Linguística Ecológica e da Análise do Discurso Ecológico permite deslocar a análise da esfera moralizante para uma abordagem relacional. A questão central não é apenas o conteúdo falso ou violento, mas o modo como o ambiente desterritorializado, mediado por algoritmos, reorganiza as condições de possibilidade do próprio dizer.

3.4 Fragmentação simbiótica como modelo ecossistêmico de organização do conflito

A fragmentação simbiótica pode ser compreendida como forma específica de organização do conflito no interior do capitalismo contemporâneo. Não se trata apenas de divergência ideológica, mas de uma estrutura relacional na qual antagonismos discursivos são intensificados e continuamente retroalimentados por uma infraestrutura digital orientada pela lógica da acumulação.

Na perspectiva da Linguística Ecológica, o equilíbrio do ecossistema linguístico depende da diversidade e da permeabilidade entre comunidades de fala (Couto, 2007; Couto, 2016). A fragmentação simbiótica rompe essa permeabilidade sem eliminar a interdependência: os polos antagonizados necessitam da existência do outro para consolidar sua própria identidade. O conflito torna-se condição de coesão interna.

Essa dinâmica pode ser articulada à análise de Nancy Fraser (1995), que identifica o deslocamento das lutas redistributivas para disputas centradas no reconhecimento. Embora o reconhecimento seja dimensão legítima da justiça social, sua autonomização em relação à redistribuição pode favorecer a neutralização de conflitos estruturais ligados à economia política. No ambiente digital, esse deslocamento é intensificado: a visibilidade identitária converte-se em capital simbólico, enquanto as desigualdades materiais permanecem relativamente fora do foco discursivo.

De modo convergente, David Harvey (2005) demonstra que o neoliberalismo reorganiza permanentemente as formas de acumulação, incorporando novas dimensões da vida social ao circuito do capital. As plataformas digitais representam etapa avançada desse processo. O engajamento produzido pelo conflito discursivo transforma-se em valor econômico, pois gera dados, atenção e previsibilidade comportamental.

A análise de Zuboff (2019) evidencia que o capitalismo de vigilância extrai dados comportamentais para convertê-los em mercadorias preditivas. A radicalização discursiva amplia a intensidade da interação e, consequentemente, a produção de dados. A fragmentação simbiótica passa, assim, a integrar a lógica de geração de valor das plataformas.

No plano da subjetividade, Han (2017) argumenta que a psicopolítica contemporânea opera por meio da autoexposição e da autogestão permanente do sujeito. A identidade virtual, projetada por meio de avatares em ambiente desterritorializado (Nowogrodzki da Silva, 2021), converte-se em performance contínua. A disputa política tende a ser traduzida em imagem e visibilidade, reforçando a centralidade da representação sobre a materialidade.

Do ponto de vista marxista, pode-se compreender esse processo como forma contemporânea de fetichização. Conforme Marx (2013), no fetichismo da mercadoria as relações sociais assumem a forma de relações entre coisas. Analogamente, na fragmentação simbiótica, as relações materiais de produção e desigualdade assumem a forma de disputas entre imagens identitárias. O conflito simbólico encobre a materialidade estrutural que o sustenta.

Sob a ótica da Análise do Discurso Ecológico, essa reorganização implica intensificação da violência simbólica e epistêmica (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015). A violência discursiva deixa de ser exceção e passa a funcionar como operador de delimitação identitária. Cada ataque fortalece a coesão interna e amplia a distância interecológica.

A fragmentação simbiótica, portanto, revela-se compatível com a racionalidade do capitalismo de plataforma: produz engajamento, gera valor econômico e desloca o foco das contradições materiais para disputas simbólicas intensificadas. No Brasil contemporâneo, essa dinâmica dificulta a construção de alianças capazes de enfrentar desigualdades estruturais, consolidando um modelo de coexistência conflitiva permanente.

4. Brasil contemporâneo: materialidade histórica da polarização

A polarização discursiva no Brasil contemporâneo não emerge em vazio histórico. Ela se insere em um contexto de transformações econômicas, crises institucionais e reconfigurações do espaço público que se intensificam a partir da segunda década do século XXI. Sob a perspectiva da Linguística Ecológica, trata-se de um processo de reorganização do ecossistema linguístico brasileiro, no qual mudanças nas formas de interação comunicativa produzem efeitos estruturais no plano físico/natural, social e mental (Couto, 2007; Couto, 2016).

As manifestações de 2013 constituem marco relevante na reconfiguração do espaço público digital no país. A ampliação do uso das redes sociais como instrumento de mobilização política inaugura

uma fase em que a circulação discursiva virtual passa a influenciar diretamente a dinâmica institucional. A partir desse momento, observa-se intensificação do debate público mediado por plataformas digitais, com crescente protagonismo de narrativas polarizadas.

O processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, aprofunda divisões já existentes, consolidando dois grandes polos discursivos que passam a estruturar a cena política nacional. A disputa não se limita a projetos econômicos ou administrativos; ela se transforma em confronto identitário. A oposição deixa de ser apenas programática e assume contornos morais e existenciais. A identidade política passa a ser performada como marcador central de pertencimento social.

Sob a lente marxista, esse período coincide com o aprofundamento de políticas de austeridade, reformas estruturais e reconfiguração das relações de trabalho. Conforme argumenta Harvey (2005), o neoliberalismo opera por meio de reorganizações que frequentemente geram instabilidade social. No Brasil, reformas trabalhistas, teto de gastos e privatizações ocorreram paralelamente à intensificação da polarização discursiva. A energia social desloca-se progressivamente para o confronto simbólico, enquanto transformações materiais estruturais avançam.

A eleição presidencial de 2018 representa momento decisivo na consolidação da fragmentação simbiótica. As redes sociais tornam-se campo central da disputa política, com uso massivo de campanhas digitais, circulação de desinformação e mobilização identitária. A mediação algorítmica intensifica regularidades discursivas e amplia o encapsulamento ecossistêmico já descrito. A identidade política passa a operar como signo totalizante, organizando interpretações sobre ciência, educação, cultura e economia.

Durante a pandemia de COVID-19, essa dinâmica atinge novo patamar. A crise sanitária, que exigiria articulação coletiva baseada em conhecimento científico, torna-se também campo de disputa discursiva. Observa-se crescimento de discursos anticientíficos, questionamentos à autoridade médica e circulação massiva de informações falsas. Do ponto de vista da Análise do Discurso Ecossistêmica, tal cenário evidencia intensificação da violência epistêmica (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015), uma vez que a deslegitimação sistemática do saber científico compromete mecanismos coletivos de regulação social.

A fragmentação simbiótica manifesta-se claramente nesse período: cada posicionamento sanitário é interpretado como marcador ideológico, e o antagonismo torna-se critério de validação identitária. O outro deixa de ser interlocutor e passa a ser ameaça. A lógica do “nós contra eles” estabiliza-se como estrutura narrativa dominante.

A partir de 2022, com nova eleição presidencial altamente polarizada, observa-se continuidade desse modelo de organização do conflito. A alternância de poder não dissolve a fragmentação; ao contrário, ela confirma sua simetria estrutural. Os polos permanecem mobilizados, e o ambiente digital continua operando como espaço privilegiado de confronto performativo.

Do ponto de vista ecossistêmico, o Brasil contemporâneo evidencia redução da permeabilidade entre comunidades de fala, intensificação de violência discursiva, naturalização de

enquadramentos simplificadores e deslocamento da centralidade das lutas materiais para disputas simbólicas intensificadas.

A desigualdade social brasileira, historicamente uma das mais elevadas do mundo, permanece estruturalmente presente. No entanto, a centralidade do debate público frequentemente recai sobre conflitos identitários performados no ambiente virtual. Conforme argumenta Fraser (1995), a dissociação entre reconhecimento e redistribuição pode enfraquecer projetos transformadores mais amplos. No contexto brasileiro, essa dissociação adquire contornos digitais específicos.

A desterritorialização das interações amplia a velocidade e a escala da polarização. Comunidades locais passam a ser atravessadas por disputas globais, e identidades políticas são moldadas por fluxos transnacionais de informação. O território físico perde centralidade reguladora, enquanto o território digital se torna espaço de intensificação afetiva.

Assim, a polarização brasileira recente pode ser compreendida como expressão histórica concreta da fragmentação simbiótica: modelo ecossistêmico no qual antagonismos discursivos são permanentemente retroalimentados por estruturas técnicas e econômicas que lucram com o conflito, ao mesmo tempo em que deslocam a atenção coletiva das contradições materiais que sustentam a desigualdade.

5. Implicações ecossistêmicas: democracia, materialidade e possibilidades de reequilíbrio

A consolidação da fragmentação simbiótica como modelo de organização do conflito no Brasil contemporâneo produz efeitos que ultrapassam o plano comunicacional. Trata-se de um fenômeno que incide diretamente sobre a qualidade da democracia, sobre a centralidade das lutas materiais e sobre a própria estrutura relacional do ecossistema linguístico brasileiro.

Na perspectiva da Linguística Ecossistêmica, a vitalidade de um ecossistema depende da diversidade e da interação entre suas partes (Couto, 2007; Couto, 2016). A redução da permeabilidade entre comunidades de fala compromete essa dinâmica, gerando enclaves discursivos relativamente autossuficientes. Quando a diferença deixa de operar como possibilidade de diálogo e passa a funcionar como ameaça identitária, instala-se um desequilíbrio relacional persistente.

Do ponto de vista democrático, a fragmentação simbiótica fragiliza a esfera pública. A democracia pressupõe não apenas pluralidade de posições, mas condições mínimas de inteligibilidade compartilhada. A intensificação da violência discursiva e epistêmica (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015) compromete tais condições ao deslegitimar interlocutores e instituições mediadoras. O debate público deixa de se organizar em torno de projetos e políticas e passa a estruturar-se como confronto permanente entre identidades totalizantes.

Sob perspectiva marxista, essa reorganização apresenta implicações materiais relevantes. Conforme argumenta Karl Marx (2013), as formas ideológicas podem obscurecer as relações concretas de produção que estruturam a sociedade. No contexto da fragmentação simbiótica, o

conflito identitário intensificado tende a encobrir contradições ligadas à exploração do trabalho, à financeirização da economia e à reprodução ampliada do capital.

Harvey (2005) demonstra que o neoliberalismo depende de mecanismos que reorganizam continuamente a atenção social, muitas vezes desviando-a das estruturas de acumulação. A centralidade da polarização discursiva no ambiente digital cumpre função análoga: enquanto o antagonismo simbólico mobiliza afetos e engajamento, reformas estruturais e rearranjos econômicos seguem seu curso com menor resistência articulada.

A dimensão tecnológica desse processo também merece atenção. Conforme analisa Zuboff (2019), o capitalismo de vigilância estrutura-se a partir da extração de dados comportamentais e da modelagem preditiva. A intensificação da polarização aumenta a frequência e a intensidade das interações, ampliando o volume de dados gerados. O conflito permanente converte-se, assim, em insumo econômico.

No plano subjetivo, a psicopolítica descrita por Byung-Chul Han (2017) ajuda a compreender como o sujeito internaliza a lógica da exposição e da performance. A identidade virtual, produzida em ambiente desterritorializado, transforma-se em projeto contínuo de afirmação. A militância tende a ser vivenciada como prática discursiva performática, muitas vezes dissociada de organização coletiva material.

Ecossistemicamente, os efeitos acumulativos desse modelo incluem diminuição da diversidade cognitiva interna aos grupos, ampliação da hostilidade interecossistêmica, naturalização da violência discursiva como estratégia legítima, enfraquecimento de mediações institucionais e científicas e deslocamento das lutas estruturais para disputas simbólicas intensificadas.

Entretanto, a própria perspectiva ecossistêmica oferece pistas para possíveis caminhos de reequilíbrio. Se o desequilíbrio decorre da redução da permeabilidade e da intensificação artificial de regularidades, então políticas e práticas que ampliem exposição à diversidade, fortaleçam mediações institucionais e promovam letramento digital crítico podem contribuir para restaurar condições de diálogo.

Do ponto de vista marxista, reequilibrar o ecossistema discursivo implica também reconectar reconhecimento e redistribuição (Fraser, 1995), reinserindo as disputas identitárias no interior de projetos mais amplos de transformação material. A crítica à violência discursiva não pode limitar-se à moderação de conteúdo; ela deve articular-se a uma crítica estrutural do modelo econômico que monetiza o conflito.

A fragmentação simbiótica não constitui destino inevitável. Ela é resultado histórico de condições técnicas, econômicas e discursivas específicas. Reconhecer sua lógica de funcionamento é passo fundamental para desnaturalizar o conflito permanente e reconstruir formas de interação capazes de rearticular pluralidade, materialidade e democracia.

6. Conclusão

A polarização discursiva no Brasil contemporâneo não pode ser compreendida apenas como divergência ideológica circunstancial, mas como reorganização estrutural do ecossistema linguístico em contexto de desterritorialização digital. A partir da Linguística Ecolinguística (Couto, 2007; Couto, 2016) e da Análise do Discurso Ecolinguística (Couto, 2013; Couto; Couto; Borges, 2015), buscou-se demonstrar que a intensificação do conflito político se articula à mediação algorítmica das interações e à produção de identidades virtuais maleáveis, projetadas por meio de avatares em ambiente desterritorializado (Nowogrodzki da Silva, 2021).

Propôs-se o conceito de fragmentação simbiótica para descrever a dinâmica pela qual polos discursivos antagonizados se constituem como instâncias simultaneamente fragmentadas e interdependentes. Diferentemente de uma cisão absoluta, trata-se de uma forma de organização relacional em que o conflito permanente funciona como mecanismo de coesão interna e de retroalimentação sistêmica. A violência discursiva e epistêmica deixa de ser exceção e passa a operar como elemento estruturante.

A incorporação de uma perspectiva marxista permitiu evidenciar que tal modelo não é apenas fenômeno comunicacional, mas também expressão da racionalidade do capitalismo de plataforma. Constatou-se que a centralidade das disputas simbólicas pode obscurecer contradições materiais estruturais, deslocando a energia política para confrontos identitários intensificados e economicamente rentáveis.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades históricas profundas, a fragmentação simbiótica dificulta a construção de alianças amplas voltadas à transformação das condições materiais de existência. A desterritorialização das interações amplia a escala do conflito, enquanto a mediação algorítmica reforça regularidades discursivas que reduzem permeabilidade interecolinguística.

Conclui-se que a polarização contemporânea deve ser analisada como fenômeno ecolinguístico complexo, no qual linguagem, tecnologia e economia política se entrelaçam. Compreender a lógica da fragmentação simbiótica é passo fundamental para desnaturalizar o antagonismo permanente e recolocar no centro do debate público as dimensões materiais e democráticas que estruturam a vida social. A reconstrução da permeabilidade discursiva e a rearticulação entre reconhecimento e redistribuição configuram-se, nesse horizonte, como desafios teóricos e políticos incontornáveis.

Referências

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. Linguística Ecolinguística. In: COUTO, H. H. et al. (Org.). **O Paradigma ecológico para as ciências da linguagem**: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos. Goiânia: Editora UFG, 2016a.

_____. O que vem a ser ecolinguística, afinal? In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 14, n. 1. 2013.

COUTO, H. COUTO, E.; BORGES, L. **Análise do discurso ecológica - ADE**. Campinas: Pontes, 2015.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a “post-socialist” age. *New Left Review*, Londres, n. 212, p. 68–93, 1995.

HAN, Byung-Chul. **Psychopolitics: neoliberalism and new technologies of power**. London: Verso, 2017.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

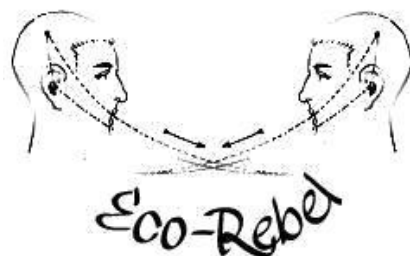
MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOWOGRODZKI DA SILVA, Anderson. **Interação comunicativa virtual: avatares e simulacros na comunidade de fala virtual ATEA**. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Brasília, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: PublicAffairs, 2019.

Aceito em 12 de fevereiro de 2026.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 12, N. 1, 2026.



ARTE DE GRAMMATICA DA LINGUA BRASILICA DA NAÇAM KIRIRI (MAMIANI, 1699): UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA E ECOLINGÍSTICA SOBRE A CULTURA MACRO-JÊ NA FORMAÇÃO DO ECOSSISTEMA BRASIL

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF/Faperj)

Abstract

This article revisits the *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri* (1699), by the Jesuit Luís Vincêncio Mamiani, from a critical ecolinguistic perspective. By combining Linguistic Historiography and Ecolinguistics, the study interprets the grammar as part of the colonial apparatus that reconfigured indigenous linguistic ecologies in Brazil. The description of the Kiriri language through Greco-Latin categories reveals asymmetrical power relations, territorial expropriation, and processes of cultural and economic assimilation imposed on Macro-Jê peoples. At the same time, the document preserves traces of a relational worldview and of modes of inhabiting territory that resisted colonial commodification, making the grammar a site of both epistemic violence and linguistic resilience.

Keywords: Ecolinguistics; Linguistic historiography; Macro-Jê peoples; Colonial grammars; Linguistic ecology; Colonial Brazil.

Resumo

Este artigo revisita a *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri* (1699), de Luís Vincêncio Mamiani, a partir de uma abordagem ecolinguística crítica. Articulando Historiografia da Linguística e Ecolinguística, analisa-se a gramática como parte do dispositivo colonial que reorganizou ecologias linguísticas indígenas no Brasil. A descrição da língua kiriri segundo categorias greco-latinas evidencia relações assimétricas de poder, expropriação territorial e

assimilação cultural impostas aos povos Macro-Jê. Ao mesmo tempo, o texto conserva vestígios de uma língua profundamente relacional e de modos de vida incompatíveis com a lógica mercantil colonial, configurando a gramática como espaço de violência epistemológica e, paradoxalmente, de resistência linguística.

Palavras-chave: Ecolinguística; Historiografia da Linguística; Povos Macro-Jê; Gramáticas coloniais; Ecolinguística; Brasil Colônia.

1. Introdução

Um dos raros documentos gramaticais do Brasil Colônia sobre as línguas indígenas é a *Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri* (Mamiani, 1699), cujo autor foi o padre jesuíta Luís Vincêncio Mamiani (1652-1730) (Cavaliere, 2022). Este é um dos principais registros históricos de uma língua do tronco Macro-Jê na história do Brasil, a língua da “naçam Kiriri” (nação karirí), que forma uma família linguística própria, relacionada ao tronco Macro-Jê, de acordo com Aryon Dall’Igna Rodrigues: “Desde 1970 tenho considerado o Karirí como uma das 12 famílias linguísticas que podem ser atribuídas ao tronco linguístico Macro-Jê” (Rodrigues, 2019, p. 48). Segundo a divisão de Mattoso Câmara Jr (1977), há no Brasil quatro grandes grupos linguísticos de línguas indígenas: a família tupi-guarani, a família macro-jê, a família karib e a família aruak, havendo diversas outras famílias linguísticas indígenas reconhecidas mais recentemente pela Linguística contemporânea. Nesse artigo, porém, consideramos a divisão de Rodrigues (2019) e Mattoso Câmara Jr (1977), para classificar a língua da nação Karirí como uma das famílias linguísticas do tronco Macro-Jê.

O que chama a atenção dos linguistas contemporâneos para uma nova análise da gramática de Mamiani é o fato de que os povos macro-jê foram registrados em diversos momentos da história do Brasil Colônia, desde o início do século XVI, tendo um registro linguístico apenas no final do século XVII, quase no século XVIII. Isto é, demorou-se muito para que os colonizadores e missionários compreendessem a primeira língua macro-jê, diferentemente do que ocorreu com as línguas tupi-guarani, aprendidas desde o início do século XVI por intérpretes e descritas por gramáticos missionários, como José de Anchieta (1534-1597), autor da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), Luiz Figueira (1573-1643), autor da *Arte de gramática da língua brasilica* (c. 1621) e Antonio Ruiz de Montoya (1585-1652), autor da *Arte y vocabulario de la lengua guaraní* (1640), por exemplo, que escreveram obras gramaticais sobre o

tupinambá e o guarani, línguas que depois passaram a ser empregadas na conversão indígena ao cristianismo como línguas gerais (Kaltner, 2021; 2023). Essa predominância das línguas da família tupi-guarani impactou também a visão sobre os povos originários de cultura macro-jê no “ecossistema social”, o povo, (Couto, 2007) que se formava no Brasil Colônia, e este é o tema central do artigo.

Os povos macro-jê foram referenciados de modo pejorativo em diversos documentos do Brasil Colônia durante vários séculos, por termos que reforçavam a sua marginalidade no projeto colonial, sendo os mais comuns: “tapuia”, “aimoré” e “goitacá”, nos séculos XVI e XVII, mais adiante também foram chamados de “botocudos”, por causa do botoque, uma peça de madeira empregada no queixo. Muitos dos rótulos pejorativos sobre os povos e a cultura macro-jê vieram da língua tupinambá, o que demonstra que os macro-jê eram o “outro do outro”, isto é, povos já marginalizados dentro da própria concepção generalista de povos indígenas criada pelo olhar colonizador eurocêntrico, que via nos povos de matriz tupi uma fonte possível de alianças para a ocupação territorial e nos macro-jê uma barreira natural para a exploração dos recursos.

Dessa forma, no ecossistema Brasil, a colônia portuguesa fundada no século XVI no território em disputa, os povos macro-jê eram vistos como entraves, como inimigos do processo de ocupação territorial, devendo ser temidos e combatidos, uma narrativa que os cronistas europeus geralmente atribuíam aos povos de matriz tupi, e que buscavam corroborar com exemplos práticos da política colonial. Todavia, os próprios macro-jê não ingressavam nesse debate como sujeitos históricos, e eram objetificados a ponto de ingressarem em uma categoria lexical própria do contexto europeu e com alta conotação negativa, eram os: “*barbari*” (bárbaros), em alusão aos termos greco-latinos correspondentes sobre a forma como os gauleses e celtas eram vistos pejorativamente no Império romano, ou os persas pelos gregos.

Assim, no imaginário do ecossistema social “Brasil quinhentista”, os macro-jê eram considerados os povos bárbaros por excelência, sendo descritos como irracionais, animalizados, e por conseguinte, inimigos da colonização, que representava o projeto civilizatório de então, pautado no desenvolvimento da economia mercantil. A maior reclamação dos colonizadores, inicialmente, era de que os macro-jê da costa do Brasil, os aimorés, não aceitavam estabelecer trocas comerciais, praticar o escambo, que consistia basicamente na troca de itens de ferro e de metais menos nobres, como foices, enxadas, anzóis, pequenas facas, por madeira de pau-brasil, peles de onça, pequenos micos e araras. Ao mesmo tempo, não permitiam a construção de feitorias

para essas trocas comerciais e menos ainda a colonização efetiva de seu território. Eram “bárbaros” que rejeitavam qualquer contato “pacífico” dos colonizadores. Mas afinal, quem eram esses povos? Como viam o seu território e o meio natural? São questões que abordaremos a partir da ecolinguística na análise de relatos sobre eles.

2. Macro-jê, aimoré, tapuia, goitacá, botocudo, kiriri

No Brasil quinhentista, os termos mais empregados para descrever os povos macro-jê que habitavam o território da costa eram: aimoré e tapuia. Habitavam os territórios atuais do sul da Bahia, do Espírito Santo, do norte do Rio de Janeiro, e do sertão de Minas Gerais, segundo os cronistas. Sempre descritos como violentos, foram registrados na obra *História do Brasil* (1627) do missionário franciscano Frei Vicente do Salvador (c. 1564-c. 1636/1639) que apresenta a narrativa mais estereotipada acerca desses povos originários do território do Brasil Colônia.

Ao descrever as culturas e povos indígenas, Frei Vicente do Salvador teoriza os “tapuias” como os povos que não falam a língua brasílica, o tupinambá, a língua que era empregada para a comunicação intercultural no Brasil quinhentista. Este conceito tapuia é generalizante, existindo diversos povos sob este rótulo, ao fazer a sua primeira menção aos aimorés, no décimo terceiro capítulo da obra intitulado “De suas aldeias” (Salvador, 2014 [1627]). Nessa primeira descrição, há um contraste dos tapuias com os tupis:

Há uma casta de gentios Tapuias chamados por particular nome aimorés, os quais não fazem casas onde morem, mas, onde quer que lhes anoitece, debaixo das árvores limpam um terreiro, no qual esfregando uma cana ou flecha com outra acendem lume, e o cobre com couro de veado posto sobre quatro forquilhas, e ali se deitam todos a dormir com os pés para o fogo, dando-se-lhes pouco, como os tenham enxutos e quentes, que lhes chova em todo o corpo (Salvador, 2014 [1627], p. 44).

A descrição de Frei Vicente do Salvador narra um costume da cultura aimoré de os indígenas não construírem aldeias para viverem, preferindo viver diretamente na floresta, dormindo sob as árvores, em volta de uma fogueira. À primeira vista, este relato é dado como uma observação empírica de costumes das comunidades aimorés e empregada também como uma crítica ao seu suposto “estado civilizatório”, quando comparado aos tupis. Porém, se pensarmos em uma interpretação ecolinguística, na relação povo-território, ou na interação entre o meio ambiente social e o natural, vemos que os povos aimorés estavam integrados socialmente às

florestas que cobriam todo o território que ocupavam. Dependiam da floresta para o seu modo de vida, não construíam aldeias para viverem comunitariamente. Nesse sentido, qualquer agressão à floresta, ao meio natural, como a derrubada de árvores para a retirada de toras de pau-brasil era vista como uma agressão à própria casa, ou à própria aldeia aimoré, pois não percebiam uma descontinuidade entre o meio ambiente social e o meio ambiente natural como os europeus percebiam, não possuíam a oposição cultura e natureza, desenvolvida no contexto ocidental posterior.

Como contraste, os outros indígenas, os tupis, viviam em aldeias, conforme atesta a narrativa de Frei Vicente do Salvador:

Porém as mais castas de índios vivem em aldeias, que fazem cobertas de palma e de tal maneira arrumadas que lhes fique no meio um terreiro, onde façam seus bailes e festas e se ajuntem de noite a conselho. As casas são tão compridas que moram em cada uma setenta ou oitenta casais, e não há nelas algum repartimento mais que os tirantes, e entre um e outro é um rancho, onde se agasalha um casal com sua família, e o do principal da casa é o primeiro no copiar, ao qual convida primeiro qualquer dos outros quando vem de caçar ou de pescar, partindo com ele daquilo que traz, e logo vai também repartindo pelos mais, sem lhe ficar mais que quanto então jante ou ceie, por mais grande que fosse a cambada do pescado ou da caça (Salvador, 2014 [1627], p. 44).

Podemos notar que Frei Vicente do Salvador descreve as “demais castas de índios”, isto é, os que falam a língua tupinambá como povos originários que habitavam em um sistema de aldeias comunitárias, de um modo de vida diferente dos portugueses, mas mais similar à experiência de organização em um meio ambiente social com o que seria um padrão ocidental. Nesse sentido, essa similaridade é tratada como uma conotação positiva, que valoriza um povo originário em detrimento do outro. O relato não parece surgido de uma experiência única, mas de sucessivas interações que levaram a essa generalização do *modus vivendi* tupi, que deveria ser um padrão estendido a todos os povos originários.

No trigésimo quinto capítulo da obra, há uma outra referência aos aimorés comparando-os a animais, por suas técnicas de combates:

Não só por mar foi esta Bahia neste tempo contrastada de inimigo, mas também e muito mais por terra dos gentios aimorés, que são uns tapuias selvagens, de que fizemos menção no capítulo décimo quinto do primeiro livro, os quais, como não tenham casas nem lugar certo onde os busquem, nem saiam a pelejar em campo, mas andem como leões e tigres

pelos matos e dali saiam a saltar pelos caminhos, ou ainda sem sair, detrás das árvores, empreguem suas frechas, poucos bastam para destruírem muitas terras. E assim, havendo já destruído as de Porto Seguro e dos Ilhéus, entraram nas da Bahia, e haviam feito despejar as do Rio de Jaguaripe e Paraguaçu, posto que não passaram este da parte do norte, que, a passá-lo, não ficara coisa que não assolaram até a cidade, porque, como até ela haja matos e todos caminhos se façam entre eles, ninguém pudera entrar nem sair sem ser morto ou salteado por estes selvagens. (Salvador, 2014 [1627], p. 283).

Note-se que os confrontos militares com os aimorés não eram guerras diretas, mas antes confrontos dentro da mata, o que era algo aterrorizante para os colonos europeus e mesmo para os indígenas de matriz cultural tupi, mas para os aimorés se configurava como uma tática de sobrevivência. Se viviam nas florestas, também combatiam nelas, e ao se proteger acabavam também protegendo a sua morada, o seu território. À época do período colonial, no mundo ocidental, não havia ainda a oposição natureza e cultura, mas nesse clima de opinião, a oposição entre ordem e caos, de nítida influência greco-latina era estabelecida, sendo a religião considerada um elemento de ordem, sobretudo dentro das sociedades ibéricas, como o caso do reino de Portugal no século XVI que era uma monarquia centralizadora e um Estado confessional católico. Nesse sentido, os povos originários mais propensos a compreenderem e praticarem a religião cristã eram também considerados os mais ordenados.

Porém, o que se nota entre os aimorés é justamente a visão contrária, a de que a floresta era a ordem, e o que os colonizadores viriam a fazer em seu território era o caos. Esse último excerto de interesse, retirado da obra de Frei Vicente do Salvador, demonstra uma aliança entre os portugueses e os aimorés, na região de Ilhéus, um evento que ocorre após uma aliança na capitania de Pernambuco e na região da atual Paraíba, em que residiam também os potiguares, estes que falavam a língua tupinambá. A aliança com os aimorés se deu através de uma mulher indígena que foi batizada como Margarida:

Estes mandou Álvaro de Carvalho com o Capitão Francisco da Costa aos Ilhéus, para que de lá viessem dando caça aos aimorés, que assim se pode chamar a sua guerra. Mas posto que os amedrontaram e fizeram muito, não ficou de todo o mal remediado, nem deixara de ir muito avante depois de tornados os potiguares, que em breve tempo voltaram para a Paraíba, se Deus não tem outro mais fácil e eficaz remédio, por meio de uma fêmea aimoré, que Álvaro Rodrigues da Cachoeira a tomou com o seu gentio em um assalto, à qual ensinou a língua dos nossos tupinambás, e aprendeu e fez a alguns nossos aprender a sua. Fez-lhe bom tratamento, praticou-lhe os mistérios da nossa santa fé católica, que é

necessário crer um cristão, batizou-a e chamou-lhe Margarida. Depois de bem-instruída e afeta a nós, vestiu-a de sua camisa ou saco de pano de algodão, que é o traje das nossas índias, deu-lhe rede em que dormisse, espelhos, pentes, facas, vinho e o mais que ela pôde carregar, e mandou-a que fosse desenganar os seus, como fez, mostrando-lhes que aquele era o vinho que bebíamos, e não o seu sangue, como eles cuidavam, e a carne que comíamos era de vaca e outros animais e não humana; que não andávamos nus, nem dormíamos pela terra, como eles, senão em aquelas redes, que logo armou em duas árvores e nenhum ficou que se não deitasse nela e se não penteasse e visse no espelho. Com o que, certificados de que queríamos sua amizade, se atreveram alguns mancebos a vir com ela à casa do dito Álvaro Rodrigues na cachoeira do Rio Paraguaçu, donde ele os trouxe a esta cidade ao Capitão-Mor Álvaro de Carvalho, que logo os mandou vestir de pano vermelho e mostrar-lhes a cidade, onde não havia casa de venda ou taverna em que não os convidassem e brindassem. Com o que mui certificados foram acabar de desenganar os companheiros, e se fez paz com os aimorés em toda esta costa. Queira nosso Senhor conservá-la e que não demos ocasião a outra vez se rebelarem. (Salvador, 2014 [1627], p. 284).

Aqui o relato demonstra como houve uma intermediação na interação entre portugueses e aimorés para a construção de um ecossistema social do Brasil quinhentista em que os aimorés eram integrados, desde que fossem assimilados culturalmente.

Além do termo aimoré, para se referir aos povos originários macro-jê da costa do Brasil, havia termos mais generalizados, como “botocudos”, por conta do botoque, uma peça de ornamento específica da cultura macro-jê, o termo “tapuia”, cujo significado era equivalente a “*barbarus*” (bárbaro), o termo “kiriri”, encontrado na gramática de Mamiani, sobre uma comunidade específica, e mais um termo que era “goitacá”, relativo a um povo originário também macro-jê, que habitava o território que foi ocupado pela capitania de São Tomé, no atual município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. O termo goitacá é da língua tupinambá, sendo um exônimo.

3. Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri (Mamiani, 1699)

A *Arte de grammatica da lingua brasilica da nação Kiriri*, composta pelo padre jesuíta Luís Vincêncio Mamiani no final do século XVII foi reeditada em 1877 pela Biblioteca Nacional, constituindo-se como um dos mais relevantes documentos da história das ciências da linguagem no Brasil. Trata-se de uma “gramática missionária” (*missionary grammar*) (Zwartjes, 2011)

elaborada com fins pedagógicos e evangelizadores, mas que, ao mesmo tempo, oferece um testemunho singular sobre a língua kiriri e sobre o povo que a falava, hoje reconhecida como pertencente ao tronco Macro-Jê. Sua importância ultrapassa, portanto, o âmbito estritamente linguístico, inserindo-se em um quadro mais amplo de relações entre língua, território, cultura, poder e memória, o que possibilita enquadrá-la também como objeto de estudos da teoria ecolinguística.

Do ponto de vista estrutural, a obra segue o modelo clássico das artes gramaticais escritas por missionários, inspirados na tradição greco-latina, com a análise linguística voltada ao período simples e às “*partes orationis*” pelos casos latinos. Mamiani organiza a descrição da língua kiriri em torno de categorias gramaticais latinas como letras, sílabas, nomes, pronomes, verbos, partículas e modos de construção oracional. As categorias são frequentemente transpostas do latim e do português para a língua indígena, o que revela tanto o esforço de sistematização quanto os limites epistemológicos do modelo adotado que buscava assimilar a língua kiriri e torná-la um instrumento intercultural de contato linguístico e de doutrinação religiosa. Ainda assim, a gramática registra com cuidado fenômenos fonéticos, morfológicos e sintáticos próprios da língua kiriri, como o uso extensivo de partículas relacionais, a importância dos prefixos pronominais e a centralidade das relações verbais na organização da frase.

A fim de se interpretar a obra de Mamiani, convém conhecer inicialmente o percurso do missionário jesuíta que o levou aos indígenas macro-jê da Aldeia Kiriri, um povo originário específico:

Ludovico Vicenzio Mamiani nasceu em Pésaro no dia 20 de janeiro de 1652. Entrou na Companhia de Jesus aos 16 anos, em 10 de abril de 1668. Catorze anos depois, foi designado para o Brasil, partindo de Lisboa com destino à Bahia. De início a sua participação na Colônia visava a juntar-se aos padres da missão do Maranhão, mas não há registro de sua efetiva presença nessa região do Nordeste brasileiro. Por outro lado, há expressiva referência a sua participação na conversão dos índios na Aldeia do Geru, também denominada Aldeia Kiriri, localizada ao sul da Capitania de Sergipe del Rey, localizada entre os rios São Francisco e Real. Considerando a relativa proximidade entre a região onde se situava a Aldeia do Geru e o Maranhão, não se há de duvidar que Mamiani se tenha fixado em Sergipe a meio-caminho de seu destino original (Cavaliere, 2022, p. 97).

Note-se que à época do século XVII, a Aldeia Kiriri localizava-se na região da antiga capitania de Sergipe del-Rei, uma região fronteiriça da expansão colonial, entre o Maranhão, a entrada para a Amazônia, e a Bahia, o território em que a colonização estava já bem estabelecida há mais de um século. Nesse sentido, a Aldeia Kiriri situava-se em um entreposto relativamente distante e isolado de dois grandes centros de fluxo do comércio da economia mercantil que movia a máquina colonial. Como esse território estava cercado por dois grandes núcleos coloniais, a tendência é que se tornaria também um território colonizado com a expansão do comércio entre as capitanias e províncias, o que parece ter motivado a missão com os povos da Aldeia Kiriri. O missionário Mamiani era um especialista em línguas românicas e em latim, tendo em vista a sua origem no contexto de língua italiana, a sua passagem pelo reino de Portugal, a sua formação como jesuíta, o que o tornava um especialista em gramática latina. Sua competência linguística seria avançada o suficiente para aprender uma língua macro-jê no século XVII e descrevê-la em uma gramática seguindo os moldes latinos.

Além da gramática, Mamiani também desenvolveu uma tradução do catecismo católico para a língua kiriri, o *Catecismo da doutrina cristã na língua brasílica da nação kiriri*, publicado em 1698. A gramática e o catecismo na língua kiriri não foram obras precursoras sobre o tema:

Embora seja reconhecida como texto de referência na descrição da língua kiriri, a *Arte de grammatica da lingua brasílica da nação Kiriri* (Mamiani, 1699), de Luís Vicêncio Mamiani não foi o primeiro texto descritivo dessa língua indígena, já que o jesuíta italiano pautou-se em um trabalho anterior produzido pelo também jesuíta João de Barros (?-?), português nascido em Lisboa. Serafim Leite vai além para afirmar que tanto a gramática quanto o catecismo não são obras criadas por Mamiani, senão por seu colega, de quem copiou os trabalhos originais com uma adaptação para a impressão final (Cavaliere, 2022, p. 99).

Essa prática intelectual era comum nas ordens religiosas em uma época em que a questão de autoria e mesmo da propriedade individual não era uma grande preocupação social. Seja como for, o registro da gramática é um meio muito importante para conhecermos não só o estado da língua kiriri no período colonial, mas como se deu a interação entre esse povo macro-jê e os colonizadores portugueses.

Vejamos um excerto da gramática de Mamiani, em edição de 1877:

Os Nomes nesta lingua não tem propriamente distinção de generos, ou numeros, ou casos, mas o mesmo nome sem mudaça serve de ordinario ao genero masculino, & feminino, ao

numero singular, & plural, & em todos os casos: v. g. este nome *Cradzó*, significa Vacca, & Boy, masculino, & feminino, & sem variação serve ao singular, & plural, & do mesmo modo serve a todos os casos. *Bihè cradzò*, hua vacca, ou boy no singular; *Buyò cradzò*, muitas vaccas no plural: *Pacri cradzò hinhà*, foy morta huma vacca, ou boy por mim, no nominativo: *Isà cradzò*, sebo de boy, no genitivo. Os numeros porém se distinguem, & entendem ou por algumas particulas, que significão multidão, ou pelos adjectivos numeraes, ou pelo sentido, & modo de fallar. (Mamiani, 1877 [1699], p. 5)

(Os nomes nesta língua não têm propriamente distinção de gêneros, números ou casos, mas o mesmo nome, sem mudança, serve ordinariamente ao gênero masculino e feminino, ao número singular e plural e em todos os casos; v. g., este nome *cradzó* significa *vaca* e *boi*, masculino e feminino, e, sem variação, serve ao singular e ao plural, e do mesmo modo serve a todos os casos. *Bihè cradzò*, uma vaca ou boi no singular; *buyò cradzò*, muitas vacas no plural; *pacri cradzò hinhà*, foi morta uma vaca ou boi por mim, no nominativo; *isà cradzò*, sebo de boi, no genitivo. Os números, porém, distinguem-se e entendem-se ou por algumas partículas que significam multidão, ou pelos adjetivos numerais, ou pelo sentido e modo de falar).

A descrição gramatical da parte da comparação entre a gramaticografia greco-latina e a língua kiriri, ainda que seja escrita em língua portuguesa. O primeiro conceito teórico é o “nome”, derivado da teoria filosófica platônica, do conceito de “ónoma”. Atestar que o povo kiriri emprega nomes, isto é, nomeia as coisas do mundo, é uma forma indireta de afirmar que são o que Aristóteles define como “animais racionais” (*zoon logikon*), isto é, seres humanos. Mamiani parte de que o povo kiriri fala uma língua particular, a língua kiriri, que é uma língua regida pelo mesmo “lógos” universal de todas as línguas humanas, de acordo com o pensamento da época, que via no latim, e no grego, essas ferramentas de universalização do pensamento.

Quando Mamiani atesta a existência de nomes na língua kiriri, vai na sequência buscar a analogia com o latim, e anota que não há para os kiriri as noções de gênero, número ou caso, e dá como exemplo o nome: “*cradzó*” (boi, bois, vaca, vacas). Porém, mesmo sem a noção de plural ou singular, o gramático missionário atesta que o povo kiriri possuía a noção de quantidade, uma das categorias aristotélicas ao demonstrar que na língua havia partículas para registrar a variação quantitativa. A noção de quantidade era também espacial, nesse modelo descritivo: “*Bihè cradzò*, uma vaca ou boi no singular; *buyò cradzò*, muitas vacas no plural; *pacri cradzò hinhà*”. É interessante notar que a escolha do item lexical tenha sido o animal bovino, o “*cradzó*”, uma escolha a nosso ver que pode ser interpretada a partir de um critério ecolinguístico.

Como visto anteriormente, os povos macro-jê eram vistos como excessivamente nômades, quando comparados com os povos tupi. Ao mesmo tempo, não se adaptavam à rotina colonial, que era fundada em sociedades agrárias, produtoras de cana-de-açúcar, e voltadas à criação de animais. A antropofagia costumava ser uma das “justificativas” para as chamadas “guerras justas” (*Mars justus*) que eram verdadeiras guerras civis com políticas de genocídio contra povos macro-jê. Desse modo, a introdução do gado bovino, o “*cradzó*” foi uma das formas de aproximação e de integração entre portugueses e os povos macro-jê. O “*cradzó*” acabou sendo a espécie animal que integrou o território dos kiriri ao projeto colonial, se interpretarmos a relação entre o meio ambiente social e o natural na escolha do termo.

A pecuária extensiva, muito semelhante à caça, em largos territórios, e a substituição dos rituais antropofágicos pela carne bovina alterou profundamente a dinâmica social de muitos povos originários no período colonial. A presença de um vocábulo relacionado ao animal bovino no início da gramática de Mamiani mostra que a obra não visava apenas a uma conversão religiosa metafísica, mas também a integrar o povo kiriri à dinâmica econômica mercantil colonial. A pecuária era uma das atividades econômicas secundárias do ecossistema do Brasil Colônia mais importantes, pois não só a produção de carne de abate, mas a produção de couro era muito importante nessa etapa econômica da produção de manufaturas. Ao empregar o vocábulo “*cradzó*” o missionário parece antecipar até mesmo o objetivo de sua missão: tornar os macro-jê kiriri sergipanos em produtores de gado, ainda que isso significasse uma assimilação cultural que se daria pelo catecismo a ser aplicado sobretudo na educação dos meninos da Aldeia Kiriri, que passaria a se tornar nesse modelo de pensamento uma fazenda de pecuária.

A gramática de Mamiani apresenta nos exemplos verbais o verbo *cotò* (furtar) como paradigma:

Exemplo da primeira Declinação do Verbo *Cotò*, furtar.

Presente do modo Indicativo

Plural / Singular

Hicotò, eu furto. / Plur. Inclusivo. *Cucotod*, Exclusivo. *Hicotodè*, nós & vós furtamos.

Ecotò, tu furtas. / *Ecotòà*, vós furtais.

Icotò, elle furta. / *Icotòà* elles furtão. (Mamiani, 1877 [1699], p. 27)

À primeira impressão, se combinarmos o termo gado com furtar, temos: furtar gado, uma prática talvez comum que fosse atribuída ao povo kiriri, havendo entre seus vizinhos o estigma de

serem tratados como ladrões de gado. Nesse sentido, a presença do missionário viria justamente para buscar doutrinar não só a prática religiosa cristã, mas trazer a visão de mundo ocidental sobre propriedade privada, já conhecida desde a Idade Média, e buscar intermediar a presença da Aldeia Kiriri no projeto colonial. Porém, se pensarmos na perspectiva do povo macro-jê, o que era considerado furto pelos colonizadores poderia ser interpretado como caça pela comunidade indígena, o que muito certamente levava a violências dos colonizadores contra os povos da Aldeia Kiriri que sequer compreendiam a situação da economia mercantil colonial em que estavam imersos. A própria sobrevivência dessa comunidade indígena no ecossistema Brasil Colônia já era um ato de resistência, e por mais que a presença de missionários viesse para intermediar interesses, a assimilação cultural, a única forma de sobrevivência, era como uma capitulação de seu “*modus vivendi*”, seu modo de vida, considerado anacrônico perante as necessidades do desenvolvimento econômico.

A gramática de Mamiani era um texto estratégico, com a finalidade de ensinar a língua kiriri para os missionários que iriam atuar na região da antiga capitania de Sergipe del-Rei, mas ao mesmo tempo, esse interesse estava vinculado à integração da Aldeia Kiriri ao ecossistema Brasil Colônia, em uma posição que não era escolhida pelos povos macro-jê, mas pelo poder colonial que era sustentado pelos modos de produção da economia mercantil. Como a região era aproveitada em atividades de pecuária, seria nesse mister que o povo da Aldeia Kiriri deveria atuar, passando a ter uma atividade regular no sistema colonial. A gramática era, desse modo, vinculada a uma integração da cultura e da língua kiriri ao ecossistema Brasil Colônia. O povo macro-jê da Aldeia Kiriri não precisava inicialmente abandonar a sua língua para se integrar nesse sistema, pois os missionários seriam os intermediários até que as gerações de crianças kiriri doutrinadas pela educação humanística e cristã jesuítica se tornassem bilíngues na escola de ler e escrever. Dessa forma, o processo de inculturação levava mais de uma geração, em que o papel da gramática era inicialmente propiciar o conhecimento da língua, posteriormente favorecer ao bilinguismo até que a língua portuguesa fosse transmitida e substituísse a língua kiriri. Esse processo fazia parte da dinâmica colonial.

4. Conclusão: de Kiriri a Cariri

Ao retomar a gramática kiriri de Mamiani a partir das perspectivas da Historiografia da Linguística e da Ecolinguística, este artigo buscou reinscrever as línguas e culturas do tronco

Macro-Jê no debate sobre o ecossistema linguístico e social do Brasil Colônia. Trata-se de um gesto historiográfico e político, na medida em que desloca o foco tradicional, frequentemente centrado nas línguas tupi-guarani e na chamada “língua geral”, para povos historicamente tratados como o “outro do outro”: inimigos dos tupis, resistentes à colonização e associados, nos relatos coloniais, a uma alteridade radical.

Nesse sentido, a análise da descrição gramatical de Mamiani evidencia uma língua profundamente relacional, cujas categorias morfossintáticas desafiam a matriz nominativo-acusativa herdada do latim. Apesar das avaliações normativas do missionário, que qualifica certos fenômenos como “barbaridades” ou “imperfeições”, o texto permite reconhecer uma lógica linguística coerente, compatível com padrões conhecidos das línguas Macro-Jê. Como observa Cavaliere (2022), é justamente nesses momentos de tensão entre descrição empírica e enquadramento teórico europeu que se revelam os limites e as ambivalências da gramatização colonial no Brasil.

Do ponto de vista histórico, não se pode dissociar essa produção gramatical do avanço colonial sustentado por alianças estratégicas, como a luso-tupi e a franco-tamoio, no século XVI, particularmente no contexto da fundação do Rio de Janeiro. Tais alianças contribuíram para a marginalização e o apagamento progressivo de povos Macro-Jê, como os aimoré, kiriri, goitacá e botocudos, frequentemente descritos por cronistas como Frei Vicente do Salvador a partir de sua relação intensa com a natureza, mas também enquadrados como obstáculos à expansão colonial. A ruptura ecológica e social imposta a esses povos foi parte constitutiva da economia mercantilista das navegações e da reorganização territorial do período.

Nesse ponto, a leitura ecolinguística da gramática kiriri permite aproximar o documento colonial de uma reflexão mais ampla sobre língua, território e modos de vida. A língua registrada por Mamiani aparece inseparável das práticas cotidianas, dos vínculos de parentesco, da alimentação e do uso do espaço, configurando uma ecologia linguística que seria profundamente desestabilizada pela colonização. Essa perspectiva dialoga, em termos contemporâneos, com a visão ecossocialista de Darcy Ribeiro (2002), para quem os povos originários representam formas alternativas de organização social e de relação com a natureza, sistematicamente destruídas pelo projeto colonial e pós-colonial. Não por acaso, o sertão do Cariri, marcado por essas camadas de memória histórica e cultural, foi imortalizado na obra de Luiz Gonzaga como espaço de resistência, sofrimento e identidade.

Assim, ao trazer as línguas e culturas Macro-Jê para o centro da reflexão, este estudo reafirma a importância de uma historiografia linguística crítica, atenta às políticas de língua, às assimetrias de poder e às ecologias culturais silenciadas. A gramática de Mamiani, lida hoje, não é apenas um registro linguístico raro, mas um testemunho da violência colonial e, ao mesmo tempo, da persistência de sistemas linguísticos e cosmológicos próprios. Revisitá-la é, portanto, um passo fundamental para compreender a formação histórica do Brasil e para repensar, no presente, as relações entre língua, povo e território, o Ecosistema Fundamental da Língua (EFL) (Couto, 2007).

Referências

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. **História da gramática no Brasil – século XVI ao XIX**. Petrópolis: Vozes, 2022.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente**. Brasília: Thesaurus, 2007.

DARCI RIBEIRO. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KALTNER, Leonardo Ferreira. **Uma leitura filológica e historiográfica do conceito de gramática na obra de João de Barros (1540)**. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2023. DOI: 10.31513/linguistica.2023.v19n1a57190.

KALTNER, Leonardo Ferreira. **Considerações sobre as fontes do pensamento linguístico de Anchieta: intertextualidade gramatical**. *Confluência*, [s.l.], 2021. DOI: 10.18364/rc.2021n61.466.

MAMIANI, Luís Vincêncio. **Arte de grammatica da lingua brasilica da naçam Kiriri**. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1699. Reedição: Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877.

MAMIANI, Luís Vincêncio. **Catecismo da doutrina cristã na língua brasilica da nação kiriri**. Lisboa, 1698.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Karirí como família linguística Macro-Jê no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 43–62, 2019. DOI: 10.26512/rbla.v11i1.26441.

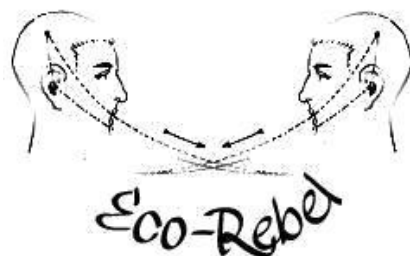
ECO-REBEL

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil (1500–1627)**. 7. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Edição original: 1627.

ZWARTJES, Otto. **Missionary linguistics in the Americas**. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

Aceito em 17 de fevereiro de 2026.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 12, N. 1, 2026.



“LOS CAMINOS QUE PISAN LOS NIÑOS” - EL TERRITORIO COMO ESPACIO DE SIGNIFICADOS INFANTILES EN TRES REGIONES ECOLÓGICAS DE BOLIVIA

Marina Arratia Jiménez, Universidad Mayor de San Simón (UMSS)

Resumen

Este artículo presenta una investigación cualitativa sobre las percepciones infantiles del entorno natural en tres ecosistemas de Bolivia: Valle Mesotérmico, Bosque Tropical y Amazonía. Los resultados evidencian que la interacción cotidiana con la naturaleza propicia un conocimiento situado sobre plantas, animales y lugares, basado en la experiencia directa y en formas particulares de habitar el espacio. Desde la ecolingüística, que entiende el territorio como un entramado dinámico de relaciones entre sujetos, lenguajes y territorios, se analiza cómo los saberes infantiles configuran modos singulares de “caminar” y significar el territorio desde su vivencia sensorial y cultural.

Palabras-clave: Percepciones infantiles, conexión con la naturaleza, ecolingüística.

Resumen en inglés

This article presents a qualitative study on children’s perceptions of the natural environment in three ecosystems of Bolivia: the Mesothermic Valley, the Tropical Forest, and the Amazon. The findings show that daily interaction with nature fosters situated knowledge about plants, animals, and places, grounded in direct experience and in particular ways of inhabiting space. From an ecolinguistic perspective, which conceives territory as a dynamic web of relationships among

subjects, languages, and territories. the study analyzes how children's knowledge shapes unique ways of "walking" and making meaning of the territory through their sensory and cultural experiences.

Keywords: children's perceptions, connection with nature, ecolinguistics.

1. Introducción

La crisis ambiental, expresada en el cambio climático, la deforestación, la pérdida de biodiversidad y la contaminación, es consecuencia de dinámicas sociales, económicas y políticas. Estas transformaciones han impulsado debates que destacan la necesidad de analizar las causas sociales de los problemas ambientales y de proponer alternativas sostenibles.

En este marco, la dimensión cultural y simbólica ocupa un lugar central: los pueblos indígenas y las comunidades campesinas elaboran sentidos, prácticas y cosmovisiones en torno a la naturaleza, influyendo en las formas de habitar, cuidar y transformar el entorno. Reconocer estas dimensiones permite valorar la diversidad cultural frente a los modelos antropocéntricos, extractivistas y tecnocráticos.

Escuchar las percepciones infantiles resulta crucial para comprender los procesos de transmisión y transformación de las relaciones sociedad-naturaleza entre generaciones. Más allá de las lógicas utilitaristas, las visiones de los niños ponen en evidencia valores biocéntricos, estéticos y comunitarios que constituyen aportes significativos para la construcción de futuros sostenibles. No obstante, como advierten Ortiz (2021) y Louv (2005), la creciente inserción de la infancia en la cultura digital ha intensificado un progresivo distanciamiento de la naturaleza, tanto en contextos urbanos como rurales, lo que plantea desafíos analíticos y metodológicos para investigaciones orientadas a esta problemática.

Dichos desafíos requieren considerar las particularidades biogeográficas, sociales y culturales que median la experiencia infantil con el entorno.

El objetivo de este estudio es describir las percepciones infantiles del ambiente natural, a partir de los imaginarios reales de los niños y niñas sobre los elementos bióticos, abióticos y artificiales del paisaje, así como de aquellos componentes considerados significativos y las cualidades sensoriales, afectivas y lingüísticas que median y configuran su relación con la naturaleza. La metodología se fundamenta en la lingüística ecosistémica, que define el Territorio como espacio de interacción entre personas y el uso de diferentes lenguajes.

La conclusión más significativa es que la percepción de niños y niñas emerge de las experiencias vividas en un contexto particular. Estas percepciones se configuran a partir de las características del territorio, entendido no solo como un espacio físico, sino también como un escenario donde se entrelazan dimensiones eco simbólicas. Se analiza cómo las percepciones infantiles configuran formas diversas de “caminar” y vivir un “lugar”, desafiando las nociones fragmentadas y racionales del conocimiento ambiental de los niños y niñas, a partir de una mirada más sensible, plural y territorializada.

No obstante, la inclinación de los niños y niñas a representar en el paisaje elementos artificiales, junto con la disminución del contacto directo con la naturaleza, evidencia que sus percepciones están atravesadas por tensiones entre el arraigo territorial y la creciente influencia de imaginarios urbanos y digitales. Esta dinámica conduce a una progresiva “extinción de la experiencia” (Pyle, 1993), entendida como la pérdida paulatina de vínculos sensoriales y afectivos con el entorno natural.

2. Percepción de los niños sobre la naturaleza

Diversos autores han destacado la importancia de comprender la relación entre la infancia y la naturaleza desde múltiples dimensiones. Pyle (1993) introduce la noción de *extinción de la experiencia*, advirtiendo sobre la pérdida de contacto directo de los niños y niñas con el mundo natural. Este autor advirtió que las generaciones más jóvenes se encuentran cada vez más alejadas de la naturaleza, lo que limita su capacidad de reconocer y valorar la biodiversidad. Como consecuencia, se erosiona el conocimiento tradicional sobre plantas, animales y ecosistemas, dificultando tanto la conservación como el manejo sostenible de los recursos naturales.

En la misma línea, Soga y Gaston (2016) muestran que esta desconexión afecta la sensibilidad ecológica y condiciona la posibilidad de cuidar y conservar los ecosistemas. Por su lado, Louv (2005) acuñó el concepto de “nature-deficit disorder” (trastorno por déficit de naturaleza) para describir los efectos negativos en los niños y niñas cuando se reduce o limita su contacto con entornos naturales.

Los sentimientos de alienación y desconexión del entorno repercuten en la disposición de las personas a comprometerse con su conservación. En este marco, diversos autores han destacado el valor del “territorio de vida” como un ámbito fundamental para la preservación de saberes y el fortalecimiento de las interacciones entre las comunidades y la naturaleza (Maffi, 2000; Nabhan & Antoine, 1993; Wolff & Medin, 2001).

Frente a ello, Ingold (200) plantea la perspectiva del habitar, según la cual el entorno no es un objeto externo, sino parte constitutiva de la vida cotidiana. Los niños y niñas aprenden a través de experiencias sensoriales y prácticas ligadas al paisaje, un planteamiento que coincide con los aportes de Gutiérrez (2022) y Neva (2020), quienes subrayan la relevancia de los aprendizajes situados y comunitarios en la construcción del conocimiento ambiental infantil.

Ingold cuestiona la visión dominante en la antropología y en las ciencias sociales que concibe la percepción como un proceso meramente mental, mediado por representaciones culturales. En lugar de entender la percepción como un reflejo de una construcción cultural del mundo, propone un enfoque fenomenológico inspirado en Gibson, donde percibir es estar en relación directa con el entorno a través de la práctica y la experiencia vivida.

El autor sostiene que las personas no “construyen” mentalmente el mundo natural desde una distancia, sino que lo habitan y lo conocen a través de su interacción cotidiana. De ahí surge el concepto de *dwelling perspective* (perspectiva de habitar), en contraste con la *building perspective* (perspectiva de construir). En la *building perspective*, el mundo se entiende como algo externo que debe ser representado, codificado y luego habitado. Por el contrario, en la perspectiva *dwelling perspective*, la cultura y el conocimiento emergen de la práctica directa de vivir en el mundo: caminar, cazar, cultivar, escuchar, observar, narrar.

Así, la percepción del ambiente es inseparable de la acción, de las historias de vida y de los modos en que las personas se relacionan con el lugar. La cultura, entonces, no es un filtro que distorsiona un mundo “objetivo”, sino un conjunto de formas de habitar y de relacionarse con el entorno.

En consecuencia, Ingold argumenta que estudiar la percepción ambiental requiere atender a las prácticas cotidianas, las habilidades corporales, los sentidos y las narrativas mediante las cuales las comunidades producen significados sobre su entorno. Como advierte Chawla (2007), “sin experiencias directas y significativas con la naturaleza, difícilmente puede esperarse una percepción ecológica profunda”.

En este proceso, la naturaleza también se convierte en un referente identitario. Proshansky (1983) desarrolla el concepto de identidad de lugar, que explica cómo los espacios significativos (bosques, ríos, montañas) forman parte de la memoria y la autopercepción de los sujetos, especialmente en la infancia. En un sentido similar, Márquez (2022) enfatiza que los vínculos de apego con la naturaleza se integran a la biografía personal y colectiva, otorgando sentido de pertenencia al territorio.

Por último, diversos enfoques resaltan la dimensión afectiva y ética de esta relación. Milton (2002) habla de una ecología de las emociones, donde sentimientos como el asombro, la empatía o el cuidado median el vínculo humano con el entorno natural. Desde el ecofeminismo, Shiva (2008) amplía esta mirada mostrando cómo las prácticas de cuidado y sensibilidad hacia la naturaleza, presentes en mujeres representan un horizonte de reciprocidad y defensa de la vida.

En síntesis, los planteamientos de los autores citados convergen en cuatro ejes centrales: la preocupación por la desconexión con la naturaleza, la relevancia de la experiencia vivida y sensorial, la construcción de identidad territorial y la dimensión afectiva del cuidado. Estos enfoques permiten entender que la percepción infantil de la naturaleza no se reduce a un saber racional, sino que integra emociones, memoria, cuerpo y territorio.

3. Metodología

La ecolingüística busca comprender cómo los niños y niñas nombran, piensan, sienten y narran la naturaleza, considerando factores culturales, lingüísticos y educativos. En particular, la lingüística ecosistémica estudia en el lenguaje todo aquello que puede ser explicado naturalmente, a partir del concepto de ecosistema y de sus propiedades (Couto, 2019, p.146). La base de la lingüística ecosistémica se encuentra en las interrelaciones establecidas por los miembros de una comunidad, en su convivencia y en el ambiente del que forman parte (Couto, 2012). Desde esta perspectiva, el territorio permite explorar cómo las personas de un “lugar” dan sentido al mundo natural: lo que piensan, sienten, hacen, saben y, sobre todo, lo que expresan en diferentes lenguajes acerca de su experiencia.

Para fines de este estudio, la indagación de las percepciones de niños y niñas de 9 a 11 años se realizó tomando en cuenta las características del territorio (ecosistemas), el lenguaje gráfico, el lenguaje oral y el lenguaje escrito. Las técnicas de recolección de información fueron los mapas parlantes, la encuesta y las pláticas libres. Entre ellas, los mapas parlantes resultaron ser la herramienta más valiosa para comprender las percepciones infantiles.

Tradicionalmente la interpretación de los mapas parlantes ha sido atribuida específicamente al campo de la psicología, debido a que aprovechan y estimulan diversas funciones cognitivas y emocionales en el desarrollo de un niño. Además, permite entender mejor cómo los niños niñas procesan información, organizan sus ideas y expresan su mundo interno.

En el contexto del desarrollo rural, han sido ampliamente utilizadas en el rescate del saber local, sobre todo en lo que respecta al territorio y los recursos naturales. Esta técnica consiste en lograr el dibujo de un mapa del área específica de estudio. Cox (1996) subraya que el objetivo metodológico de los mapas parlantes es recoger de manera gráfica la percepción de las personas y grupos participantes sobre su medio ambiente físico natural donde viven.

La percepción ambiental infantil desde la antropología destaca que los niños y niñas son agentes sociales que aprenden a percibir su entorno en función de las normas, valores y cosmovisiones propias de su contexto cultural (Lancy, 2014). Esta percepción se desarrolla mediante el juego, la narración oral, la imitación de adultos y la exploración sensorial del entorno, lo que genera un conocimiento situado y simbólico del espacio. Retomando lo dicho por Ingold (2000), la percepción del ambiente no es una representación mental abstracta, sino una práctica encarnada, en la que los niños y niñas “aprenden el mundo caminándolo”, en interacción constante con paisajes, plantas, animales, personas y otros elementos que están en el entorno natural.

Así, la “construcción” del territorio en la infancia no es sólo física, sino también afectiva y simbólica, como se observa en contextos rurales o indígenas donde los niños y niñas otorgan significado a los elementos del paisaje a partir de su utilidad, su historia o su rol espiritual (Berkes, 2008). En suma, el aporte de la antropología es la comprensión compleja y relacional de la percepción ambiental, reconociendo la diversidad cultural en la manera en que los niños y niñas conocen y habitan el mundo natural.

En nuestro caso, el material iconográfico permitió explorar cómo los niños y niñas expresan el entorno natural en el que viven y cuáles son los elementos significativos para ellos, muchos de los cuales difícilmente se expresarían con el lenguaje escrito. Los mapas parlantes, vistos desde la antropología, se convierten así en valiosos documentos etnográficos que permiten acceder a las complejas construcciones culturales del espacio, el tiempo y las relaciones sociales desde la mirada infantil, contribuyendo a una comprensión más profunda de sus mundos vividos.

Por otra parte, la encuesta fue diseñada para recoger información sobre los conocimientos de los niños y niñas acerca de su entorno natural, como los nombres de especies de animales y plantas y los nombres de los lugares del paisaje local. Asimismo, incluyó preguntas sobre las formas y experiencias de contacto con la naturaleza. Finalmente, las pláticas libres, aunque menos

frecuentes, resultaron útiles para recoger comentarios y descripciones de los propios niños y niñas sobre sus mapas parlantes.

4. Caracterización del contexto

- Selección de la población

Para la selección de participantes se optó por un muestreo intencional o de conveniencia, entendido como aquel en el que se eligen lugares y sujetos accesibles y con predisposición para participar en la investigación (Robledo, 2005, p. 89). Los criterios considerados fueron tres:

- **El territorio y las características del ecosistema ambiental** en el que se encontraban las unidades educativas, ubicadas en Valles Mesotérmicos, Selva Tropical y Amazonía.
- **La predisposición de la comunidad educativa** para colaborar con el estudio.
- **La edad de los niños y niñas**, comprendida entre 9 y 11 años y cursando el 5.º de primaria.

La elección de este rango de edad se basó en investigaciones que muestran que los mayores niveles de conexión con la naturaleza se observan en la infancia temprana, entre los 3 y 12 años, y que dicha conexión tiende a disminuir gradualmente en la adolescencia, posiblemente debido a las presiones de construcción de identidad social. Asimismo, estudios previos han identificado diferencias significativas de género, señalando un mayor grado de conexión en las niñas que en los niños (Bolzan de Campos et al., 2014; Bonilla, 2017).

Población participante por unidades educativas y ecosistemas ambientales

Unidad educativa	Ecosistema ambiental	No. de estudiantes	Código
Ingavi	Selva tropical	16	IN
Mariano Saucedo	Valles mesotérmicos	18	SU
Ibiato	Amazonía	19	IB
Población total 53 niños y niñas			

Imagen 1. “Autora”

En los tres ecosistemas analizados, un rasgo común es la presencia de biodiversidad y vegetación en el paisaje. No obstante, cada uno presenta particularidades propias. La selección de las comunidades campesinas y de sus respectivos ecosistemas respondió al propósito de indagar las

percepciones de niños y niñas tomando en cuenta el lugar que habitan y las particularidades culturales y lingüísticas.

- *Contexto ambiental de las unidades educativas*

Valles Mesotérmicos (SU)

La unidad educativa se encuentra en la ciudad intermedia de Comarapa, parte de los Valles Mesotérmicos de Santa Cruz. Esta región se extiende en una franja de norte a sur del país, ubicada entre la cordillera de los Andes y las tierras bajas, a una altitud que oscila entre los 1.200 y 2.000 msnm. Su clima es mediterráneo y subtropical, lo que favorece una abundante producción de hortalizas y frutales destinados principalmente al mercado. Además de las áreas de cultivo, que ocupan gran parte del territorio, el paisaje conserva bosques de pinos, cedros y diversas especies arbustivas nativas. La mayoría de los agricultores reside en la zona urbana. En el ámbito educativo, la unidad educativa ofrece formación en los niveles de primaria y secundaria.

Trópico (IN)

La unidad educativa está situada en un pequeño poblado del municipio de Villa Tunari, en plena Selva Tropical caracterizada por su alta biodiversidad. La altitud promedio es de 300 msnm y el clima se distingue por ser caluroso y lluvioso. El municipio cuenta con un amplio potencial para la producción piscícola y agrícola, debido a las características de sus suelos y aguas. La crianza de peces es una actividad relevante para las familias campesinas. Asimismo, existen áreas destinadas a la producción frutícola, en particular de banana para la exportación. La unidad educativa ofrece únicamente el nivel primario, por lo que los niños y niñas deben trasladarse a centros poblados más grandes para continuar con la educación secundaria.

Amazonía (IB)

En Bolivia, la Amazonía constituye un complejo sistema natural de gran biodiversidad, caracterizado principalmente por sus bosques tropicales húmedos. Este ecosistema alberga una amplia variedad de vida silvestre, incluyendo especies de plantas, animales y microorganismos únicos. Asimismo, concentra una gran diversidad cultural, ya que en esta región habitan alrededor de 30 pueblos indígenas. La unidad educativa de Ibiato se encuentra en una pequeña población perteneciente al territorio del pueblo indígena Siriono. Las familias desarrollan actividades de auto subsistencia como la recolección de frutos del bosque, la cosecha de miel silvestre, la caza, la pesca y, en menor escala, la agricultura. La unidad educativa ofrece únicamente el nivel primario; sin

embargo, debido a las limitaciones económicas, muchos niños y niñas no logran completar su escolaridad.

Un aspecto relevante a destacar es el fenómeno de la movilidad humana. En los casos del trópico y de los Valles Mesotérmicos, estos territorios pueden considerarse escenarios multiculturales. Las actividades agrícolas orientadas al mercado, la disponibilidad de recursos productivos y la cercanía de carreteras han convertido a estas zonas en destinos atractivos para familias migrantes provenientes de tierras altas, principalmente quechuas y aimaras (Neva, 2020). En este sentido, el territorio se configura como un espacio de interacción comunicativa entre personas de diferentes culturas.

Las poblaciones que forman parte de este estudio presentan rasgos culturales particulares y se distinguen por sus cosmovisiones, saberes y prácticas de convivencia con el entorno natural. Asimismo, en estos tres contextos se observa un paisaje sociolingüístico diverso. En algunos casos existe mayor vitalidad de las lenguas indígenas locales; sin embargo, de manera general, las familias son bilingües o monolingües castellano-hablantes. En los niños y niñas se evidencia una tendencia marcada hacia el monolingüismo en castellano, debido a distintos factores: las decisiones de los padres de familia, el escaso uso de la lengua en el ámbito familiar y la influencia de la educación escolarizada. En el territorio Siriono, el uso de la lengua indígena entre los niños y niñas se encuentra en un proceso de desplazamiento acelerado.

5. Resultados

5.1 Elementos del entorno natural significativos para los niños y niñas

En este apartado describimos los aspectos de la naturaleza que capturan la atención y el interés de los niños y niñas y son plasmados en los mapas parlantes. Para la interpretación de los dibujos se definió tres categorías: a) elementos bióticos, que integran a todos los seres vivos del ecosistema (humanos, plantas y animales), b) elementos abióticos, son todos los componentes que determinan el espacio físico o biotopo donde viven, se alimentan, se relacionan y se reproducen los seres vivos (suelos, montañas, ríos, astros) y c) los elementos artificiales, son aquellos elaborados por el hombre, haciendo uso de materiales que se encuentran en la naturaleza. (Márquez, 2022)¹

a) Elementos bióticos

¹ Otros autores definen los suelos, montañas, ríos, astros como parte de los elementos bióticos. En nuestro estudio decidimos separar en tres grupos siguiendo a las argumentaciones realizadas por Campos (2022)

ECO-REBEL

Entre los elementos bióticos, un aspecto que sobresale en los dibujos de los niños y niñas es la ausencia de la figura humana. De un total de 53 mapas parlantes, solo en 9 aparecen personas (adultos, niños o niñas), en su mayoría varones. En pocos casos la presencia humana está asociada a una actividad; únicamente en un dibujo se representa a una persona pescando en el río. Esta escasa aparición del ser humano podría reflejar el imaginario infantil en torno a la separación entre los seres humanos y la naturaleza y una visión antropocéntrica. (Stibe, 2015)

Frecuencia de elementos bióticos

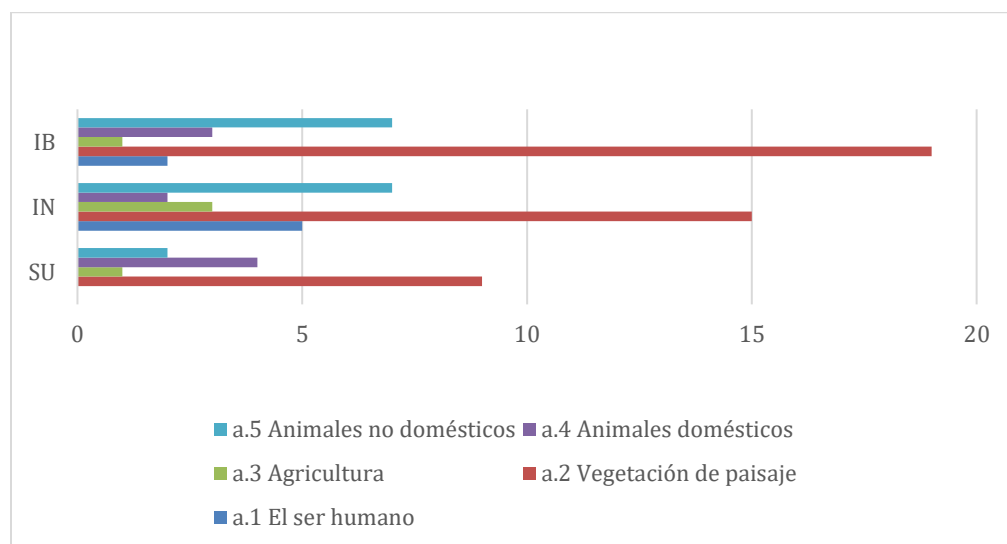


Imagen 2. “Autora”

El gráfico 2 muestra que, el territorio y las representaciones de árboles, arbustos y flores, son componentes muy importantes para los niños y niñas, pues en casi todos los dibujos existe al menos un árbol. En algunos dibujos de SU se observan árboles con abundantes frutos, esto debido a la vocación productiva del lugar. Asimismo, en los dibujos realizados por niñas sobresalen las flores y también más detalles sobre el paisaje. Este dato evidencia que las mujeres tienen mayor sensibilidad en su contacto con la naturaleza. (Shiva, 2008)

Percepción de una niña sobre su entorno natural

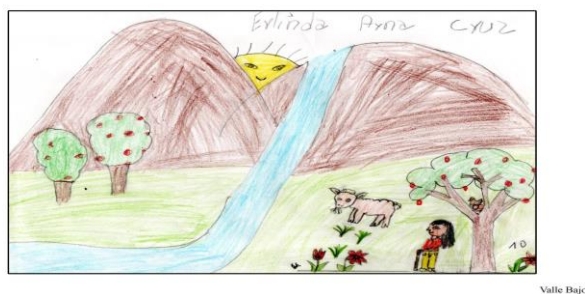


Imagen 3. “Niña de los Valles Mesotérmicos (SU)”.

Interpretación: “Está es mi huerta, hay manzanas en los árboles, mi chivito está comiendo pasto. En el árbol hay un nido de pajaritos”.

El siguiente dibujo es de un niño de SU, que representa la biodiversidad de árboles y montañas que forman parte del paisaje.

Percepción de un niño sobre biodiversidad en el paisaje



Imagen 4. “Niño de los Valles Mesotérmicos (SU)”.

Interpretación: “Allá.... hay árboles grandes y pequeños, son bonitos. Donde hay más árboles viven dice algunos animalitos”.

En general, son pocos los dibujos que incluyen representaciones de cultivos o predios agrícolas, a pesar de que en los tres ecosistemas estudiados la agricultura constituye una práctica. Esto podría deberse a que los niños y niñas participan cada vez menos en las labores agrícolas junto a sus familias, ya que gran parte de su tiempo se destina a otras actividades.

Otra explicación posible es que, desde su propia subjetividad, los niños y niñas no consideren esta actividad como relevante, pues en sus familias está muy presente el deseo de migrar en busca de mejores condiciones de vida. En ese horizonte, los niños y niñas comparten estas expectativas, valorando el mundo urbano como referente de “una vida mejor”. En consecuencia, algunos elementos de su entorno natural pierden centralidad en sus representaciones, a diferencia de aquellos que los atraen y que se vinculan directamente con sus aspiraciones.

En cuanto a la frecuencia de representaciones de animales no domésticos, en los dibujos de IN e IB predominan las bandadas de aves y otros seres propios de la selva, como víboras y loros, aunque en menor proporción. En general, la presencia de animales domésticos, como perros y gatos, es escasa. Esto podría indicar que las mascotas han dejado de ocupar un lugar central en el imaginario infantil o que, progresivamente, están perdiendo relevancia en su vida cotidiana.

b) Elementos abióticos

Entre los elementos abióticos (suelos, montañas, ríos, astros), algo que resalta es que en Ibiato (IB), tratándose de una microregión selvática, los niños y niñas le dan mucha importancia a las nubes y a la lluvia. De igual manera, en IN, ubicada en una zona tropical, en muchos dibujos existen representaciones de ríos, visto que, por el territorio de esta comunidad pasa un río caudaloso que suministra agua a estanques construidos para la crianza de peces.

Frecuencia de elementos abióticos

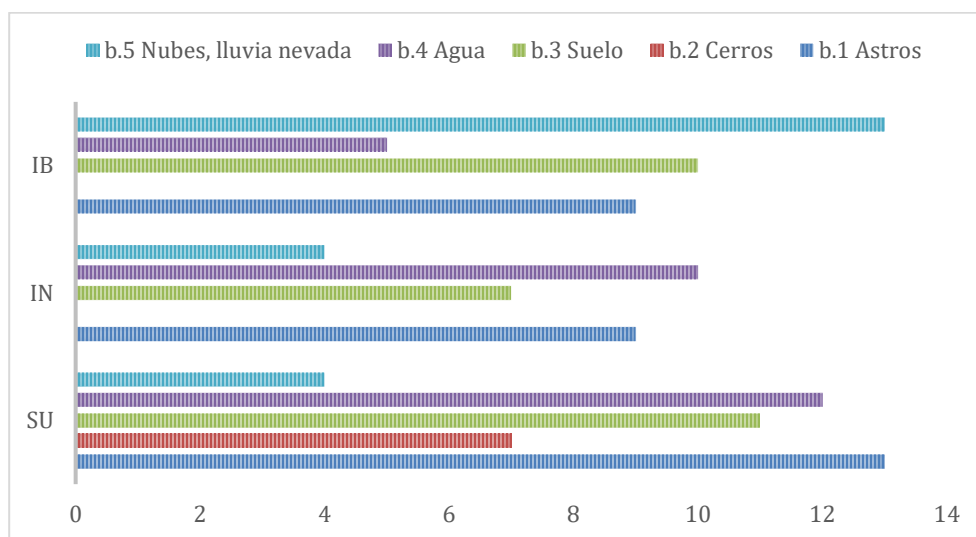


Imagen 5. “Autora”

El gráfico 4 muestra que otro elemento recurrente en los dibujos es el suelo, el cual simboliza el territorio y la superficie del paisaje. Asimismo, el sol aparece como un componente central para los niños y niñas. Según la interpretación de sus representaciones, lo dibujan porque “el sol calienta el ambiente”, “el sol da luz en el día” y “el sol es alegría”. Estos hallazgos coinciden con lo planteado por Lancy (2014), quien señala que los niños y niñas aprenden a percibir su entorno en función de sus afectos y de las cosmovisiones propios de su contexto cultural.

c) Elementos artificiales

En los tres casos, la vivienda aparece representada en la mayoría de los dibujos. En algunos de ellos, las construcciones ocupan incluso el primer plano del paisaje y superan en proporción a otros elementos. Haciendo una comparación, no se observan diferencias significativas en la frecuencia ni en los tipos de vivienda representados. Como tendencia, parece existir un patrón dominante que, en cierta medida, no refleja las características propias de las viviendas típicas de cada región, como las de la Amazonía. Esta uniformidad podría explicarse por la influencia de la escuela y de los medios de comunicación, ya que muchos elementos del paisaje representados por los niños y niñas responden más a construcciones mediáticas que a experiencias directas del entorno.

Frecuencia de elementos artificiales

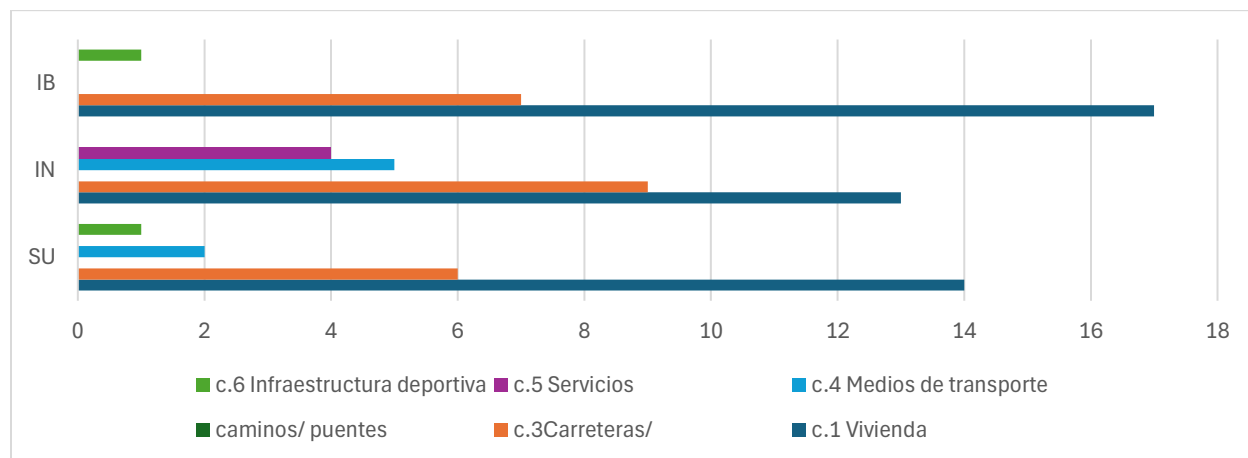


Imagen 6. “Autora”

En comunidades campesinas con tendencia al nucleamiento urbano o próximas a ciudades intermedias, como en IN y SU, donde atraviesan carreteras troncales, este elemento ocupa un lugar central en los dibujos de los niños. Su relevancia podría interpretarse como un reflejo de cómo

perciben la conectividad, la modernidad y las oportunidades vinculadas al mundo urbano, influyendo en la manera en que construyen simbólicamente su paisaje y jerarquizan los elementos que consideran significativos en su entorno cotidiano.

Representaciones de carreteras en los Valles Mesotérmicos y en el Trópico

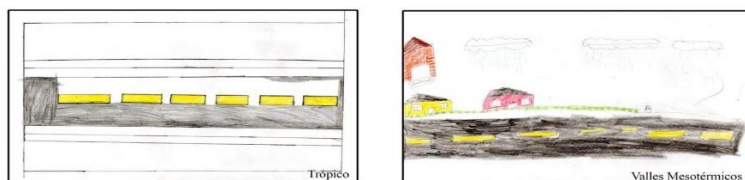


Imagen 7. “Niño de IN y niño de SU”

Interpretación del autor del dibujo: Por esta carretera pasan las flotas (buses), van a Cochabamba (nombre de ciudad). Mi papá se ha ido ahí a trabajar, nos dijo que cuando vuelva nos llevará, a mí, a mis hermanitos y a mi mamá, solo mi abuelita se quedará. (Niño de SU)

De manera similar, en las zonas con mayor nucleamiento urbano aparecen en los dibujos representaciones de antenas de televisión, wifi y tendido de cables eléctricos. En contraste, la infraestructura deportiva casi no está presente: solo en 2 de los 53 dibujos se incluyen canchas de fútbol. Esta ausencia podría interpretarse como un reflejo de la pérdida de prácticas deportivas y de actividades al aire libre, desplazadas progresivamente por otros intereses y referentes ligados al mundo urbano y digital.

5.1.1 El contacto con la naturaleza: Cualidades sensoriales

Retomando las ideas de Lancy (2014), las percepciones de los niños y niñas se configuran a partir de un vínculo perceptivo y afectivo profundo con los componentes físicos del paisaje. Entre las cualidades sensoriales que los niños y niñas asocian con su entorno natural, en sus narrativas se identificaron tres dimensiones principales, vinculadas a distintos componentes:

- a) *Cualidades táctiles*: caminar por el bosque (1), subir a una montaña (2), trepar un árbol (3), bañarse en un río (4).
- b) *Cualidades auditivas*: escuchar el canto de los pájaros y otros animales del entorno natural

(5)

c) Cualidades *visuales*: contemplar las estrellas, la luna, el Sol (6).**Gráfico 5***Contacto con la naturaleza: frecuencias de cualidades sensoriales*

SR (sin respuesta), B=Nunca; A=SI.

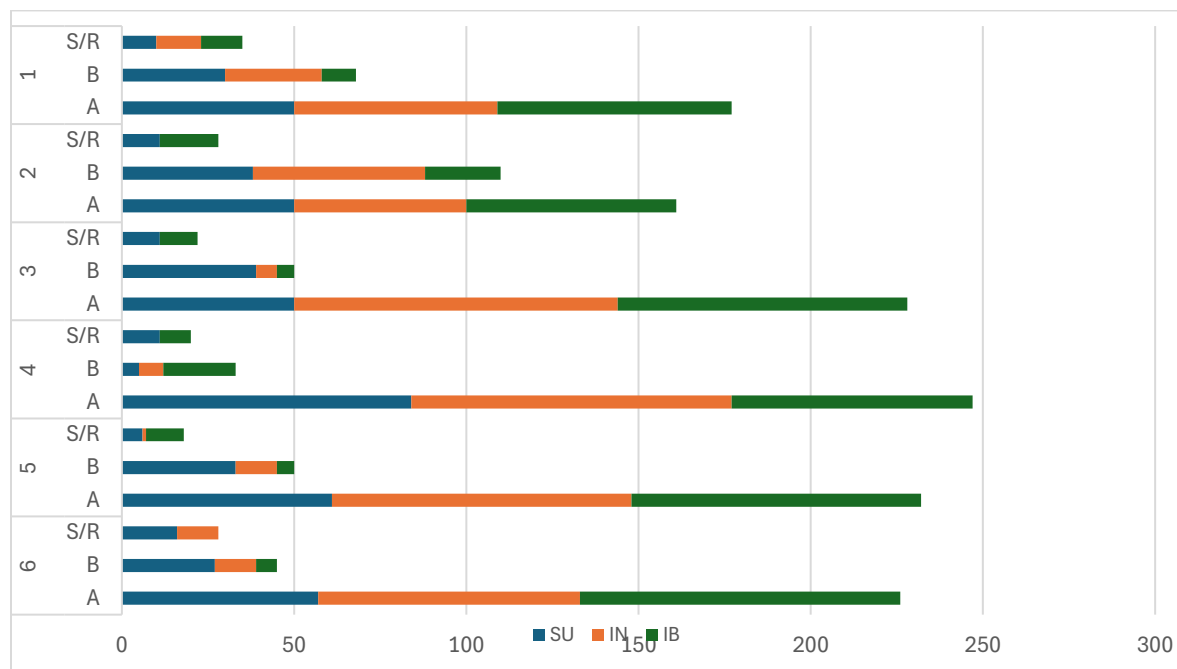


Imagen 8. “Autora”

a) Cualidades táctiles: La experiencia de caminar por el bosque o recorrer otros predios del entorno natural se observa con frecuencia similar en los tres casos, aunque en IB es relativamente mayor, posiblemente porque los niños y niñas acuden cotidianamente al bosque con sus padres para recolectar frutos, cazar o pescar. En cuanto a la experiencia de escalar montañas, en SU y BI la frecuencia de respuestas positivas es baja, dado que en estos territorios solo existen montañas bajas dispersas en medio del bosque. En contraste, en IN, aunque no hay montañas locales, los niños y niñas viven estas experiencias en otros territorios; en muchos casos, sus padres, migrantes de tierras altas, los llevan temporalmente a sus lugares de origen. Este hallazgo evidencia la noción de “territorios móviles” en las experiencias de contacto con la naturaleza, mostrando cómo el territorio moldea las percepciones de los niños y niñas sobre su entorno natural.

Trepar árboles es una actividad habitual en los tres casos; los niños y niñas aprenden desde temprana edad a escalar con el fin de recoger frutos. Sin embargo, en SU la frecuencia de

esta actividad es menor, posiblemente porque sus familias residen mayormente en el poblado y los niños y niñas dedican su tiempo a otras actividades al interior de sus domicilios. Además, gran parte del territorio está ocupado por cultivos. (hortalizas y frutales), no así por especies arbustivas.

De igual manera, la disponibilidad de fuentes de agua en el territorio propicia la práctica de la natación en ríos y estanques; los niños y niñas de IN e IB presentan una mayor frecuencia positiva en estas experiencias, dado que en sus territorios existen diversos ríos y estanques que facilitan esta práctica. Finalmente, los niños de la comunidad IB e IN muestran mayor sensibilidad y conexión con la naturaleza, ya que pueden escuchar el canto de los pájaros y de otros animales que habitan en el bosque.

b) Cualidades auditivas: La experiencia de escuchar el canto de los pájaros y de otros animales propios del entorno natural presenta una alta frecuencia positiva en IN e IB. Esto podría explicarse por la mayor biodiversidad de animales que caracteriza a ambos ecosistemas. Además, los niños y niñas de estas comunidades participan con mayor frecuencia en las actividades que sus padres realizan en espacios abiertos, lo que favorece un contacto directo con los sonidos de la naturaleza.

c) Cualidades visuales: De acuerdo con el Gráfico 7, la contemplación de la luna, las estrellas o la puesta del sol presenta una alta frecuencia positiva en IB e IN, por las razones ya señaladas. Cabe resaltar que la contemplación de la naturaleza no constituye únicamente un acto de admiración estética; para los niños y niñas que participan en actividades familiares como la agricultura, la caza o la pesca, resulta fundamental mantener una atención constante al acontecer natural, por ejemplo, a las fases de la luna.

En suma, los datos del Gráfico 7 muestran que, en los tres casos, las respuestas positivas en todas las cualidades sensoriales presentan frecuencias altas. Sin embargo, también es necesario considerar las respuestas negativas, es decir, aquellas actividades que los niños y niñas nunca tuvieron la oportunidad de experimentar. Estas se registran con mayor frecuencia en SU e IN. Una posible explicación radica en la presencia de poblaciones migrantes, la tendencia al nucleamiento urbano y la orientación de la producción agrícola y piscícola hacia el mercado, factores que restringen el desarrollo de dichas experiencias en los niños y niñas.

Asimismo, las condiciones biogeográficas del territorio pueden constituir un factor determinante; por ejemplo, en IN algunos ríos cercanos a las viviendas son caudalosos y peligrosos, lo que limita el contacto directo con ellos. Finalmente, resulta innegable la influencia de los medios de comunicación y de la tecnología digital, que favorecen el encierro doméstico y reducen las actividades al aire libre y en contacto con la naturaleza. Esta situación se relaciona con lo que Louv (2005) denomina “déficit de atención a la naturaleza”, fenómeno que puede ser entendido como un síntoma del proceso de “extinción de la experiencia”. (Pyle, 1993; Maffi, 2000)

5.2 Emociones y sentimientos que los niños experimentan en relación con la naturaleza

En cuanto a la conexión emocional que los niños y niñas establecen con la naturaleza, se identificaron dos dimensiones principales: a) los sentimientos hacia la naturaleza y b) la preocupación por la salud del entorno natural. Con relación a la primera dimensión, a continuación, se presentan algunas frases expresadas por los niños, organizadas en tres categorías:

a) La Naturaleza como madre / ser vivo / con agencia

- (1) “La Pachamama es nuestra madre porque nos cuida a todos”. (SU)
- (2) “La naturaleza es para mí algo muy bonito y un ser vivo”. (IN)
- (3) “Mi papá dice que el monte (selva) tiene su dueña, ella no permite que las personas corten muchos palos (árboles)”. (IB)

b) Belleza y aprecio estético

- (5) “Para mí la naturaleza es la primavera”. (SU)
- (7) “Es hermoso, hay aire y animales”. (IB)
- (8) “Me hace feliz por su belleza”. (IN)

Las expresiones de los niños y niñas ponen de manifiesto una cosmovisión biocéntrica, en la que la naturaleza es concebida como un ser vivo y protector, comparable a una madre que cuida de sus hijos. Esta representación desafía los marcos antropocéntricos, al situar al ser humano no como centro del universo, sino como parte de un entramado vital compartido con otros seres. Al mismo tiempo, las frases evidencian la dimensión afectiva de esta relación, en tanto se articulan en torno a sentimientos de respeto, cuidado y admiración hacia la naturaleza, lo que revela la existencia de un vínculo ético y emocional que trasciende la mera utilidad de la naturaleza como recurso. Esta perspectiva coincide con la señalada por Berkes (2008, p. 9).

Si bien en gran parte de las expresiones infantiles predomina una cosmovisión biocéntrica, en la que la naturaleza se concibe como un ser vivo con agencia, también emergen discursos de corte antropocéntrico. En este sentido, las frases agrupadas en la categoría c) muestran a la naturaleza situada principalmente al servicio del ser humano, lo que contrasta con la perspectiva relacional y de respeto señalada anteriormente. Asimismo, en una de estas expresiones se advierten nociones influenciadas por el ámbito escolar, evidentes en el uso de categorías como “*planeta, recursos naturales, flora, fauna*”, que reflejan la incorporación de un lenguaje más técnico y académico en la manera de nombrar la naturaleza.

c) La Naturaleza como fuente de recursos

“La naturaleza nos da alimentos”. (SU)

“Es medio de vida para animales y personas”. (IN)

“Es lo que nos da el aire y los vegetales”. (SU)

“La naturaleza en un planeta muy hermoso con flora y fauna”. (SU)

Con relación a la segunda dimensión, referida a la salud y la preocupación por el entorno natural, los datos muestran que los niños y niñas identifican distintos factores que amenazan su entorno. El gráfico 9 evidencia que la basura ocupa el primer lugar en los tres ecosistemas, con mayor incidencia en SU. Esta tendencia podría explicarse por la presencia de un núcleo urbano y su estrecha vinculación con el mercado agrícola, factores que generan una mayor acumulación de desechos.

La reiterada mención de este problema revela que los niños y niñas perciben la basura como un elemento predominante en el paisaje (sobre todo desechos plásticos) y como una amenaza concreta para la biodiversidad. Esta percepción evidencia una sensibilidad ambiental orientada al cuidado y la preservación de su entorno inmediato.

En IB, una comunidad amazónica, los incendios forestales constituyen otro motivo de preocupación relevante para los niños y niñas. En los últimos años, Bolivia ha registrado incendios de gran magnitud, con un promedio de 54 % de la superficie quemada anualmente, que han devastado millones de hectáreas de bosques, provocando daños ambientales y sociales significativos. Esta situación es particularmente crítica en el departamento del Beni, donde se encuentra el territorio del pueblo indígena Siriono. A estos riesgos se suma la contaminación del aire, del agua y la pérdida de la biodiversidad, factores que intensifican la percepción de vulnerabilidad infantil frente al deterioro de su entorno natural.

En SU, por su parte, la preocupación se centra en la extinción y el maltrato de los animales, así como en la tala de árboles, problemas que pueden estar relacionados con la creciente migración externa y la habilitación de nuevas áreas de cultivo. Estos elementos ponen de relieve la percepción de los niños y niñas sobre las amenazas directas a la biodiversidad local.

Frecuencias sobre los problemas ambientales

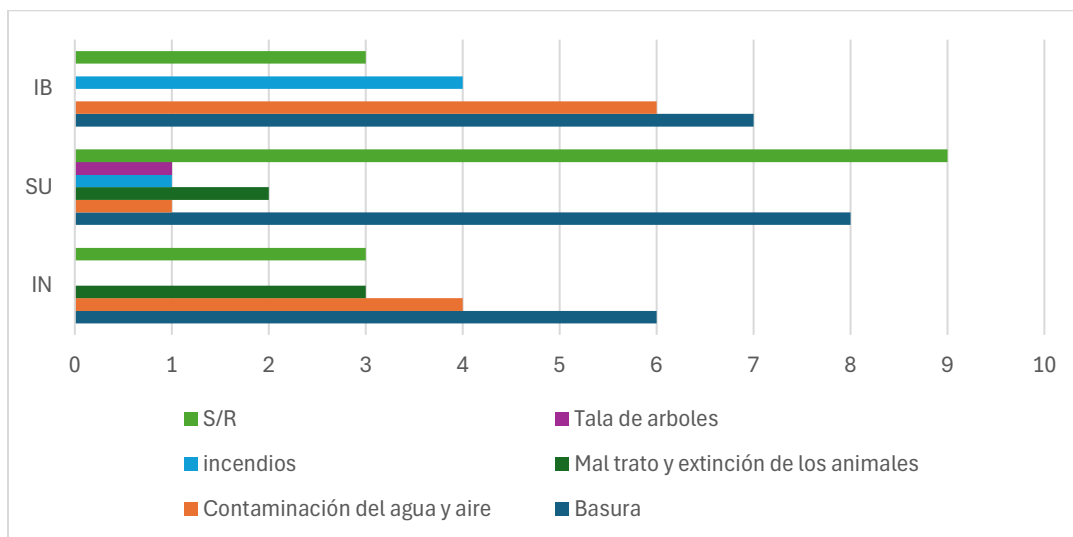


Imagen 9. “Autora”

Sin embargo, el gráfico 9 muestra que las preguntas sin respuesta (SR) presentan alta frecuencia en los tres ecosistemas, especialmente en SU, lo que podría indicar que el proceso de desconexión de los niños y niñas con la naturaleza influye en su capacidad para identificar y valorar los problemas ambientales.

4.4 Vocabulario de niños y niñas sobre su entorno natural

A través de un registro escrito se recopiló información sobre los conocimientos que los niños y niñas poseen acerca de distintos elementos del entorno natural, como árboles, plantas, animales y lugares característicos del paisaje local. El amplio repertorio léxico documentado, sobre todo en IB, no solo refleja un conocimiento del paisaje, sino también las formas en que el lenguaje media la relación cognitiva y afectiva con la naturaleza. Esta riqueza de vocabulario muestra que los

niños y niñas no solo identifican, nombran y clasifican los elementos de su entorno, sino que también, a través de las palabras, crean vínculos de interacción con el mundo natural que los rodea.

Vocabulario sobre el entorno natural

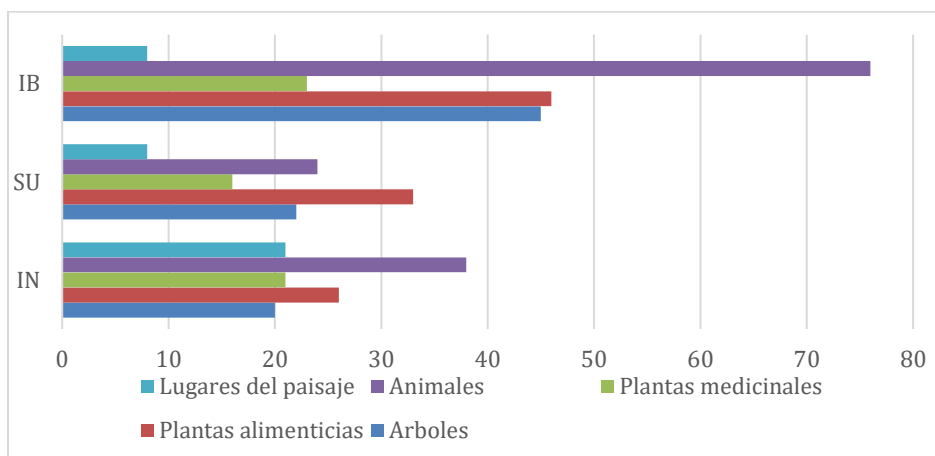


Imagen 10. “Autora”

Nombres de árboles

En los tres casos analizados destacan los nombres de árboles que conforman el paisaje local, algunos de ellos correspondientes a especies endémicas, como ciertas variedades maderables de la Amazonía. El mayor número de especies registradas se observa en IB, con 48 variedades, lo que refleja tanto la alta biodiversidad de la selva amazónica como la capacidad de los niños y niñas para reconocer y nombrar estas especies a partir de sus experiencias y de la transmisión de saberes por parte de sus familias. En contraste, en SU se registraron únicamente 13 especies, situación que podría relacionarse con la expansión de la frontera agrícola y la consecuente reducción de áreas boscosas.

Cabe señalar que algunos nombres registrados no corresponden estrictamente a árboles, sino a arbustos o plantas de menor porte, lo que podría interpretarse como un indicio de pérdida de conocimientos específicos y de la dificultad para distinguir entre diferentes categorías vegetales. Asimismo, aparecen nombres de árboles frutales que no son propios de la región, pero que forman parte de la dieta infantil, evidenciando que, aunque los niños y niñas no siempre reconocen el origen geográfico de ciertas especies, integran su experiencia de consumo al repertorio de nombres que utilizan para describir su entorno natural.

Nombres de plantas medicinales

En la encuesta aplicada, los niños y niñas registraron una cantidad considerable de plantas medicinales presentes en sus comunidades, aunque algunos manifestaron un conocimiento limitado o incluso desconocimiento sobre ellas. En IB se identificaron 24 especies, y durante las conversaciones abiertas se constató que, si bien algunos niños y niñas no recuerdan con exactitud los nombres, sí describen detalladamente sus usos para determinadas patologías, los lugares donde crecen y las épocas de cosecha, lo que refleja la vigencia y transmisión de la medicina tradicional en la población. En contraste, en SU se registró un número menor de especies que en IN, posiblemente relacionado con el proceso de nucleamiento urbano, que ha incentivado a muchas familias a recurrir a la medicina convencional. Cabe señalar, además, que en las listas aparecen de manera reiterada nombres de árboles y frutas con propiedades medicinales, lo que evidencia la integración de la experiencia alimentaria y la práctica medicinal en el conocimiento infantil del entorno natural.

Nombres de plantas alimenticias

En general, los niños y niñas presentan un amplio repertorio de nombres de plantas alimenticias propias de su entorno. En IB se registraron 35 especies, reflejo de la abundancia de “alimentos silvestres” que la selva amazónica ofrece, tanto recolectados como cultivados. En contraste, en SU se identificaron únicamente 26 especies, principalmente frutas, hortalizas y tubérculos destinados al mercado. Los Valles Mesotérmicos se caracterizan por la producción de fresas, manzanas, chirimoyas y tomates, y aunque los niños y niñas participan poco en las actividades agrícolas, reconocen los nombres de las plantas gracias a su involucramiento en la comercialización de los productos.

Un aspecto particularmente relevante es la manera en que algunos niños y niñas de IB conciben la naturaleza. En su lógica no existe una fragmentación de las especies según su utilidad, sino que todos los seres forman parte de un mismo hábitat: “Todos son seres que habitan en el monte”. Al respecto, un niño señaló: “La miel es para comer y también es medicinal, cosechamos en el bosque; las colmenas de las abejas silvestres están en los árboles”. Estas afirmaciones evidencian una comprensión integrada y relacional del entorno, en la que los componentes no se perciben como categorías rígidas, sino interconectadas al interior del bosque, reflejando una visión ecológica profunda y un conocimiento basado en la experiencia práctica.

Nombres de animales

De igual forma, los conocimientos de los niños y niñas sobre las diferentes especies de animales que existen en cada lugar son vastos. En los tres casos, el 85% de los niños y niñas logró registrar entre 6 a 12 nombres de especies. En IB figuran mayormente nombres de peces, aves (pájaro, loros), mamíferos, serpientes y otros animales que habitan el monte, y que los niños y niñas tuvieron la oportunidad de verlos al participar en la caza y la pesca junto a sus padres. En total registraron 55 diferentes nombres de animales, de los cuales muy pocos son nombres de animales domésticos, predominan nombres de animales de caza, pesca. Por ejemplo, registraron 15 nombres de peces. Este dato coincide con las representaciones iconográficas.

Un detalle en IB, es que la mayoría de los nombres de animales están en lengua siriono, lo cual puede ser una evidencia que la percepción de los niños y niñas sobre el medio ambiente natural está ligada a la vitalidad de su lengua materna.

En los casos de SU e IN, en la lista se ha encontrado algunos nombres de animales que no forman parte del ecosistema, por ejemplo, elefante. En estos casos podemos decir que la familia no es la única institución que influye en los imaginarios de los niños y niñas. También es determinante el papel de la escuela y los medios de comunicación como instituciones socializadoras (Bonilla & Guasch, 2018). Hoy en día, el acceso a las tecnologías digitales (internet, redes sociales, video juegos) están conduciendo a los niños a transitar y tener experiencias en otro tipo de territorios, los “territorios digitales”.

Nombres de lugares del paisaje

Para saber acerca del reconocimiento que hacen los niños y niñas sobre el paisaje que los rodea, se les solicitó que registraran los nombres de ríos, lagos, montañas y otros predios existentes en lugar donde viven. En los registros, IN presentó la mayor cantidad de nombres, destacando especialmente los “recursos hídricos”, como lagunas y ríos, lo que coincide con las representaciones iconográficas de los niños y niñas, quienes resaltan el agua como un elemento vital para la vida y para la crianza de peces.

En IB se registraron pocos nombres de lugares, probablemente porque, en la cosmovisión de los Siriono, el territorio se concibe como un espacio denso donde habitan todos los seres de la naturaleza, incluido el ser humano. Por ello, los lugares no necesariamente poseen nombres específicos; los espacios del territorio se identifican principalmente a partir de la interacción con la naturaleza. Así, el nombramiento de algunos lugares del bosque tiene relación con el hábitat de algunos animales o árboles.

Durante las conversaciones, los niños y niñas expresaron frases como: “Hay un lugar donde paran más los venados, pero no tiene nombre”; “Cuando vamos de caza hay unos pajaritos que nos indican por dónde ir”; y “En los curichis (pantanos) viven los cocodrilos”. Estas expresiones corroboran lo señalado por Coyle (2005), quien sostiene que “los niños y niñas presentan una inclinación natural hacia la conexión con la naturaleza, percibiéndola como algo más que un simple escenario físico”. Por otra parte, también se revela que el lenguaje no es exclusivamente antropocéntrico, ya que los seres de la naturaleza muestran sus propias formas de comunicación.

No obstante, el reconocimiento del territorio por parte de los niños y niñas parece estar erosionándose debido a un proceso acelerado de pérdida de experiencias vivenciales. Durante una plática libre, se consultó a un profesor de la escuela sobre por qué los niños y niñas registraron pocos nombres del paisaje. Él respondió: “Ellos casi ya no van a caminar junto a sus padres por el territorio de la comunidad” y señaló que, en el pasado, conocer los nombres de los lugares era fundamental como referente para ubicarse o trasladarse de un lugar a otro. Este testimonio sugiere que las nuevas generaciones de niños y niñas están perdiendo interés en aprender los nombres de ríos, lagos, montañas y otros elementos del paisaje local, probablemente porque sus expectativas e intereses han cambiado y, como se mencionó, también por la disminución de experiencias directas en el territorio.

5. Conclusiones

La lingüística ecosistémica, entendida como el estudio de las interrelaciones entre lengua, comunidad y ambiente (Couto, 2012), ofrece un marco fecundo para comprender las percepciones de los niños sobre la naturaleza. Desde esta perspectiva, el territorio no es un escenario pasivo, sino un espacio vivencial donde se entretajan percepciones, emociones y saberes. Tal como plantea Ingold (2000), la percepción del ambiente natural surge en la

práctica del caminar y no únicamente en la representación abstracta; en otras palabras, las prácticas tradicionales permiten el contacto directo con la naturaleza.

Desde la ecolingüística, las narrativas infantiles revelan los elementos más importantes que los niños y las niñas asocian con el entorno natural, también muestra las cualidades táctiles, auditivas, sensoriales y afectivas, expresadas en lenguajes iconográficos, orales y escritos. Estas narrativas confirman que las experiencias en el territorio son situadas y están profundamente ligadas a los ritmos de la vida familiar y comunitaria. Los datos evidencian, además, que los niños y niñas no solo perciben el entorno como un ser vivo dotado de agencia, sino que también desarrollan una sensibilidad crítica ante los problemas ambientales.

Los hallazgos destacan, asimismo, que la lengua materna y los saberes locales son esenciales para mantener viva la relación con el entorno natural. En comunidades como IB, ubicada en la región amazónica, donde existe una estrecha interacción entre comunidad humana y naturaleza, los niños y niñas utilizan la lengua siriono para nombrar plantas, animales y lugares del bosque. También describen con detalle los elementos abióticos que forman parte del paisaje. Este hecho revela la interdependencia entre lengua, memoria ecológica y transmisión intergeneracional de conocimientos.

No obstante, también se observa un proceso de erosión del reconocimiento territorial, vinculado a la disminución de experiencias directas con el entorno y a la penetración de imaginarios urbanos y digitales. La pérdida del hábito de caminar junto a los padres o de participar en actividades agrícolas, recolección de frutos, de caza y pesca, como ocurre en SU, apunta a una transformación en las formas de vinculación con la naturaleza.

En los tres casos, la notoria ausencia de figuras humanas en las representaciones del paisaje puede entenderse como un indicio de tránsito hacia una visión más antropocéntrica de la relación entre cultura y naturaleza.

Por otra parte, la idea de territorios móviles refleja la dinámica poblacional que caracteriza hoy a las sociedades. En el caso de IN, las familias que transitan entre distintos lugares muestran que el territorio no es estático, sino que se extiende en las trayectorias y en la experiencia plurilocal. A ello se suma no solo la movilidad transterritorial, sino también la migración del territorio real al territorio virtual, lo que evidencia que las infancias habitan en una tensión entre el arraigo comunitario y la apertura hacia múltiples territorialidades: la

vivida, la simbólica y la digital. Estas nociones desafían las concepciones rígidas de territorialidad que tradicionalmente han marcado las percepciones sobre el medio ambiente. Finalmente, en tiempos de crisis ecológica global, atender a las narrativas infantiles resulta fundamental para comprender las transformaciones actuales en la relación entre lenguas, saberes y paisajes, así como para fortalecer procesos educativos y comunitarios que valoren la diversidad biocultural. Las voces de los niños y niñas nos recuerdan que aún es posible imaginar y construir otros modos de habitar el mundo: más afectivos, más comunitarios y más respetuosos con la naturaleza. Reconocer y valorar sus percepciones sobre el territorio no solo amplía nuestra comprensión de la biodiversidad y la cultura, sino que también abre caminos hacia una ética del cuidado que involucre a todos los seres vivos.

Referencias

BOLZAN DE CAMPOS, C. et al. Percepción de la naturaleza por niños de contextos urbano y costero: un análisis de dibujos y palabras clave. <https://www.redalyc.org/pdf/2830/283043155005.pdf>, 2014 (consultado: 15/12/2024).

BERKES, Fikret. Sacred ecology (4th ed.). Routledge, 2015. <https://doi.org/10.4324/9781315764804> (consultado 02/05/24).

BONILLA MARTOS, A. L. & GUASCH Mari. (Coords.). Entorno, sociedad y cultura en Educación Infantil: Fundamentos, propuestas y aplicaciones (1.^a ed., 272 pp.). Madrid: Ediciones: Pirámide. 2018.

CHAWLA, Louse. Childhood experiences associated with care for the natural world: A theoretical framework for empirical results. *Children, Youth and Environments*, 17(4), 144–170. <https://doi.org/10.7721/chilyoutenvi.17.4.0144>, 2007 (consultado 21/02/25).

COUTO, Hildo H. “Ecolingüística”. En: Arratia, M. & Limachi, V. (Org.). Construyendo una sociolingüística del Sur. PROEIB Andes. Cochabamba – Bolivia: Kipus, 2019, págs. 145-166.

COUTO, Hildo H. Linguística Ecosistêmica: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2012/06/linguistica-ecossistemica.html>,

2012 (consultado 10/10/ 2024).

COYLE, Do. HOOD, Philip & MARSH, David C: Content and Language Integrated Learning. Cambridge University Press. 2010.

COYLE, Do. The Teaching Observatory: exploring zones of interactivity in Holmberg. G. Holmberg, M. Shelley & C. White (Eds.), Languages and Distance Education: Evolution and Change (p. 309–326). Multilingual Matters. ojs.ual.es. 2005.

COX, Ruth. Saberes locales, metodologías y técnicas participativas. La Paz: NOGUB-COSUDE/CAF.1996

DURAND, Leticia. De las percepciones a las perspectivas ambientales. Una reflexión teórica sobre la antropología y la temática ambiental. Nueva Antropología, 21(68), 2008, págs.75–87.

GUTIÉRREZ, Begoña, RUEDAS, Juan, CABALLERO, David. & MURCIANO, Antonio. La conexión con la naturaleza como factor clave en la formación de las identidades infantiles: Una revisión sistemática. Teoría de la Educación. Revista Interuniversitaria. Vol. 36, Núm. 1, 2024, págs. 31-52. <https://doi.org/10.14201/teri.31397>. (consultado 01/03/2024).

INGOLD, Tin. The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill. Routledge.

ISBN: 9780415228329 |465 páginas. Internacionales, (36), 31–52. <https://doi.org/10.14201/teri.31397> Ittelson, W. H. (Ed.). (1973). Environment and cognition. Seminar Press. 2000.

LANCY, Robert. The anthropology of childhood: Cherubs, chattel. 2014.

LOUV, Richard. Los últimos niños en el bosque. <https://www.bookekey.app/es/book/los-%C3%BAltimos-ni%C3%B1os-en-el-bosque>. 2005 (consultado/05/06/24).

MAFFI, Luisa. Linguistic, cultural, and biological diversity. Annual Review of Anthropology, 34,599–617. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.34.081804.120437>. 2005 (consultado 29/11/24).

MAFFI, Luisa. On Biocultural Diversity. Linking Language, Knowledge, and the Environment. Smithsonian Institution Press, Washington, D.C. 2000.

MÁRQUEZ, M. Factores bióticos y abióticos. <https://www.ecologiaverde.com/factores-bioticos-y-abioticos-que-son-y-diferencias-1260.html>, 2022 (consultado: 17/05/24).

MILTON, K. (2002). Loving Nature: Towards an Ecology of Emotion. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203421413>, 2002 (consultado 21/03/25).

NABHAN, G.P., & ANTOINE, St. The loss of floral and faunal story: The extinction of experience. The Biophilia Hypothesis, ed. S.R. Kellert and E.O. Wilson. Pp. 229-250. Washington, D.C.: Island Press. 1993.

NEVA, D. El significado de Tierra y Territorio de la cosmovisión indígena. <https://www.culturalsurvival.org/news/el-significado-de-tierra-territorio-desde-la-cosmovision-indigena>, 2020 (consultado: 14/11/24).

OpenAI. (2025). ChatGPT (versión GPT-5) [Modelo de lenguaje]. <https://chat.openai.com/>

PROSHANSKY, Harol M., FABIAN, Abbe K., & KAMINOFF, Robert. Place-identity: Physical world socialization of the self. Journal of Environmental Psychology, 3(1), 1983, págs. 57–83. [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(83\)80021-8](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(83)80021-8) (consultado: 25/10/24)

PYLE, Robert M. The extinction of experience. Yale University Press. 1993.

CASTRO, Vanesa y RIVAROLA, Magdalena. Manual de capacitación para talleres de trabajo sobre el uso de la metodología de la investigación cualitativa (Convenio MEC-HIID).1998.

ROBLEDO, M. Diseño de muestreo. Madrid: Nure investigación, N° 12, p.1-18 .2005.

SALAS, Francisco F. Propuesta educativa: Principios – valores – familia desde la cosmovisión andina. Universidad Salesiana. La Paz. 2009.

SKUTNABB,Tove A., & HARMON, David. Biological diversity and language diversity: Same trajectory, shared future? In T. Skutnabb-Kangas & O. Swain (Eds.), Linguistic

genocide in education—or worldwide diversity and human rights?). Routledge. 2018, págs. 301–330.

STIBBE, Arran. *Ecolinguistics: Language, ecology and the stories we live by*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315887565>. 2015 (consultado 20/08/23/).

SOGA, Masashi & Gaston, Kevin J. Extinction of experience: The loss of human–nature interactions. *Frontiers in Ecology and the Environment*, 14(2), 94–101. <https://doi.org/10.1002/fee.1225> 2016 (consultado 01/05/24).

WOLFF, Phillip. & MEDIN, Douglas L. Measurement of evolution and evolution of biological folk knowledge. In L. Maffi, editor. *On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment*. Smithsonian Institution Press, Washington D.C. 2000 págs 2012-2028.

Aceito em 20 de fevereiro de 2026.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 12, N. 1, 2026.